

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
INSTITUTO DE PSICOLOGIA
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO

MARIA LUISA SANDOVAL SCHMIDT

A EXPERIÊNCIA DE PSICÓLOGAS NA COMUNICAÇÃO DE MASSA



Trabalho apresentado ao Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo, como parte dos requisitos para a obtenção do grau de Doutor em Psicologia — área de concentração PSICOLOGIA ESCOLAR.

Orientadora:

. Dr^a *Melany Schwartz Copit*

SÃO PAULO
1990

À memória de
Maria Junqueira Schmidt
e
Rachel Lea Rosenberg

AGRADECIMENTOS

A *Melany Schwartz Copit*, minha orientadora, por ter caminhado junto, no claro e no escuro.

A *Ecléa Bosi*, pelas chamas delicadas com que iluminou trechos fundamentais do caminho.

A *Norberto Abreu e Silva Neto*, pelas sugestões por ocasião do Exame de Qualificação, quando tudo estava muito obscuro.

A *Olgária Matos*, pelas indicações bibliográficas.

A *Anna Verônica Mautner*, *Celina Ramos Couri*, *Elisa Maria Parahyba Campos Ribeiro*, *Maria Rita Kehl* e *Marta Suplicy*, pelos depoimentos.

Ao pessoal do Aconselhamento Psicológico — *Ana*, *Ismênia*, *Maria Gertrudes*, *Marina*, *Mauro* e *Miguel* — pelo apoio e pelo dia-a-dia de trabalho compartilhado.

A *Henriette Morato*, *Renata Cromberg* e *Ely Teixeira*, interlocutores interessados e sensíveis, sempre presentes em todo o percurso.

A *Liana Cardoso Soares*, pela amizade e pela convivência cotidiana, fontes de muito enriquecimento pessoal e intelectual.

A meus pais, *Jorge* e *Maria Ivone*, pela confiança e pelo incentivo.

A minha gatinha *Pagu*, porque os manuscritos deste trabalho levam a rubrica de seu sono sereno e o alento de sua companhia esperta.

	PÁG.
RESUMO	i
ABSTRACT	ii
RÉSUMÉ	iii
 INTRODUÇÃO	 01
 CAPÍTULO I	
EXPERIÊNCIA E MODERNIDADE: O MOSAICO BENJAMINIANO	08
● EXPERIÊNCIA E VIVÊNCIA	11
● EXPERIÊNCIA E TRADIÇÃO	15
× ● AS NOVAS FORMAS DA PERCEPÇÃO	17
● PROUST E BAUDELAIRE	24
● OS NOVOS BÁRBAROS	28
● A EXPERIÊNCIA ENTRE O PASSADO E O FUTURO	29
 CAPÍTULO II	
O NARRADOR E A PESQUISA: EM BUSCA DA EXPERIÊNCIA	36
PARTE I — EXPERIÊNCIA, NARRATIVA E INFORMAÇÃO	39
● A INFORMATIZAÇÃO DO SABER E A DISPERSÃO DA FUNÇÃO NARRATIVA	51
PARTE II — O NARRADOR MODERNO E A ÉTICA DO PERSEGUIDOR ...	65
● O PESQUISADOR E A EXPERIÊNCIA DO SUJEITO DA PESQUISA ...	70
 CAPÍTULO III	
A EXPERIÊNCIA DE PSICÓLOGAS NA COMUNICAÇÃO DE MASSA — DEPOIMENTOS	83
RÁDIO — UM ESPAÇO ENTRE O INÓCUO E A CATÁSTROFE MARIA RITA KEHL	85

X A TRAJETÓRIA DE UMA COMUNICADORA — MARTA SUPLYCY	110
UM MEIO PARA INFORMAR/UM MEIO PARA AJUDAR ELISA MARIA PARAHYBA CAMPOS RIBEIRO	135
UM TAPINHA NA ASA DA GALINHA — CELINA RAMOS COURI	155
OPINIÕES — ANNA VERÔNICA MAUTNER	164
X CAPÍTULO IV	
A EXPERIÊNCIA DE PSICÓLOGAS NA COMUNICAÇÃO DE MASSA — COMENTÁRIO E INTERPRETAÇÃO	176
• O SISTEMA DE INFORMAÇÃO E O SABER PSICOLÓGICO	181
• AÇÃO CULTURAL E PSICOTERAPIA	191
CONSIDERAÇÕES FINAIS	207
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	210

SCHMIDT, M.L.S. A experiência de psicólogas na comunicação de massa. São Paulo, 1990. 212p. Tese (Doutorado). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

RESUMO

O presente trabalho tem como objeto a experiência de psicólogas na comunicação de massa. Fundamentando-se nas análises de Walter Benjamin sobre as condições de elaboração e de transmissão da experiência na modernidade, busca compreender a participação de psicólogas em televisão, rádio e imprensa escrita, sob a ótica dessas condições.

Paralelamente, o trabalho volta-se para a explicitação de uma postura da pesquisadora frente à experiência das psicólogas, tal como relatada em depoimentos bem como discute uma metodologia para o trato do depoimento como registro da experiência.

SCHMIDT, M.L.S. The Experience of Psychologists in Mass Midia.
São Paulo, 1990. 212p. Doctoral Dissertation. Instituto de
Psicologia da Universidade de São Paulo.

ABSTRACT

The object of this present work is the experience of psychologists in mass midia. Based on Walter Benjamin's analysis about the conditions for the elaboration and transmission of the experience in the modernity, it intends, through the viewpoint of those conditions, to comprehend the psychologists' participation on television, radio and press.

At the same time, it attempts to the explicitness of an attitude from the researcher before the psychologists' experience and discusses a methodology for dealing with testimonies as registers of experience.

SCHMIDT, M.L.S. L'expérience de psychologues dans la média. São Paulo, 1990. 212p. Thèse (Doctorat). Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo.

RÉSUMÉ

Le sujet de ce travail est l'expérience de psychologues dans la média. D'après les analyses de Walter Benjamin sur les conditions d'élaboration et de transmission de l'expérience à l'époque moderne, ce travail essaye de comprendre la participation de psychologues à la télévision, à la radio et à la presse, sous le point de vue de telles conditions.

De façon parallèle, il met en évidence l'explicitation de l'attitude de la chercheuse vis-à-vis de l'expérience des psychologues prise en témoignage, ainsi qu'il aborde une méthodologie pour le traitement du témoignage tel qu'enregistrement de l'expérience.

INTRODUÇÃO

Este trabalho começou "no escuro". Só me foi possível chegar a ele através da leitura de parte da obra de Walter Benjamin, com a ajuda inestimável do estudo de alguns de seus comentaristas brasileiros.

Houve, por certo, na sua "pré-história", um interesse pelo tema da participação de psicólogos em meios de comunicação de massa, inserido no projeto de continuidade de pesquisa iniciada por ocasião de minha dissertação de mestrado (SCHMIDT, 1984).

Durante o mestrado, minha atenção esteve voltada para os discursos produzidos sobre a psicologia enquanto saber e profissão, mais particularmente para os discursos produzidos por aqueles que, legitimamente, representam a profissão, ou seja, por aqueles que falam em nome dela.

Tomei, então, como objeto de uma análise de representações, o livro Psicologia e profissão em São Paulo, de Sylvia Leser, por ser um estudo sistemático e significativo sobre a profissão e por apresentar concepções e idéias representativas de um modo de pensar a profissão que considerei dominante entre os psicólogos.

Para a análise, baseei-me nos conceitos desenvolvidos por Guilhon Albuquerque com referência a um modelo de análise de instituições. Neste referencial o discurso dos profissionais constitui e é constituído pelas práticas profissionais e, através de

le, é possível o acesso à dimensão ideológica destas práticas. O discurso dos profissionais, sobretudo o que se apresenta como reflexão sobre a prática, é encarado como objeto de análise ideológica "como produção de re/conhecimento, ou seja, de um efeito que é ao mesmo tempo conhecimento e des/conhecimento" (ALBUQUERQUE, 1978, p. 52).

A análise de discurso constrói-se em torno da noção de efeitos ideológicos produzidos pela trama das representações. De acordo com ALBUQUERQUE, seguindo uma perspectiva althusseriana, os efeitos ideológicos são efeitos de reconhecimento/desconhecimento. A tarefa da análise é, portanto, "revelar o que, através do reconhecimento, permanece desconhecido" (1980, p. 146).

O estudo das representações mostrou-se um instrumento valioso no sentido de evidenciar e desnudar aspectos "idealizantes" do discurso dos psicólogos sobre sua prática.

Eu pretendia, pois, prosseguir com a análise de representações no campo das práticas psicológicas.

Considerava a crescente participação de psicólogos nos meios de comunicação de massa um fenômeno atual, polêmico e carente de pesquisas. Interessado nesta área, Samuel Pfromm Netto (1972), psicólogo e pesquisador, circunscrevia a necessidade de pesquisa à compreensão e ao aperfeiçoamento das formas de utilização dos meios de comunicação de massa, especialmente televisuais, para fins educacionais, não demonstrando preocupação com as práticas e os discursos propriamente psicológicos, aqueles que visam a informar sobre psicologia, a normatizar atitudes e condu-

tas e, mesmo, a atender a demandas de ajuda psicológica.

Optando por um estudo das representações que os psicólogos constroem sobre sua prática nos meios de comunicação de massa, eu intencionava contribuir, de forma bastante específica, para a reflexão deste tema. Específica porque tratava-se, sobretudo, de analisar o lugar simbólico-imaginário a partir do qual as intervenções dos psicólogos nos meios de comunicação de massa são propostas.

Elaborei, nesta direção, um primeiro projeto que tinha como objetivos: a análise das representações que psicólogos constroem sobre sua participação em meios de comunicação de massa e o levantamento de hipóteses sobre os efeitos ideológicos específicos produzidos pelos discursos psicológicos nos meios de comunicação de massa.

O procedimento incluía entrevistas com psicólogos que atuassem em rádio, televisão, jornal e revista.

A partir das primeiras entrevistas realizadas, comecei a sentir um certo desconforto com relação ao modelo de análise. Embora não tivesse chegado a aplicá-lo ao material já colhido, a familiaridade com a forma de trabalho por ele proposta permitia-me antever dificuldades. A relação com os depoimentos e, em consequência, com todo o plano de pesquisa, mediada pelo modelo de análise de representações, começou a ficar impossível.

Primeiramente, detectei, com certo atraso, uma diferença entre o que motivara o trabalho com o livro de Sylvia Leser e

o que motivava, então, a busca dos depoimentos dos psicólogos sobre sua participação nos meios de comunicação. Isto determinou, inclusive, uma necessidade de redefinir o lugar da pesquisadora.

Na análise do livro Psicologia e profissão em São Paulo partira de posições críticas a respeito de certas concepções da psicologia. O texto de Sylvia Leser adere a estas concepções e a análise das representações faz ressaltar as idealizações, bem como os mecanismos pelos quais se constroem. A crítica, portanto, podia exercer-se tomando como fundamento uma dissecação criteriosa do que havia para ser criticado.

No caso dos psicólogos, descobri o desejo de me aproximar e conhecer uma experiência que eles têm e eu não. Fui para campo, efetivamente, sem hipóteses, sem posicionamento crítico prévio. Embora inicialmente tivesse em mente trabalhar os depoimentos como textos a serem submetidos a uma análise de representações, no contato com as psicólogas entrevistadas fui percebendo que desconhecia os passos seguintes da pesquisa.

O lugar de pesquisador deslocou-se de uma posição distanciada de analisador para outro que, pelo menos num primeiro momento, nomeei como o de ouvinte de uma narrativa.

Nestes deslocamentos de motivação e lugar, o contato com a fala das psicólogas, diferentemente daquele com o texto escrito, teve um papel preponderante. Na verdade, é como se a fala fizesse um apelo para ser conservada em sua vivacidade, ao invés de ser transformada em texto a ser dissecado.

A análise de efeitos ideológicos acaba por privilegiar a desmontagem do texto, numa apropriação pertinente quando se trata de compor ou explicitar, a partir de um ponto de vista externo, o que é desconhecido pelo analisado, mas que o analisador conhece. Esta des/construção e reconstrução, no caso da pesquisa do mestrado, fez-se sobre um texto elaborado como trabalho acadêmico e realizou-se, fundamentalmente, na esfera das idéias.

O depoimento instaurou um outro campo. Incitava a fazer saltar aquilo que as psicólogas pensam e sentem, como elaboram sua experiência, a partir de um ponto de vista interior e num sentido positivo. A ênfase, poder-se-ia dizer, recairia nos modos de um conhecimento que transcende o nível apenas das idéias ou concepções como racionalizações do vivido.

Ligado às transformações da motivação e do lugar de pesquisador, ocorreu um questionamento ético. Os depoimentos são construídos numa relação de confiança com a pesquisadora e se constituem, também, como momentos de elaboração da experiência. Deviam, portanto, receber um tratamento que contemplasse o valor da experiência para a pesquisa.

Este percurso acabou por determinar o abandono da segurança do modelo teórico-metodológico já conhecido.

No momento deste abandono localizo a passagem da "pré-história" para a história deste trabalho.

"No escuro", vagando de um autor a outro, de uma obra a outra, encontrei em Walter Benjamin um universo, um céu aberto

de estrelas-idéias, armadas em múltiplas combinações, sugerindo múltiplos caminhos.

Aos poucos, passando de um texto a outro com o espírito do *flâneur*, alguns conceitos, idéias e jeitos de fazer começaram a se delinear em resposta à pergunta: como realizar esta pesquisa, atendendo aos deslocamentos ocorridos na motivação e nos objetivos "pré-históricos" do projeto?

As respostas encontradas implicam todo o trabalho realizado. Porém, à guisa de introdução, cabe ressaltar que as concepções benjaminianas sobre a figura do narrador e seu imbricamento com as condições de elaboração e transmissão da experiência individual e coletiva são o eixo, o fio condutor, o feixe de luz a iluminar este itinerário.

A partir deste eixo-feixe foi possível estabelecer um trânsito de mão dupla entre as opções metodológicas e a discussão da própria temática da pesquisa, ou seja, a experiência de psicólogos nos meios de comunicação de massa. Este trânsito, no entanto, acontece, ou aconteceu, no vai-e-vem de feixes de luz e, se há regiões de claridade, por certo há as de sombra e escuridão.

Paro por aqui, pois aprendi com Benjamim que uma história não deve ser explicada — ela se abre ao leitor ou ao ouvinte, como uma porta para incontáveis interpretações.

Ofereço este trabalho ao leitor, como a história de uma busca.

"A Beleza em geral permanecerá fulgurante e paupável en quanto admitir francamente ser simples fulguração. Seu brilho, provoca a inteligência, que a persegue, e só quando se refugia no altar da verdade revela sua inocência. Amante, e não perseguidor, Eros a segue em sua fuga, que não terá fim, porque a beleza, para manter sua fulguração, foge da inteligência por terror, e por medo, do amante. E somente este pode testemunhar que a verdade não é desnudamento, que aniquila o segredo, mas revelação, que lhe faz justiça".

Walter Benjamim

em Origem do Drama Barroco Alemão

CAPÍTULO I

EXPERIÊNCIA E MODERNIDADE: O MOSAICO BENJAMINIANO

O pensamento de Walter Benjamin apresenta-se como uma espécie de espiral. A cada volta, conceitos e idéias são reencontrados compondo novas configurações.

A imagem de um pensamento em espiral é pertinente posto que feita por um leitor do texto benjaminiano que o percorre em busca de uma definição e descobre constelações de idéias.

No capítulo introdutório de Origem do drama barroco alemão, Benjamin esboça uma teoria do conhecimento. Alguns elementos desta teoria justificam a presença deste pensamento constelar.

Para o autor, a investigação filosófica se dá pela via da representação das idéias. A forma, por excelência, desta representação é o tratado. Nele,

incansável, o pensamento começa sempre de novo, e volta sempre, minuciosamente, às próprias coisas. Esse fôlego infatigável é a mais autêntica forma de ser da contemplação. Pois ao considerar um mesmo objeto nos vários estratos de sua significação, ela recebe ao mesmo tempo um estímulo para o recomeço perpétuo e uma justificativa para a intermitência do seu ritmo. Ela não teme, nessas interrupções, perder sua energia, assim como o mosaico, na fragmentação caprichosa de suas partículas, não perde sua majestade.

(BENJAMIN (1925), 1984, p. 50/51)

A imagem sugerida é a do mosaico. A verdade está presente "no bailado das idéias representadas", como justaposição de

elementos heterogêneos e fragmentários, num ritmo oscilante, sujeito a interrupções.

Enquanto o saber — domínio da ciência — pretende operar de forma exaustiva, apoderando-se do objeto, a verdade é fulguração. Sua manifestação não está

no desvendamento e sim num processo que pode ser caracterizado metaforicamente como um incêndio, no qual o invólucro do objeto, ao penetrar na esfera das idéias, consome-se em chamas, uma destruição, pelo fogo e revela sua máxima intensidade luminosa.

(BENJAMIN (1925), 1984, p. 53/54)

Assim Benjamin refere-se à passagem do objeto à ordem das idéias, assim concebe o processo pelo qual uma imagem do real deita raízes no mundo das idéias.

Os fenômenos não ingressam no mundo das idéias tal como existem empiricamente, mas depurados em seus elementos constitutivos, pelos conceitos. Estes elementos do empírico, salvos pelos conceitos, relacionam-se na esfera das idéias a partir de seus extremos. Ao contrário do saber científico que homogeneiza os fenômenos, tomando-os pela sua média, o encontro dos conceitos em seus extremos preserva as diferenças. Por esta razão, as idéias, enquanto configurações de extremos, constituem-se "um ordenamento objetivo virtual" e "uma interpretação objetiva" dos fenômenos.

Tal ordenamento e tal interpretação são desenhados no movimento das idéias representadas, no interjogo dos elementos conceituais configurados em cada idéia, partindo e voltando à observação atenta e minuciosa das coisas.

Fiel às concepções aqui sumariadas, a obra de Benjamin abre-se à leitura. Como um mosaico, em cada texto e de um texto para outro, oferece ao leitor a oportunidade de compor novas relações, reconfigurando conceitos, recontextualizando idéias.

O conceito de experiência pulsa nesta dinâmica, não na forma de uma definição acabada, mas na sua recorrência em diferentes contextos. Falar da experiência supõe, portanto, percorrer o caminho de suas aparições, atentando para o fato de que seu sentido só pode ser apreendido através das múltiplas relações que este conceito estabelece no interior do campo teórico benjaminiano.

Uma atrofia da experiência é constatada por Benjamin nas transformações ocorridas com o advento da modernidade. No estilo de vida moderno, nas relações do homem com o tempo e o espaço nas grandes metrópoles, na recepção das obras de arte, nas novas formas de comunicação, a marca desta atrofia está presente.

O homem tradicional cede lugar ao homem moderno inserido no universo da técnica, massificado no transcorrer do desenvolvimento industrial. Isolado, desenraizado, este homem caminha apressadamente no fluxo da multidão. A imagem do homem - autômato das grandes cidades é a imagem do homem que perdeu os laços com a elaboração e a transmissão da experiência. A imagem do mundo moderno é a de um mundo que já não oferece condições para a elaboração e a transmissão da experiência.

O declínio da experiência responde à crescente necessidade do homem de atender às exigências impostas pela "tecnização". Sua sobrevivência na selva das cidades depende, em grande parte, de um acurado adestramento em atenção, recepção e neutralização de choques. Este adestramento traz como consequência o encolhimento da memória e o confinamento de homens solitários, no circuito de reações imediatas a estímulos sempre renovados — molda o homem da vivência.

A experiência é incompatível com o registro de automatismo e imediatismo que caracteriza a vivência. Advém do trabalho da memória, é "assunto da tradição".

● EXPERIÊNCIA E VIVÊNCIA

Experiência e vivência diferenciam-se no traçado intrincado das relações entre memória, tradição e pertença ao coletivo.

Nesta diferenciação, Benjamin parte da distinção feita por Proust entre memória voluntária e memória involuntária.

A memória voluntária diz respeito às lembranças resgatadas por um esforço da vontade. Sua conexão com o passado é resultado de uma atenção para com aquilo que foi vivido conscientemente. Porém, a verdadeira configuração do passado "está fora do âmbito da inteligência e de seu campo de influência sobre qualquer objeto" (PROUST ^{citado por} apud BENJAMIN (1939), 1980, p. 126) e não se sujeita à vontade. A configuração do passado, no sentido proustiano, é obra do acaso, da emergência inesperada e involuntária de sensações e imagens das quais não se tinha tido consciência. Se-

gundo BENJAMIN (1939), a proposição de Proust é a de que "só pode ser componente da memória involuntária aquilo que não foi 'vivido' explícita e conscientemente, o que não tenha ocorrido ao seu jeito como 'vivência'" (1980, p. 129). A experiência está relacionada ao trabalho da memória involuntária; a vivência, ao da consciência.

Com o apoio das concepções freudianas desenvolvidas no ensaio Além do princípio do prazer, Benjamin clarifica a natureza das relações entre memória e consciência e articula o conceito de "vivência do choque".

Destaca como hipótese fundamental de Freud a de que a consciência surge no lugar do traço mnêmico. A tomada de consciência e a impressão de marcas na memória são, no interior desta hipótese, reciprocamente incompatíveis para um mesmo sistema. O sistema percepção-consciência, ainda na concepção freudiana, desempenha a função de proteger e defender o organismo contra as excitações advindas do exterior. Esta função realiza-se no esgotamento das excitações no próprio processo de sua interceptação pela consciência. Nesta interceptação, as excitações de maior intensidade produzem um choque. A ameaça dos choques, por sua vez, mantém a consciência mobilizada, exercendo controle sobre os estímulos.

Considerando a hipótese da exclusão da memória pela consciência e a função dessa na captura do choque, BENJAMIN (1939) estabelece a seguinte equação:

Quanto más participe el shock en su momento en cada una de las impresiones; quanto más incansablemente planifique la consciencia en interés de la defensa frente a los estímulos; quanto mayor sea el éxito con el que se trabaje, tanto menos se acomodará todo a la experiencia, tanto mejor se realizará el concepto de vivencia.

(1980, p. 132)

O registro consciente e imediato dos acontecimentos esteriliza-os para a experiência. A necessidade de criar anteparos para os choques da vida moderna, faz com que o homem passe de uma vivência a outra, em estado de alerta contínuo, não se deixando penetrar pelos acontecimentos. Por outro lado, não encontra meios de interromper sua vida ativa, fechando assim as brechas para a emergência da memória involuntária.

Para o homem da vivência, o tempo é sempre o presente, a lhe requisitar uma reação. A experiência, ao contrário, enseja outras relações com o tempo.

Benjamin contrapõe um tempo do desejo — que não destrói mas consoma — a um tempo infernal, no qual transcorre a existência dos que nunca terminam o que começam, dos que estão sempre a começar de novo e do princípio. O tempo infernal é a idéia reguladora do jogo, no qual a cada partida todas as anteriores são anuladas. Mas é também a do trabalho operário nas linhas de montagem.

O desejo pertence à ordem da experiência: o percurso entre sua formulação, num tempo presente, e sua realização, num futuro longínquo, é sustentado pela experiência. Para Benjamin, a experiência abriga o desejo ao longo do tempo, estruturando-o.

Por este motivo, "o desejo realizado é a coroa reservada à experiência".

KOTHE assinala o desejo como condição necessária, mas não suficiente, para que a experiência se realize. E conclui: "A experiência é o próprio caminho percorrido entre um estado de carência, de potencialidade e a realização do desejo que lhe serve de meta" (1978, p. 105).

Neste itinerário, o conhecimento se prolonga e se desdobra como numa viagem (KONDER, 1988). Porém, embora seu percurso possa ser representado como uma viagem através do tempo, onde um conhecimento é acumulado e sedimentado, seu momento opera a partir de uma quebra e interrupção do tempo linear da vivência. Esta quebra corresponde aos momentos de erupção da memória involuntária no âmbito vazio e homogêneo da vivência (MATOS, 1989). Trata-se de um tempo qualitativo, no qual o passado é atualizado. Uma sensação do presente abre uma brecha em direção ao passado "saturado de todas as reminiscências que o impregnaram durante sua permanência no inconsciente" (BENJAMIN (1939), 1980, p. 154).

BENJAMIN (1929) recorre ao "estado de semelhanças" de Proust e às "correspondências" de Baudelaire para falar do trabalho da reminiscência. Seu tempo é o tempo entrecruzado "quando o passado se reflete no instante, úmido de orvalho", produzindo "o doloroso choque do rejuvenescimento" (1985, p. 45/46).

Os dias da reminiscência são, desde logo, ocasiões mar cadas por uma suspensão do tempo e não se ligam, associativamente, ao restante dos dias transcorridos na esfera da vivência. A

construção daí derivada não é factual, mas sim um resgate do passado que ficou esquecido e se manteve vivo — uma construção que sonha e atualiza o passado frustrado. Por isso, o tempo da remiscência é o do rejuvenescimento e da consumação.

● EXPERIÊNCIA E TRADIÇÃO

A experiência, em seu sentido pleno, só é alcançada pela referência à sua existência coletiva.

O amálgama de experiências individuais e coletivas, assim como sua sedimentação no tempo, são o conteúdo da tradição.

Se, por um lado, a impossibilidade de acumular e transmitir experiência decreta a morte da tradição, por outro, é através da tradição que as experiências se preservam para o coletivo.

Na bela formulação de Olgária Matos,

A tradição é, para Benjamin, a dimensão na qual se aloja a "aura" do tempo. É a consolidação da experiência coletiva, a sanção, a autoridade que garante o acesso do indivíduo à dimensão de sua ancestralidade, tradição que pulsa em cada instante do "agora".

(MATOS, 1989, p. 31)

A "aura" é definida por BENJAMIN (1935/36) como "uma figura singular, composta de elementos espaciais e temporais: a aparição única de uma coisa distante, por mais perto que ela esteja" (1985, p. 170).

O objeto aurático é aquele em que a experiência se deposita e que atravessa o tempo protegido, em sua materialidade e

em suas representações, pela tradição. Experimentar a "aura" deste objeto significa dotar-lhe da capacidade de alçar a vista, significa ser visado por ele e se deixar penetrar pelas imagens do passado que dele transpiram. Significa, mais precisamente, através de sua contemplação, reconhecer uma imagem do passado que fulgura num instante, como aparição do longínquo no tempo e no espaço.

Na concepção benjaminiana, ["a verdadeira imagem do passado perpassa, veloz. O passado só se deixa fixar, como imagem que relampeja irreversivelmente no momento em que é reconhecido" (BENJAMIN (1940), 1985, p. 224).]

[Esta imagem está nos objetos e representações da tradição, mas não de forma manifesta, e sim latente, assim como os conteúdos inconscientes da história privada de um indivíduo. A fulguração de uma imagem do passado corresponde aos achados da memória involuntária, "como manifestação irrepitível de uma distância" (BENJAMIN (1939), 1980, p. 164).]

A tradição, preservando as obras do passado, garante para os indivíduos o acesso à sua ancestralidade, desde que estes indivíduos não percam a capacidade de serem visados por elas.

Com os ensinamentos da experiência acumulada histórica e socialmente e a demanda de redenção das utopias frustradas, o passado visita o presente. Sua atualização e sua ressonância dependem do trabalho da memória coletiva.

A tradição, que recolhe e preserva a experiência passa

da, é também responsável por marcar, através do calendário de festas e comemorações, os dias da reminiscência coletiva.

Benjamin refere-se a estes dias como "o momento e o motivo" da fusão, na memória, de conteúdos do passado individual e elementos do passado coletivo. Nessas ocasiões, memória voluntária e memória involuntária deixam de ser mutuamente exclusivas, pois estes dias determinam voluntária e conscientemente uma parada no curso da vida social e criam uma condição favorável à emergência da memória involuntária.

[A experiência, em seu momento e em seu percurso, é, portanto, indissociável da tradição.]

● AS NOVAS FORMAS DA PERCEPÇÃO

A vida social moderna ameaça sobremaneira a experiência e a tradição.

[BENJAMIN (1935/36) acredita que "no interior de grandes períodos históricos, a forma de percepção das coletividades humanas se transforma ao mesmo tempo que seu modo de existência" (1985, p. 169) e dedica especial atenção ao desenvolvimento da técnica e suas implicações na cunhagem de novas formas de percepção. Observa que o desenvolvimento técnico, ao transformar a existência humana, cria também as situações de treino e adaptação da percepção e da sensibilidade coletivas às novas condições de vida.

Na simultaneidade desses processos, a percepção é alvo e produto das transformações do trabalho e do lazer, da comunica

ção social e da arte ocorridas a partir do desenvolvimento tecnológico.

O trabalho industrial impõe à percepção uma acomodação ao seu ritmo automático e à fragmentação de suas operações. Sua organização implica o isolamento dos trabalhadores, privilegiando a relação homem-máquina.

[Na relação com a máquina, o homem perde o direito ao exercício próprio ao trabalho artesanal, no qual uma certa especialização é conseguida lentamente, cristalizando-se apenas quando atinge uma certa maturidade. A técnica, neste caso, é resultado da experiência acumulada no exercício de um ofício. Trabalhar com máquinas exige treinamento. No treinamento, diferentemente do exercício, trata-se de adquirir precisão e rapidez na repetição de gestos desconectados entre si, que respondem aos estímulos emitidos ininterruptamente pela máquina, incrementando o tipo de recepção própria à vivência do choque.]

Este adestramento da percepção exigido pela organização industrial do trabalho estende-se à esfera cultural, também perpassada pela técnica.

[Na comunicação social, o desenvolvimento da imprensa vem de encontro à forma de percepção do homem da vivência. Seu domínio é o da informação e esta consiste numa maneira de impermeabilizar os acontecimentos para a experiência do leitor.] Este efeito, segundo BENJAMIN (1939), decorre dos princípios da informação jornalística — novidade, brevidade, inteligibilidade e ausência de conexão entre notícias isoladas — bem como, da paginação e do

estilo lingüístico empregados na confecção do jornal (1980, p. 127). Atendo-se aos fatos em si, a informação jornalística apresenta-os como sucessão de estímulos que visam causar impacto e sensação. [As grandes tiragens de um jornal repetem, a cada dia, a exposição deste universo fragmentado e desconexo, tolhendo a reflexão e a imaginação.]

[A ascensão da imprensa evidencia a queda das formas de comunicação oral. Enquanto a informação silencia os indivíduos sobre sua própria experiência, as narrativas que povoam a tradição oral trazem o selo da experiência acumulada e passada de geração a geração. Na narrativa, os acontecimentos são incorporados pelo narrador e este os transmite, como experiência, aos ouvintes.]

Se, como afirma Benjamin, existe uma competência histórica entre as diversas formas de comunicação, a imprensa e o império da informação constituem-se como a matriz das formas de comunicação em sintonia com os tempos modernos.

Na obra de arte, o desenvolvimento técnico toma duas direções: por um lado, possibilita a reprodução das obras de arte, introduzindo-lhes modificações; por outro, conquista um lugar próprio nos procedimentos artísticos.

[A reprodução técnica das obras de arte indica e determina um declínio da "aura", pois o objeto único, preservado pela tradição, torna-se passível de multiplicação.]

[A cópia, porém, não conserva as características do objeto original como testemunho do passado.] A técnica, afirma BEN-

JAMIN (1935/36), "destaca do domínio da tradição o objeto reproduzido" (1985, p. 168). Esta ocorrência aponta uma tendência da percepção das coletividades modernas: fazer as coisas ficarem próximas, superando, contudo, o seu caráter único.

A realização desta tendência, através da reprodução, substitui a unidade e durabilidade do objeto autêntico pela transitoriedade e pela incapacidade absoluta de originalidade da cópia. A percepção volta-se para a captação do semelhante, mesmo no que é único.

Ao mesmo tempo, a reprodução libera a obra de arte de seu estatuto subalterno aos rituais e dita novas formas de arte onde o valor de culto é substituído pelo valor de exposição.

A fotografia e, mais contundentemente, o cinema surgem como formas de arte nas quais a técnica ocupa lugar como manifestação artística. Nelas não se trata da reprodução como apropriação de um objeto único, mas da reprodução como procedimento artístico em si mesma.

O cinema, para BENJAMIN (1935/36), encarna de modo significativo a metamorfose das relações entre obra de arte e percepção. Para ele,

o filme serve para exercitar o homem nas novas percepções e reações exigidas por um aparelho técnico cujo papel cresce cada vez mais em sua vida cotidiana. Fazer do gigantesco aparelho técnico do nosso tempo o objeto das inervações humanas — é essa a tarefa histórica cuja realização dá ao cinema o seu verdadeiro sentido.

(1985, p. 174)

[O cinema, como treino e preparação para a vida no mundo moderno, organiza-se em torno da produção de efeitos de choque — a imagem está a serviço da recepção táctil. A intermitência das imagens configura-se como golpes que interrompem a associação de idéias do espectador e exige uma atenção aguda.]

Esta visão de Benjamin sobre o cinema permite contestar a suposição de que o predomínio da imagem, no mundo contemporâneo, corresponde a um predomínio do sentido da visão. [Para o autor, a visão está ligada à contemplação e implica toda relação do olhar que é olhado, do olhar que faz a coisa olhar.] A imagem, inserida no contexto da reprodução técnica, privilegia a recepção táctil, uma vez que está estruturada de modo a obter o choque como efeito.

No caso do cinema, o choque físico e o choque moral unificam-se e o constituem como "a forma de arte correspondente aos perigos existenciais intensos com os quais se confronta o homem contemporâneo" (BENJAMIN (1935/36), 1985, p. 192).

A contrapartida da arte estruturada em torno do efeito de choque é a recepção através da dispersão. A atitude daqueles que buscam distração no cinema, acredita Benjamin, só pode ser compreendida como oposta à atitude do recolhimento.

ROUANET, comentando Benjamin, afirma que

as duas atitudes polares do recolhimento (*sammlung*) e da dispersão (*zerstreung*) se relacionam entre si como a arte aurática se relaciona com a pós-aurática. A atitude de recolhimento leva quem contempla uma obra de arte a mergulhar nela, como o pintor chinês que desaparece em sua tela; a atitude de dispersão leva a massa distraída a incorporar em sua própria substância a obra de

arte. Num caso, o indivíduo isolado se perde na obra, no outro, a obra se perde na massa.

(1981, p. 56/57)

A recepção da obra de arte aurática é fundamentalmente ótica, fruto de um despreendimento do olhar daquele que a contempla, e envolve uma atenção que se detém e vai de encontro ao objeto.

A recepção táctil, componente da arte pós-aurática, opera pelo hábito, implicando uma atenção respondente. A recepção táctil e o hábito são formas perceptivas adaptadas às exigências da modernidade, exigências que já não encontram resposta na perspectiva ótica, através da contemplação.

As atitudes do recolhimento e da dispersão estão ligadas, respectivamente, à recepção individual (como no caso da pintura) e à recepção coletiva (como no caso do cinema) da obra de arte.

O público de cinema, observa Benjamin, experimenta diante do filme, algo semelhante ao que experimenta, em escala individual, o transeunte no enfrentamento do tráfego e isto configura a situação de treino.

Contudo, a recepção coletiva aliada às operações sobre a imagem levam-no a atribuir ao cinema, também, uma função preventiva de psicoses coletivas que poderiam eclodir em consequência das tensões às quais os indivíduos estão sujeitos no mundo "tecnizado". Ele diz:

a tecnização abriu a possibilidade de uma imunização contra tais psicoses de massa, através de certos filmes, capazes de impedir, pelo desenvolvimento artificial de fantasias sadomasoquistas, seu amadurecimento natural e perigoso.

(BENJAMIN (1935/36), 1985, p. 190)

Nesta perspectiva, a hilariedade coletiva representaria uma eclosão precoce e saudável da psicose de massa.

Esta função preventiva do cinema realiza-se na medida em que ele torna possível, ao público, apropriar-se, em escala coletiva, de modos individuais de percepção próprios ao psicótico e ao sonhador, atuando através do princípio da catarse.

A catarse, embora possa ser questionada como terapêutica em si, é um modelo de prevenção coerente com a dificuldade do homem moderno em acolher e elaborar a experiência. Segue, de perto, o funcionamento da vivência de choque aprisionada à tarefa de evanescer excitações.

[Destas observações sobre as transformações da percepção decorrentes da presença da tecnologia no trabalho, na comunicação e na arte (estas últimas incorporadas à indústria do divertimento), emerge a imagem de um homem separado de sua experiência e da experiência coletiva. O isolamento coletivo em contraposição à comunidade de narradores e ouvintes de outros tempos, a atitude da dispersão em contraste com a do recolhimento, a reação e a catarse em contraposição à contemplação e à reflexão são sintomas e efeitos de um mundo avesso à experiência.]

● PROUST E BAUDELAIRE

A preocupação com as condições sociais para a experiência permeia, também, as reflexões de Benjamin sobre Proust e Baudelaire. Num sentido próximo mas diferenciado, ele vê na obra e na vida destes escritores formas exemplares de expressão e enfrentamento da passagem ao moderno, no âmbito da construção poética.

Em Proust, o "episódio da madalena"¹ abre caminho para um encontro com o passado pessoal, através da memória involuntária.

Ao se propor realizar um relato de sua própria infância, Proust cria as condições propícias para o trabalho da memória involuntária. Estas condições, todavia, dependem do esforço e da disciplina solitários de um indivíduo isolado, remando contra a maré das condições sociais que o circundam.

(1) Este episódio, descrito por Proust nas páginas finais do primeiro capítulo de No caminho de Swann, compreende três momentos, por assim dizer. No primeiro, Proust comenta a natureza das lembranças que guardava de Combray — "o teatro e o drama de meu deitar" — fornecidas unicamente pela memória voluntária. A este comentário, segue-se a descrição do episódio propriamente dito:

"(...) um dia de inverno, ao voltar para casa, vendo minha mãe que eu estava com frio, ofereceu-me chá, coisa que era contra os meus hábitos. A princípio recusei, mas, não sei por quê, terminei aceitando. Ela mandou buscar um desses bolinhos pequenos e cheios chamados madalenas e que parecem moldados na valva estrada de uma concha de S. Tiago. Em breve, maquinalmente, acabei brunhado com aquele triste dia e a perspectiva de mais um dia tão sombrio como o primeiro, levei aos lábios uma colherada de chá onde deixara amolecer um pedaço de madalena. Mas no mesmo instante em que aquele gole, de envolta com as migalhas do bolo, tocou o meu paladar, estremeci, atento ao que se passava de extraordinário em mim. Invadira-me um prazer delicioso, isolado, sem noção de sua causa (...) De onde teria vindo aquela poderosa alegria? Senti que estava ligada ao gosto do chá e do bolo, mas que ultrapassava infinitamente e não devia ser da mesma natureza. De onde vinha? Que significava? Onde apreendê-la?"

Em seguida, Proust faz várias tentativas de ligar a sensação prazerosa a alguma lembrança. Abandona a empreitada e, de súbito, a lembrança aparece: Proust reconhece o gosto do pedaço de madalena molhado no chá experimentado em casa de uma tia, quando criança, em Combray. Junto com essa lembrança, descortina-se para Proust toda a Combray, seus arredores, seus personagens.

Como sintetiza ROUANET,

[Proust tenta realizar com meios privados o que a sociedade, com meios comunitários, oferecia antes a cada indivíduo: a possibilidade de extrair, do fundo de sua experiência, os movimentos significativos do passado individual e coletivo.]

(1981, p. 51)

*[Esta tarefa supõe uma suspensão da ação e uma entrega à recordação.] Na avaliação de BENJAMIN (1929), este processo assume em Proust uma dimensão onde "as intermitências da ação são o mero reverso do *continuum* da recordação" (1985, p. 38). Seus dias são transformados em noites; suas relações com o mundo e com os amigos, sacrificadas em favor de uma disponibilidade radical para o acolhimento das imagens e sensações que brotam do esquecimento. Sua escritura é tecida no compasso das reminiscências. "É a reminiscência", diz BENJAMIN (1929), "que prescreve, com rigor, o modo de textura" da obra proustiana (1985, p. 37).

Para Benjamin, a volumosa obra de Proust, situada "no coração do impossível", dá uma noção das disposições necessárias para a restauração, na modernidade, da figura do narrador.

[Estas disposições incluem um afastamento do mundo e uma sensibilidade para o mundo.] O afastamento transforma a existência de Proust na "floresta encantada da recordação" e lhe permite configurar uma imagem de si calcada na experiência passada. A aproximação do mundo, através da curiosidade e do mimetismo, dão lhe uma visão profunda de sua classe social.

Benjamin atribui às obras de Proust o valor de terem recolhido os segredos mais íntimos de sua época — elas represen-

tam não apenas o universo privado do autor, mas espelham a solidão e o isolamento do mundo em que viveu. BENJAMIN (1929) expressa isto de maneira contundente: "a tagarelice incomensuravelmente ruidosa e vazia que ecoa nos romances de Proust é o rugido com que a sociedade se precipita no abismo dessa solidão" (1985, p. 46).

Nos interstícios da construção de uma imagem de si, Proust desenha a fisionomia de sua classe e de sua época.

[Nesse sentido, o empreendimento proustiano atesta a confluência do individual e do coletivo, em cada experiência genuína — em sua essência, a verdadeira experiência, mesmo aquela realizada por meios privados, traz as pegadas do coletivo e a ele volta como legado.]

Para Benjamin, Proust tornou o século XIX capaz de memória e Baudelaire tornou a vivência do homem moderno possível de ser apreendida pela experiência.

Ter sido empurrado pela multidão é a experiência marcante de Baudelaire. O poeta que perde sua auréola ao atravessar uma rua movimentada remete às perdas impostas pela modernidade. A relutância do poeta entre tentar resgatá-la ou deixá-la ficar na lama do chão encarna os conflitos e tensões existentes entre o mundo aurático e o pós-aurático, entre a resistência ao moderno e seu chamamento.

Baudelaire, sustenta BENJAMIN (1939), "assinalou o preço de se ter a sensação do moderno: a trituração da aura na vi-

vivência do choque" (1980, p. 170). E Baudelaire paga este preço, transitando da vivência para a consciência da vivência como perda.

Melancólico e desconsolado, percebe o desaparecimento das condições para elaboração da experiência, para a contemplação, para o surgimento das "correspondências". Através do *spleen*, capta o mundo humano naturalizado, coisificado, que "não exala nenhum hálito de pré-história. Nenhuma aura" (BENJAMIN (1939), 1980, p. 160).

Os personagens-cúmplices de Baudelaire — prostitutas, mendigos, bêbados, velhos, o próprio poeta — delineiam-se contra a multidão uniforme e ordenada que se desloca automaticamente.

A multidão é objeto da cólera de Baudelaire, mas é, também, foco de atração e aproximação. Envolvendo-se em seu turbilhão, o poeta encontra-se no coração da modernidade e a conhece em sua própria carne. A vivência do choque não lhe é estranha.

A reflexão e o registro poético desta vivência destilam-na como experiência. A poesia de Baudelaire, segundo Benjamin, "expõe a vivência em sua nudez". Diante dela, o homem moderno pode, talvez, parar e se reconhecer.

As obras de Proust e Baudelaire, na ótica benjaminiana, são exemplares num duplo sentido: são construções que enfrentam as adversidades e barreiras postas à memória e à experiência e são construções que trazem à luz as ruínas sobre as quais se ergue a

modernidade — [a destruição da tradição, a perda da memória, o declínio da experiência.]

● OS NOVOS BÁRBAROS

No texto Experiência e pobreza, de 1933, Benjamin aborda o tema da falência da experiência dentro de uma outra perspectiva. Nota um processo de galvanização, fruto da "angustiante riqueza de idéias" difundidas "sobre as pessoas". Esta difusão, desvinculada da experiência, provoca uma espécie de saturação comparável à provocada pelo alimento em relação à fome: traz a chance da necessidade e do consumo.

Nesta circunstância, Benjamin pondera que é preferível assumir a pobreza de experiência como algo coletivo. Disto resultaria uma nova barbárie, cujo sentido é positivo. Pois o novo bárbaro, ao reconhecer a pobreza de experiência, seria impulsionado a seguir em frente, recomeçando com poucos recursos.

No lugar do poeta que quer pôr a salvo a memória e a experiência, aparece o arquiteto como paradigma desta atitude que implica a reconstrução do mundo a partir de uma prancheta.

Artistas e arquitetos, fazendo tábula rasa do patrimônio cultural herdado, antecipam-se na construção de um mundo onde a pobreza de experiência se espelha.

Brecht, Paul Klee, Loos — entre outros — são lembrados por BENJAMIN (1933) porque "rejeitam a imagem do homem tradicional, solene, nobre, adornado com todas as oferendas do passa-

do, para dirigirem-se ao contemporâneo nu, deitado nas fraldas suas de nossa época" (1985, p. 116). Suas produções são sensíveis e solidárias à aspiração de seu contemporâneo que, acredita Benjamin, é a de libertar-se de toda experiência e ostentar sua pobreza externa e interna, na esperança de que algo decente possa emergir.

● A EXPERIÊNCIA ENTRE O PASSADO E O FUTURO

As idéias de Benjamin sobre as condições da experiência na modernidade contém desdobramentos não incluídos no traçado até aqui esboçado. Importa, no entanto, salientar o quanto estas idéias transcorrem na tensão entre tendências dirigidas ao passado e ao futuro.

Esta tensão é magnificamente evocada por BENJAMIN (1940), numa referência ao quadro *Angelus Novus* de Paul Klee.

Há um quadro de Klee que se chama *Angelus Novus*. Representa um anjo que parece querer afastar-se de algo que ele encara fixamente. Seus olhos estão escancarados, sua boca dilatada, suas asas abertas. O anjo da história deve ter esse aspecto. Seu rosto está dirigido para o passado. Onde nós vemos uma cadeia de acontecimentos, ele vê uma catástrofe única, que acumula incansavelmente ruína sobre ruína e as dispersa a nossos pés. Ele gostaria de deter-se para acordar os mortos e juntar os fragmentos. Mas uma tempestade sopra do paraíso e prende-se em suas asas com tanta força que ele não pode mais fechá-las. Essa tempestade o impele irresistivelmente para o futuro, ao qual ele vira as costas, enquanto o amontoado de ruínas cresce até o céu. Essa tempestade é o que chamamos progresso.

(1985, p. 226)

Ao investigar as mudanças ocorridas na percepção e na sensibilidade modernas, Benjamin faz um inventário de perdas. Suas

referências ao mundo tradicional, propício à experiência, estão imersas num sentimento melancólico.

[Todavia, suportando o luto pelas condições tradicionais perdidas, seu olhar perscruta a modernidade em busca do que aí pode ser reconhecido como experiência. Nesta busca, Benjamin põe em cena o narrador sobrevivente no escritor, o poeta, o crítico, o construtor, o *flâneur*, a multidão, neles circunscrevendo o dilema da modernidade frente à experiência. Em cada uma destas figuras a tensão entre passado e futuro transforma-se em presente e se traduz em formas peculiares de ação e reflexão.]

A multidão é arrastada pela tempestade do progresso, furtando-se à memória e à experiência. É sinônima da massa criada no caldo das transformações das relações sociais ocorridas com o avanço tecnológico. No seu interior, vaga o *flâneur*, recolhendo fragmentos do passado da cidade e do seu próprio. "Produto da mesma configuração social que gerou a massa", diz ROUANET, "o '*flâneur*' tem a ilusão de sobrepor-se a ela, porque preservou o dom da rememoração" (1981, p. 66). Conservando a capacidade de narrar aquilo que ouviu da cidade, o *flâneur* faz convergir, ainda uma vez, a memória individual e a coletiva.

A experiência do escritor e do poeta é também marcante como contraponto à vivência dos homens comuns. Em suas obras preserva-se o amálgama da experiência individual e coletiva. Elas apresentam-se, também, como modos de apreensão reflexiva da modernidade.

Em Proust, a experiência autêntica com a memória do pas

sado pessoal arquiteta uma narrativa onde a memória de uma época vem se instalar. Em Baudelaire, a linguagem poética revolucionada fala ao moderno do lugar de uma dilacerante experiência de luto pelo que está perdido e de uma aguda consciência do que está em jogo no presente.

[Diante da ausência de memória, Proust expõe um fabuloso exercício da memória.] Diante da cegueira do homem da vivência, Baudelaire expõe a vivência em sua nudez.

Numa outra vertente, a pobreza de experiência decorrente da relação consumística com a cultura é captada por artistas e arquitetos. Seu compromisso com o novo inspira-se no desejo de criar um mundo onde o homem exaurido de tanto devorar os bens culturais possa se instalar. "Em seus edifícios, quadros e narrativas", diz BENJAMIN (1933), "a humanidade se prepara, se necessário, para sobreviver à cultura" (1985, p. 119). Neste caso, a pobreza da experiência é elaborada como experiência da pobreza na prancheta do artista-construtor. A experiência do novo bárbaro parte da renúncia dos legados do passado e, nela, Benjamin vê uma possível preparação para o futuro.

Esta visão de Benjamin sobre o artista permite vislumbrar uma dimensão da experiência ancorada na relação com o presente. A fidelidade do artista à sua época imprime às suas obras o testemunho de seu tempo, incluindo aí as relações nele estabelecidas com o passado e o futuro. Este testemunho pode vir a se constituir um legado para gerações futuras.

O crítico de arte, assim como o historiador, têm para

Benjamin a função de compreender e decifrar as mensagens enviadas ao presente pelas obras e pela história do passado.

Afirma KOTHE, a propósito de Benjamin:

A função do crítico é fazer com que as obras do passado também atuem no presente (...) Se 'anjo' significa também 'mensageiro', as obras de arte são os anjos que o passado nos envia mas cujas mensagens o presente a ca da momento ameaça esquecer e não entender.

(1978, p. 115)

Cabe ao crítico estabelecer o elo entre um interesse do presente e as mensagens do passado.

Estas mensagens repousam no fascinante mistério da duração das obras que, atravessando longos períodos, permanecem vivas, como se cumprissem um desígnio. Nisto BENJAMIN se apoia para afirmar que "a crítica indaga sobre a verdade cuja chama viva continua a arder sobre os pesados troncos do passado e as leves cinzas da vida que se foi" (apud ARENDT, 1987, p. 136).

Somente as indagações do presente têm o poder de reacender a chama desta verdade incrustada nas obras do passado. O crítico, através de suas indagações, tem como tarefa vivificar para seus contemporâneos as obras do passado.

O historiador emerge nas reflexões de Benjamin sobre a História. Nelas critica a visão historicista que concebe a história como um encadeamento linear e contínuo de acontecimentos, onde cada momento do passado se fixa e se neutraliza para o presente.

Para BENJAMIN (1940), articular historicamente o passado "significa apropriar-se de uma reminiscência, tal como ela relampeja no momento de um perigo" (1985, p. 224). Neste momento, atualizam-se as utopias frustradas do passado, que dirigem ao presente um apelo de redenção.

[O instante da atualização, o "agora" benjaminiano, congrega o passado, o presente e o futuro.] Seu impacto paralisa o tempo linear, afronta a cronologia e explode o *continuum* da História. Nele, o passado morto do historicismo rejuvenesce (MATOS, 1989, p. 101/102).

À idéia da História como progresso da humanidade num processo automático e determinado, transcorrido num tempo homogêneo e vazio, Benjamin contrapõe a da História construída a partir do "tempo saturado de 'agoras'".

O presente no qual o historiador escreve a História não é transição, mas parada no tempo onde o pensamento capta uma "configuração saturada de tensões". Nesta configuração, considera BENJAMIN (1940), "ele (o historiador) reconhece o sinal de uma imobilização messiânica dos acontecimentos, ou, dito de outro modo, de uma oportunidade de lutar por um passado oprimido" (1985, p. 231). Esta mesma configuração marca o contato de sua própria época com uma época anterior determinada, ligadas pela visão do que ainda pede para se realizar — o passado não realizado, o presente em perigo e o futuro como possibilidade de redenção condensam-se, num instante, como "resumo da história de toda a humanidade".

No poeta, no escritor, no artista, bem como na explici

tação das tarefas do crítico de arte e do historiador, Benjamin esquadrinha uma singularidade da experiência na modernidade — sua desvinculação da vida coletiva.

[Com o desaparecimento das condições do mundo tradicional, a experiência se desloca para o reduto desses personagens sociais que problematizam sua relação com a tradição.] As atitudes de apego, luto ou abandono relativas à tradição são expressão de um longo e dificultoso embate entre tendências que se tornaram incompatíveis no mundo moderno: seguir os movimentos para frente e para fora do progresso, rumo ao futuro, e se dedicar ao resgate do passado, movendo-se para trás e para dentro.

Por isso, talvez, a intermitência entre aproximação e isolamento do mundo seja tão atuante naqueles que Benjamin assinala como arquitetos da experiência moderna, pois a experiência implica a cumplicidade entre um modo de sintonia com o presente e um modo de olhar e acolher o passado.

[Por outro lado, o amálgama de conteúdos individuais e coletivos só é possível na reciprocidade entre o trabalho de elaboração interna do indivíduo e a pertença ao coletivo.]

Estes aspectos da experiência colocam os termos de um impasse que Benjamin encontra em Baudelaire: estar imerso no mundo, seguir com a multidão e, ao mesmo tempo, tornar à experiência.

O isolamento como condição para elaboração da experiência pessoal torna o indivíduo inexperiente com relação ao mundo.

Ao aproximar-se do mundo, o indivíduo corre o risco de se diluir e transfigurar-se no ritmo frenético da vida moderna, perdendo os laços com a memória e a experiência.

A intermitência dos movimentos de imersão no mundo e isolamento pode significar uma possibilidade de sobrevivência da experiência. No entanto, esta intermitência pode deixar o indivíduo que a empreende isoladamente em dívida com a tradição ou com sua época.

[A leitura do tema da experiência em Benjamin configura um dilema que permanece atual e fala de perto ao pesquisador contemporâneo. Aderir ao tema da experiência, no âmbito da pesquisa em quaisquer áreas do conhecimento humano, pode significar confrontar-se com questões teóricas e práticas advindas do desejo de constituir a pesquisa como ocasião de elaboração e transmissão de experiência, nas condições atuais de crescente especialização, informatização e "tecnização" do saber.]

CAPÍTULO II

O NARRADOR E A PESQUISA: EM BUSCA DA EXPERIÊNCIA

[A experiência comporta um trabalho de elaboração do vivido cujo sentido se completa ao ser comunicado, transmitido.]

Elaboração e transmissão de experiência integram-se na tradição oral das narrativas, tradição que míngua no mundo moderno, onde a informação passa a predominar na esfera da comunicação social.

[O impacto do desenvolvimento tecnológico sobre as formas da comunicação e do saber é determinante na configuração da predominância da informação sobre a narrativa.] Essa predominância, por sua vez, tem desdobramentos percebidos tanto no âmbito mais geral da cultura, quanto no âmbito mais específico da produção do saber universitário.

[Na cultura, Benjamin considera que o desaparecimento da arte de narrar evidencia a perda da capacidade de intercambiar experiência.] Evidencia, talvez, que o saber oriundo da experiência já não serve mais. Ou, ainda, que as experiências se tornaram incomunicáveis.]

LYOTARD dá uma versão contemporânea da dispersão da função narrativa. Ele diz: "cada um de nós vive em muitas encruzilhadas. Não formamos combinações de linguagem estáveis, e as propriedades destas por nós formadas não são necessariamente comunícáveis" (1988, p. XVI).

[A instabilidade e a multiplicidade dos jogos de linguagem, a quantidade e o perecimento da informação veiculada diária e massivamente impõem um ritmo intenso à rede comunicacional, excluindo a narrativa que se consolida num tempo lento, atravessado pelos sucessivos atos de narrar, por meio dos quais a experiência sedimenta-se. Na informação, a experiência não encontra abrigo. Sob a égide da informação, é possível que tenha se tornado inútil e incomunicável tudo aquilo que não é imediatamente operacional e comensurável. A experiência quase sempre não o é.]

Com relação à pesquisa e à transmissão de conhecimento no circuito universitário, a incidência de elementos tecnológicos aponta para a mesma direção: exigência de operacionalização do saber e sua tradutibilidade em quantidade de informação.

A pesquisa voltada para a experiência coloca em cena, necessariamente, a estrutura do saber narrativo e esta difere fundamentalmente da informatização do saber requerida e propiciada pelas articulações entre ciência e tecnologia.

Ao tomar a experiência de psicólogas em meios de comunicação de massa como objeto de estudo, parte-se, aqui, da suposição inicial de que a narrativa encontra, ainda, condições de trânsito e legitimidade, tanto a nível geral da cultura, quanto a nível do saber universitário.

Neste capítulo, trata-se, primeiramente, de assinalar alguns aspectos da polaridade narrativa/informação, em dois planos: o da comunicação social, através de Walter Benjamin e o do saber universitário, através de Lyotard.

Num segundo momento, regiões teóricas da crítica literária, das ciências sociais e da psicologia social são visitadas, numa tentativa interdisciplinar de: 1. estabelecer uma política da pesquisa que abra espaço para a palavra experiente no lugar da palavra competente (CHAUI, 1980) que adere à informatização do saber, incluindo aí uma revisão da ética das relações entre pesquisador e sujeito da pesquisa e 2. considerando que a palavra experiente pode surgir no depoimento como momento de elaboração e transmissão da experiência, [delinear uma metodologia para o trato de depoimentos que lhes faça justiça enquanto registros da experiência.]

PARTE I

 EXPERIÊNCIA, NARRATIVA E INFORMAÇÃO

[Benjamin observou que a arte de narrar vinha desaparecendo na cultura moderna e relacionou sua decadência, entre outros aspectos, ao fato de as pessoas se verem privadas da "faculdade de intercambiar experiências". As experiências desmoralizadoras da guerra, da inflação, da imoralidade dos governantes teriam, à época (1936) em que Benjamin escreve sobre o narrador, tornado seus contemporâneos pobres em experiências comunicáveis.

Se "as ações da experiência estão em baixa", a figura do narrador tende a se distanciar, ou mesmo desaparecer, pois ele se nutre da experiência que passa de pessoa a pessoa, pelas malhas da comunicação oral. Seus representantes arcaicos — o camponês e o marinheiro — transmitiam o saber do passado e o das terras distantes. Estes representantes evocam a aura das narrativas que aproximam o longínquo no tempo e no espaço, atualizando esse distante pela voz do narrador que conta histórias impregnadas de um saber cuja autoridade reside na experiência — experiência da quele que permanece num lugar e conhece suas tradições e daquele que viaja e tem o que contar. O trabalho corporativo medieval permitiu a interpenetração destes dois tipos fundamentais de narradores, reunindo, na mesma oficina, o mestre sedentário e os aprendizes migrantes. No contexto comunitário do trabalho artesanal, a narrativa floresce. As atividades do trabalho manual — tecer, fiar, lapidar, polir, gravar — metaforizam os processos pelos quais a tradição narrativa se constitui. Como a matéria-prima nas mãos do artífice, a narrativa se aperfeiçoa, enriquece e consolida nos sucessivos atos de narrar, transcorridos num tempo prolongado.

[A narrativa é, segundo BENJAMIN (1936), num certo sentido, uma forma artesanal de comunicação, onde a matéria-prima trabalhada é a experiência — do narrador que mergulha a coisa narrada em sua própria vida, para, em seguida, transmiti-la, e a do ouvinte, que assimila a coisa narrada à sua própria experiência (1985, p. 205).]

A experiência que se constrói "pela correlação e elaboração de dados diversos, obtidos na trajetória entre um estado de carência, que faz com que se constitua um desejo ou anelo, e a realização — ou não — dessa meta" (KOTHE, 1976, p. 84), encontra na narrativa uma forma de registro desta trajetória — registro que abriga, ao mesmo tempo, a sabedoria com seus desdobramentos práticos e o desconhecido, o fantástico, o obscuro.

A verdadeira narrativa, informa BENJAMIN (1936), tem sempre uma dimensão utilitária.

[Essa utilidade pode consistir seja num ensinamento, seja numa sugestão prática, seja num provérbio ou numa norma de vida — de qualquer maneira, o narrador é um homem que sabe dar conselhos.]

(1985, p. 200)

O conselho deixa entrever que a sabedoria do narrador não está apenas no conhecimento transmitido, mas também na maneira de transmitir. Diz BENJAMIN (1936):

*
Aconselhar é menos responder a uma pergunta que fazer uma sugestão sobre a continuação de uma história que está sendo narrada. Para obter essa sugestão, é necessário primeiro saber narrar a história (sem contar que um homem só é receptivo a um conselho na medida em que verbaliza a sua situação). O conselho tecido na substância viva da existência tem um nome: sabedoria.

(1985, p. 200)

[O conselho adota, no interior das narrativas, o sentido de uma sugestão e esta conecta a experiência do narrador à do ouvinte. Primeiramente por promover uma comutação de posições entre ouvinte e narrador — o ouvinte que requer o ensinamento é convidado a narrar sua própria situação, enriquecendo o universo de experiência do narrador, agora na posição de ouvinte, e revitalizando a rede de narrativas. Depois, por trazer o ensinamento como algo a ser decifrado de modo singular pelo ouvinte. A sugestão estimula, instiga, insinua um saber, mas não o prescreve. A imposição de prescrições permanece exterior à experiência do ouvinte, enquanto a sugestão ronda suas portas, só entrando, sutil e silenciosamente, quando convidada.]

Essa característica da dimensão utilitária da narrativa está em sintonia com sua dimensão fantástica. Assim como o ensinamento prático não adere à fórmula da prescrição, o relato do fabuloso se furta às explicações. [BENJAMIN (1936) considera que grande parte do mérito da arte de narrar repousa em evitar explicações.] "O extraordinário e o miraculoso", observa o autor, "são narrados com a maior exatidão, mas o contexto psicológico da ação não é imposto ao leitor" que, então, fica livre para interpretar a seu modo a história (1985, p. 203).

Uma "sóbria concisão" salva a narrativa das explicações, permitindo-lhe habitar regiões do desconhecido, do imponderável, do inefável. Nessa concisão está seu poder de surpreender e despertar o interesse dos ouvintes, remetendo-os à reflexão.

[A autoridade da narrativa não está na imposição de uma

interpretação, mas em sua origem na experiência². O narrador não explica as coisas narradas, mas se apresenta como quem as viveu, viu ou ouviu e as relata.]

Por outro lado, a ausência de explicações favorece a consolidação da narrativa, facilitando sua memorização. A memorização enseja a assimilação da história pelo ouvinte e é condição para que ele possa, um dia, recontá-la. [A memória sustenta a tradição oral como "uma lenta superposição de camadas finas e translúcidas" que, de acordo com BENJAMIN (1936), representa "a melhor imagem do processo pelo qual a narrativa perfeita vem à luz do dia, como coroamento das várias camadas constituídas pelas narrações sucessivas" (1985, p. 206).]

Resultado de um trabalho coletivo cujo tempo gasto não conta, a narrativa acolhe a sabedoria e a existência vivida naquilo que tem de essencial e inesquecível. Inserida na tradição oral, sua permanência no mundo depende da presença de uma comunidade de ouvintes e de um narrador que, como sugere BENJAMIN (1936), teria como tarefa "trabalhar a matéria-prima da experiência — a sua e a dos outros — transformando-a num produto sólido, útil e único" (1985, p. 221).

Benjamin refere-se a um processo gradual de expulsão da narrativa da esfera do discurso vivo. Nesse processo estão impli

(2) Esta mesma autoridade confere um caráter exemplar às palavras e gestos do moribundo, pois, no momento da morte, a sabedoria de toda uma existência vivida assume uma forma transmissível. A transformação da morte num acontecimento privado e asséptico priva a coletividade deste contato com a síntese da experiência de uma vida.

cados, de modo diferente, o romance e a informação.

O aparecimento do romance, nos primórdios da modernidade, é um indício do definhamento da tradição oral. Na visão benjaminiana, o romance não apenas depende essencialmente da difusão impressa, como difere fundamentalmente, em sua natureza, da narrativa — não provém da tradição oral, nem a alimenta (BENJAMIN (1936), 1985, p. 201).

[A narrativa integra três elementos dos quais se alimenta: a elaboração de dados diversos e difusos — advindos da experiência do narrador e de outros, a existência de uma comunidade de ouvintes e a memória.]

O romance, trata da descrição de uma vida — "um herói, uma peregrinação, um combate" — feita no isolamento, através da rememoração³.

"A origem do romance", diz BENJAMIN (1936), "é o indivíduo isolado, que não pode mais falar exemplarmente sobre suas preocupações mais importantes e que não recebe conselhos nem sabe dá-los" (1985, p. 201).

(3) Na narrativa, a memória é próxima à reminiscência em dois sentidos. Por um lado, o encontro do narrador com a comunidade de ouvintes atualiza a experiência passada — o vivido, visto e ouvido são reinventados na voz do narrador e assimilados de modo transformador pelos ouvintes. Por outro, o acesso à rede infinita de narrativas, onde todas as histórias se ligam entre si, é franqueado pela reminiscência — uma história puxando a outra, num processo semelhante ao da afluência associativa de imagens e sensações à memória. O romance descreve uma vida tal como é lembrada, após a morte. A rememoração demarcada pelo fim (a morte do personagem ou o final do romance) constrói, retrospectivamente, o sentido desta vida. Por isso, Benjamin considera a rememoração a "musa" do romance.

O romance expressa, de certa maneira, a segregação e o isolamento do homem moderno no que diz respeito à experiência, que já não pode mais ser construída e preservada coletivamente. Sua hegemonia com relação à tradição oral é sinal de que a teia narrativa que congregava a experiência coletiva foi rompida.

Outras formas de literatura — contos e novelas, principalmente — retomam elementos da tradição oral, no âmbito da comunicação impressa. Porém este fato não impede Benjamin de afirmar que o surgimento do romance marca o princípio de um processo que culminará com a morte da narrativa — da narrativa nos moldes da tradição oral, pois, embora as formas literárias, mesmo o romance, bebam, eventualmente, das fontes da tradição oral, a relação do narrador com uma comunidade de ouvintes tende a desaparecer.

[A informação, por sua vez, constitui uma ameaça muito mais poderosa contra a narrativa. Sua predominância na comunicação social representa a instalação de uma forma de transmissão e recepção do saber alheia à experiência e incompatível com a narrativa, regida pelos critérios do imediatismo e da plausibilidade — aspira a uma verificação imediata e precisa ser compreendida em si e para si (BENJAMIN (1936), 1985, p. 203).]

A informação, considera BENJAMIN (1936),

só tem valor no momento em que é nova. Ela só vive nesse momento, precisa entregar-se a ele e sem perda de tempo tem que se explicar nele. Muito diferente é a narrativa. Ela não se entrega. Ela conserva suas forças e depois de muito tempo ainda é capaz de se desenvolver.

(1985, p. 204)

[O espírito da narrativa silencia diante do misterioso, deixando o ouvinte entregue às suas próprias especulações e hipóteses explicativas. Por esta razão, conserva as forças germinativas do espanto, do interesse e da reflexão. A informação esgota-se no fato, pretendendo esgotá-lo.]

O jornalismo, através do qual Benjamin analisa a informação, fragmenta, restringe e abrevia os acontecimentos. O leitor de jornal, por seu lado, tem pressa — imerso na "correria da multidão pelas avenidas metropolitanas", encontra-se numa disposição oposta àquela demandada pela transmissão e recepção da experiência (KOTHE, 1976, p. 84).

De acordo com KOTHE, para Benjamin, o jornal "não serve basicamente para comunicar, mas sim para que a verdadeira comunicação entre os homens não se realize" (1976, p. 81).

Considerando a verdadeira comunicação como aquela propiciadora do intercâmbio de experiências, esta concepção benjaminiana sobre o jornal (e, por extensão, sobre a imprensa em geral) pode ser desenvolvida em duas ordens de argumentações que a reforçam e que são derivadas de formulações teóricas posteriores às reflexões de Benjamin.

A primeira delas diz respeito ao deslocamento da autoridade da experiência imperante na tradição oral para a autoridade do especialista que predomina no jornalismo e é concomitante à difusão de conhecimentos científicos.

Na narrativa oral, como foi visto, a comutação de posi

ções entre ouvintes e narrador é exercida tendo como fundamento o fato de os interlocutores serem portadores do vivido, do visto e do ouvido — objetos do relato. LYOTARD informa que a tradição dos relatos encerra "os critérios que definem uma tríplice competência — saber-dizer, saber-ouvir, saber-fazer — em que se exercem as relações da comunidade consigo mesma e com o que a cerca" (1988, p. 40). Tais critérios têm sua origem na experiência coletiva e dela deriva o direito de ocupação dos lugares de remetente, destinatário ou herói da narrativa. Estes lugares, por sua vez, não obedecem a uma hierarquia pré-fixada e rígida, separando falantes e ouvintes, pois todos são potencialmente sujeitos da experiência.

O saber instituído, por sua vez, não recobre totalmente o saber que circula na tradição narrativa. Por um lado porque a eficácia de seus ensinamentos consagrados depende de serem eles recebidos e elaborados pela experiência do narrador e do ouvinte. Por outro, porque ela admite regiões de não-saber que reportam à reflexão, implicando narrador e ouvinte no trabalho de constituição do saber, a cada ato narrativo.

A imprensa, no que diz respeito à sua função de transmissão do saber, está intimamente ligada à ideologia científica. Nela, o discurso do burocrata — que supõe a repartição, circunscrição e a demarcação do discurso quanto aos interlocutores — e o discurso do conhecimento — que supõe a ordenação das idéias instituídas — encontram-se, configurando as duas faces de um fenômeno que Marilena Chauí denomina "discurso competente".

CHAUÍ refere-se ao discurso competente enquanto discurs

so do conhecimento, nos seguintes termos:

Sabemos que é o discurso do especialista, proferido de um ponto determinado da hierarquia organizacional(...) Sabemos também que é um discurso que não se inspira em idéias e valores, mas na suposta eficácia dos meios de ação. Enfim, também sabemos que se trata de um discurso instituído ou da ciência institucionalizada e não de um saber instituinte e inaugural e que, como conhecimento instituído, tem o papel de dissimular sob a capa da cientificidade a existência real da dominação.

(1980, p. 11)

[A presença do discurso competente na imprensa é perceptível, primeiramente, pela organização hierárquica do direito à palavra que autoriza o especialista, desautorizando, pelo mesmo movimento, o leigo.] Esta demarcação de lugares é determinada por uma confluência de saber e poder que transforma a ciência em conhecimento instituído⁴ e o concentra nas mãos de alguns.

Este conhecimento, no jornalismo, aparece recobrando os fatos, que sucumbem ao arsenal de previsões e explicações das idéias instituídas⁵.

(4) CHAUl explicita diferenças entre o saber e a ideologia: "o saber é trabalho para elevar à dimensão do conceito uma situação de não-saber, isto é, a experiência imediata cuja obscuridade pede o trabalho da clarificação (...) Só há saber quando a reflexão aceita o risco da indeterminação que a faz nascer, quando aceita o risco de não contar com garantias prévias e exteriores à própria experiência e à própria reflexão que a trabalha. Ora, para que a ideologia seja eficaz é preciso que realize um movimento que lhe é peculiar, qual seja, recusar o não-saber que habita a experiência, ter habilidade para assegurar uma posição graças à qual possa neutralizar a história, abolir as diferenças, ocultar as contradições e desarmar toda tentativa de interrogação"(1988, p. 5). É esta mesma diferenciação que separa o saber instituinte do conhecimento instituído que alimenta a ideologia cientificista.

(5) Félix Guatarri, numa de suas passagens por São Paulo, referiu-se a esta circunscrição dos fatos às explicações científicas em tom anedótico. Ele dizia, então, que, se um objeto não identificado, habitado por seres estranhos, pousasse na Praça da Sé, inesperadamente, em pleno dia, o espanto e a inquietação do acontecimento seriam imediatamente neutralizados pelas declarações dos especialistas, através da mídia, que dariam conta, não apenas de caracterizar o objeto e os seres com muita precisão, como de informar que sua visita já era prevista e aguardada.

[Paralelamente a esta circunscrição dos fatos pelas explicações — fenômeno que Benjamin capta já na primeira metade do século XX⁶ — o crescimento da imprensa (escrita e falada) vai incorporando, progressivamente, o discurso competente sobre o homem, suas relações, seu cotidiano.] Os efeitos desta incorporação sobre a experiência são contundentes. CHAUI assim os expressa:

O homem passa a relacionar-se com a vida, com seu corpo, com a natureza e com os demais seres humanos através de mil pequenos modelos científicos nos quais a dimensão propriamente humana da experiência desapareceu. Em seu lugar surgem milhares de artifícios mediadores e promotores de conhecimento que constroem cada um e todos a se submeterem à linguagem do especialista que detém os segredos da realidade vivida e que, indulgentemente, permite ao não-especialista a ilusão de participar do saber. Esse discurso competente não exige uma submissão qualquer, mas algo profundo e sinistro: exige a interiorização de suas regras, pois aquele que não as interioriza corre o risco de ver-se a si mesmo como incompetente, anormal, a-social, como detrito e lixo.

(1980, p. 12/13)

Cabe lembrar que estes efeitos não são resultado apenas da difusão de conhecimento pela imprensa escrita e falada. A imprensa tem aí um papel complementar ao da institucionalização de práticas especializadas e normativas no campo da pedagogia, da psicologia, da medicina, da psiquiatria, entre outras⁷.

Essa breve referência ao discurso competente descobre elementos confirmadores da afirmação de que, na comunicação social mediada pela imprensa, a verdadeira comunicação entre os homens, no sentido benjaminiano, desaparece, já que desaparece a ex

(6) "Cada manhã recebemos notícias de todo o mundo. E, no entanto, somos pobres em histórias surpreendentes. A razão é que os fatos já nos chegam acompanhados de explicações. Em outras palavras, quase nada do que acontece está a serviço da narrativa e quase tudo está a serviço da informação" (BENJAMIN (1936), 1985, p. 203).

(7) Sobre esta questão ver: FOUCAULT, Michel. A vontade de saber. Rio de Janeiro, Ed. Graal; 1977.

COSTA, Jurandir Freire. Ordem médica e norma familiar. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1983.

periência como origem do trabalho de constituição de um saber coletivo e como fonte de qualificação dos sujeitos na relação comunicacional.

Há outra vertente de argumentações que ampara as reflexões de Benjamin sobre a distância existente entre o universo da imprensa e o da experiência.

Esta vertente diz respeito à inserção da imprensa na chamada indústria cultural ou, como prefere Hannah Arendt, na indústria do entretenimento.

Arendt destaca uma diferença entre cultura e entretenimento: a primeira está ligada aos objetos, como fenômeno do mundo; a segunda, às pessoas, como fenômeno da vida. O entretenimento entra no ciclo vital como objeto ou coisa que se consome para a manutenção da vida. Portanto, nas palavras de ARENDT,

a cultura é ameaçada quando todos os objetos e coisas seculares, produzidos pelo presente ou pelo passado, são tratados como meras funções para o processo vital da sociedade, como se aí estivessem somente para satisfazer a alguma necessidade — e nessa funcionalização é praticamente indiferente saber se as necessidades em questão são de ordem superior ou inferior.

(1972, p. 261)

O bem de consumo, seja o alimento ou a diversão — pão e circo — precisa ser constantemente reproduzido. Nesta necessidade de reprodução, que implica o imediatismo e a novidade, os objetos de cultura passam a ser assimilados e transformados pela indústria de diversão. Esta transformação determina a morte, a destruição dos objetos de cultura — eles perdem sua integridade e seu poder crítico sobre a sociedade.

A imprensa participa da indústria cultural, não apenas através de uma redução "ideologizante" do saber, na qual "a frase feita é a marca mercantil que torna o pensamento transacionável" (KOTHE, 1976, p. 83), mas transformando objetos culturais em bens de consumo, ou seja, os mecanismos que circunscrevem e abreviam o saber científico atingem igualmente outras manifestações do trabalho cultural, em especial a arte⁸.

[Assim como a imprensa opera a esterilização dos fatos pelas explicações, opera a neutralização do poder de evocação da experiência, presente nos objetos culturais.]

Em termos benjaminianos, trata-se de um processo de perda da "aura" dos objetos culturais — ou seja, de seu poder de evocar o longínquo e o distante — em favor da evanescência do ciclo novidade/consumo dos bens de consumo. Esse processo tem sua contrapartida na forma de percepção que caracteriza o homem da vivência — percepção afinada com a imprensa e distanciada das predisposições necessárias à recepção do objeto cultural enquanto registro da experiência histórica e coletiva.

Os elementos até aqui expostos apontam para uma distinção significativa entre a comunicação social realizada através da tradição oral e aquela que caracteriza a imprensa.

(8) Este processo é tematizado por Benjamin nas reflexões sobre o jornalístico e o literário. Se, por um lado, o jornalismo representa um elemento intermediário entre o literário e a sociedade, por outro, dada a sua dependência com respeito aos interesses dominantes nas relações de produção no capitalismo tardio, tende a neutralizar o poder crítico do literário. Como jornalista, Benjamin dedicou-se à resenha e à crítica literária, o que, no interior da tensão entre se ater ao autenticamente literário e a necessidade de se vender no mercado, figura uma prática inconformista, motivada pelo desejo de intervir no jornalístico, remetendo o leitor ao literário. (KOTHE, 1976, p. 81/pp. 82/83).

A obstrução da verdadeira comunicação entre os homens configura o jornal (e, por extensão, a imprensa) como instrumento de poder que veicula a ideologia dominante sob a "capa da cientificidade", neutraliza a potência dos fatos e dos objetos culturais enquanto fontes de reflexão e cria barreira à circulação dos lugares de fala e, portanto, à constituição de um saber coletivo. A informação introduz na comunicação social a mediação do especialista, mediação que aparta cada um e todos entre si da experiência.

[Na tradição oral, os relatos e as histórias são objetos culturais que contemplam uma dupla necessidade da experiência: a de sedimentação ao longo do tempo, abrigando o passado e a de abertura para o presente. Os relatos e histórias atualizam a experiência do passado, ao mesmo tempo em que se enriquecem com aquela do presente.]

[A narrativa é preciosa pois conecta cada um à sua experiência, à do outro e à do antepassado, amalgamando o pessoal e o coletivo. E o faz de uma maneira democrática ou, mais precisamente, da única maneira possível para que uma prática social seja democrática — fazendo circular a palavra, concedendo a cada um e a todos o direito de ouvir, de falar e de protagonizar o vivido e sua reflexão sobre ele.]

● A INFORMATIZAÇÃO DO SABER E A DISPERSÃO DA FUNÇÃO NARRATIVA

Lyotard, em O pós-moderno, empreende uma análise da posição do saber nas sociedades desenvolvidas, partindo da hipótese de que o saber muda de estatuto quando as sociedades entram na

idade dita pós-industrial e as culturas na idade dita pós-moderna⁹.

O desenvolvimento tecnológico propicia, na contemporaneidade, uma intensa informatização das sociedades. De acordo com LYOTARD,

nesta transformação geral, a natureza do saber não permanece intacta. Ele não pode se submeter aos novos canais, e tornar-se operacional, a não ser que o conhecimento possa ser traduzido em quantidade de informação. Pode-se então prever que tudo o que no saber constituído não é traduzível será abandonado, e que a orientação das novas pesquisas se subordinará à condição de tradutibilidade dos resultados eventuais em linguagem de máquina. Tanto os "produtores" de saber como seus utilizadores devem e deverão ter os meios de traduzir nestas linguagens o que alguns buscam inventar e outros a prender.

(1988, p. 4)

A hegemonia da informática não só redimensiona os campos da pesquisa científica, como tende a transformar sobremaneira a transmissão de conhecimento, "do mesmo modo que o desenvolvimento dos meios de circulação dos homens (transportes), dos sons e, em seguida, das imagens (mídia) o fez" (LYOTARD, 1988, p. 4).

Como consequência da informatização, LYOTARD visualiza uma progressiva exteriorização do saber: "o antigo princípio segundo o qual a aquisição do saber é indissociável da formação (*Bildung*) do espírito, e mesmo da pessoa, cai e cairá cada vez mais em desuso" (1988, p. 4/5). Isto significa que a relação com o saber pode desembocar numa relação semelhante àquela entre produção e consumo de mercadorias, em que a ciência venha a tornar-se

(9) Pós-moderno "designa o estado da cultura após as transformações que afetaram as regras dos jogos da ciência, da literatura e da arte a partir do final do século XIX" (LYOTARD, 1988, p. XV).

tecnologia intelectual, desvinculada do produtor (cientista) e do consumidor. O saber constituído em informação assumiria características comparáveis às matérias-primas e à mão-de-obra barata, objetos da dominação e da exploração dos Estados-nações, no desenvolvimento do capitalismo industrial. A informação, na pós-modernidade, passa a ser alvo de estratégias industriais, comerciais, militares e políticas. Neste contexto, o saber é motivado pelo desejo de enriquecimento, legitimado pelo poder que gera e é validado pela eficácia dos desempenhos que propicia.

Na perspectiva adotada por LYOTARD, a passagem da sociedade industrial para a pós-industrial, da cultura moderna para a pós-moderna é marcada, no que diz respeito ao estatuto do saber, por dois fenômenos interligados: a "deslegitimação" e a dispersão da função narrativa.

A "deslegitimação" corresponde a um descrédito em torno dos "Grandes Relatos" — ou seja, dos discursos unificadores de legitimação da ciência¹⁰. Esta falência dos metarrelatos é concomitante à dispersão da função narrativa na sociedade — dispersão associada a um processo descrito como de "dissociação" progressiva ou, mesmo, de dissolução do vínculo social¹¹, com o

(10) Lyotard indica a existência de duas versões gerais dos metarrelatos de legitimação, uma política e outra filosófica. A primeira diz respeito à emancipação e se fundamenta no critério de justiça. A segunda, à especulação com base no critério de verdade.

(11) A respeito desta questão ver: TEIXEIRA, Ely. A sociabilidade no mundo contemporâneo. Percurso: Revista de Psicanálise. São Paulo, 2: 33-39, 1º semestre de 1989. Instituto Sedes Sapientiae.

BAUDRILLARD, Jean. À sombra das maiorias silenciosas: o fim do social e o surgimento das massas. São Paulo, Brasiliense, 1985.

surgimento de "nuvens de sociabilidade" que respondem à multiplicidade, à diversidade e à heterogeneidade dos jogos de linguagem.

Afirma LYOTARD:

A crise do saber científico, cujos sinais se multiplicam desde o final do século XIX, não provém de uma proliferação fortuita das ciências, que seria ela mesma o efeito do progresso das técnicas e da expansão do capitalismo. Ela procede da erosão interna do princípio de legitimação do saber. Esta erosão opera no jogo especulativo, e é ela que, ao afrouxar a trama enciclopédica na qual cada ciência deveria encontrar seu lugar, deixa-as se emanciparem.

(1988, p. 71)

A "deslegitimação" corresponde, portanto, à fragmentação e à autonomização de disciplinas e áreas do saber universitário, que se expressam, por exemplo, na mutação da universidade em conjunto de institutos isolados:

disciplinas desaparecem, invasões se produzem nas fronteiras das ciências, de onde nascem novos campos. A hierarquia especulativa dos conhecimentos dá lugar a uma rede imanente e, por assim dizer, "rasa", de investigações cujas respectivas fronteiras não cessam de se deslocar. As antigas "faculdades" desmembram-se em institutos e fundações de todo o tipo, as universidades perdem sua função de legitimação especulativa.

(LYOTARD, 1988, p. 72)

Por outro lado, os metadiscursos de emancipação, que fundamentam a legitimidade da ciência sobre a autonomia dos interlocutores engajados na prática ética, social e política, esbarra na disseminação dos jogos de linguagem, onde o próprio sujeito social parece dissolver-se. Diz LYOTARD:

O vínculo social é de linguagem (*langagier*), mas ele não é constituído de uma única fibra. É uma tessitura onde

se cruzam pelo menos dois tipos¹², na realidade um número indeterminado de jogos de linguagem que obedecem a regras diferentes.

(1988, p. 73)

Com a perda da credibilidade do Grande Relato, seja ele especulativo ou da emancipação, a legitimação desloca-se das categorias de verdade e de justiça para a legitimação pelo poder que caracteriza as articulações entre ciência e tecnologia.

A técnica, que tem por função receber dados ou agir sobre o contexto, obedece ao princípio de otimização das "performances" de um sistema, ou seja, o de aumento de informação ou modificações obtidas contra a diminuição da energia despendida. Pertinente à técnica "não é nem o verdadeiro, nem o justo, nem o belo, etc..., mas, o eficiente: um 'lance' técnico é 'bom' quando é bem sucedido e/ou quando ele despende menos que outro" (LYOTARD, 1988, p. 80).

Porém os aparatos tecnológicos que otimizam "performances" exigem dinheiro: se não há riqueza sem técnica, tampouco há técnica sem riqueza. Esta mútua dependência forma a injunção riqueza/eficiência e nela vem se instalar a pesquisa científica como força de produção. LYOTARD apresenta uma descrição deste processo, nos seguintes termos:

Um dispositivo técnico exige um investimento, mas visto que otimiza a "performance" à qual é aplicado, pode assim otimizar a mais-valia que resulta desta melhor "performance". Basta que esta mais-valia seja realizada, quer dizer, que o produto da "performance" seja ven

(12) Aqui Lyotard se refere à divisão entre razão cognitiva ou teórica e razão prática, que "tem por efeito atacar a legitimidade do discurso da ciência, não diretamente, mas indiretamente, revelando que ele é um jogo de linguagem dotado de suas regras próprias (...) porém sem nenhuma vocação para regulamentar o jogo prático" (1988, p. 72).

dido. E pode-se bloquear o sistema da seguinte maneira: uma parte do produto desta venda é absorvida pelo fundo de pesquisa destinado a melhorar ainda mais a "performance". É neste momento que a ciência torna-se uma força de produção, isto é, um momento na circulação do capital.

(1988, p. 81/82)

Neste quadro pós-moderno, a produção científica passa a ser controlada pelo critério de desempenho, critério este que contamina o de verdade e o de justiça, uma vez que, para o desempenho, vale como verdadeiro aquilo que produz os efeitos desejados — o eficiente — e como justo, o exeqüível. A legitimação, por sua vez, é pelo poder. Pois, "não se compram cientistas, técnicos e aparelhos para saber a verdade, mas para aumentar o poder", ou seja, para aprimorar as "performances" do sistema e aumentar o "controle do contexto" (LYOTARD, 1988, p. 83).

Tal controle é propiciado pela informatização generalizada, quando o crescimento de poder passa a depender da produção, da memorização, do acesso e da operacionalidade das informações. O bom desempenho da pesquisa científica, portanto, passa a presupor, também, a sua tradutibilidade em linguagem de máquina.

[Como consequência deste tipo de inserção do saber científico no circuito da produção, "os setores da pesquisa que não podem pleitear sua contribuição, mesmo indireta, à otimização das 'performances' do sistema são abandonados pelos fluxos de crédito e fadados à obsolescência" (LYOTARD, 1988, p. 85).]

Vale resaltar que esta tendência é sentida na Universidade de São Paulo, onde, em nome de um projeto de "modernização", torna-se cada vez mais hegemônica uma mentalidade produtivista e

informática¹³.

Assim como a pesquisa, o ensino é redimensionado, a partir do critério de desempenho e da informatização.

Na perspectiva da teoria dos sistemas, o ensino superior torna-se um subsistema do sistema social, devendo contribuir para seu melhor desempenho. O ensino, neste enfoque, deve formar dois tipos de competências: aquela capaz de competir no mercado mundial e aquela responsável pela manutenção da coesão interna do sistema. Em outras palavras, o ensino deve atender à formação de pesquisadores de vanguarda (especialmente no campo da informática, da cibernética, da lingüística, entre outros) e à de profissionais para suprir postos pragmáticos nas instituições.

A função de profissionalização deve cada vez mais adequar-se às demandas institucionais, condenando disciplinas e áreas que, ou não são profissionalizantes, ou não formam profissionais correspondentes às ofertas de emprego.

(13) No artigo A reforma da Universidade (Revista da Universidade de São Paulo, 4: 9-42, março 1987), Eunice R. Durham defende uma maior flexibilização do sistema ensino/pesquisa universitária, para atender à formação do indivíduo e do cidadão, ao desenvolvimento da tecnologia e ao diagnóstico dos problemas nacionais. Sua proposta de flexibilização e diversificação está, porém, bastante vinculada às necessidades de mecanismos eficazes de avaliação da produção científica e do ensino. Ora, nos mecanismos de avaliação recentemente introduzidos na Universidade de São Paulo, nota-se a forte presença de uma mentalidade produtivista e informacional que, desprezando as especificidades das diferentes áreas do saber, submete-as ao mesmo sistema burocrático-administrativo de controle. Este sistema de avaliação, a partir do qual, inclusive, se organiza a distribuição de recursos na Universidade, representa uma camisa de força à qual as diferentes áreas do ensino e da pesquisa devem se adequar, sob pena de ficarem sem recursos para prosseguir.

Para uma análise crítica e detalhada das propostas de modernização da universidade brasileira, ver CHAUI, Marilena de Sousa. Produtividade e humanidades. Revista Tempo Social, São Paulo, 1(2): 45-71, 2º semestre de 1989.

A transmissão do saber, por sua vez, transforma-se com o avanço da informatização. Considera LYOTARD que

na medida em que os conhecimentos são traduzíveis em linguagem informática e enquanto o professor tradicional é assimilável a uma memória, a didática pode ser confiada a máquinas articulando as memórias clássicas (bibliotecas, etc...) bem como bancos de dados, a terminais inteligentes colocados à disposição dos estudantes.

(1988, p. 92)

As atividades do professor transferem-se para o ensino do manejo e da linguagem das máquinas. Tendo o domínio das máquinas e, portanto, o acesso à informação, a "elaboração" do conhecimento fica condicionada a dois tipos de operações: a combinação imaginativa e rápida das informações disponíveis e a criação de novas regras do jogo combinatório.

A combinação imaginativa e a criação de novas regras combinatórias exigem uma competência que transcende as meras habilidades de transmitir e ter acesso à informação: correspondem à capacidade de reunir os dados pertinentes a um problema e ordená-los para uma solução eficiente. O ensino, portanto, não pode se limitar à transmissão de informação, mas deve, também, "promover a aprendizagem de todos os procedimentos capazes de melhorar a capacidade de conectar campos que a organização tradicional dos saberes isola ciosamente" (LYOTARD, 1988, p. 94).

Neste mister, intervêm a idéia de interdisciplinariedade e a valorização do trabalho em equipe, embora estes dois dispositivos se mostrem mais eficientes na consecução de tarefas do que na criação de novas regras combinatórias.

O fato é que, tanto para a transmissão da informação quanto para suas operações,

a deslegitimação e a prevalescência do critério de desempenho soam como a hora final do Professor: ele não é mais competente que as redes de memória para transmitir o saber estabelecido, e ele não é mais competente que as equipes interdisciplinares para imaginar novos lances ou novos jogos.

(LYOTARD, 1988, p. 95/96)

O cenário pós-moderno do saber, descrito por Lyotard, coloca em situação de pré-obsolescência vastos setores das chamadas ciências humanas. Por serem estes setores constituídos e constituintes de saberes metabolizados pela e na experiência, suas atividades de pesquisa e de ensino pressupõem as formas da narrativa. Os pequenos relatos nos quais se processam boa parte das pesquisas e da transmissão do conhecimento (a aula, o grupo de estudo, o seminário, a supervisão e a orientação de estudantes) incluem muito mais do que os enunciados denotativos característicos da ciência: congregam, na verdade, uma multiplicidade de jogos de linguagem (incluindo o poético), como a tradição oral da narrativa. A pesquisa, muitas vezes, é a elaboração de elementos diversos e difusos da teoria e da experiência, elaboração construída em torno de um fenômeno. Nesse sentido, uma pesquisa concluída é o relato do percurso de um pesquisador ou de um grupo.

A natureza dos processos do saber e do ensino, nas áreas do conhecimento humano, é adversa à tradução em linguagem de máquina e à transmissão informatizada. Esses processos desenvolvem-se num tempo prolongado — marcado por silêncios, pausas, avanços e retrocessos, incompatível com a brevidade e a velocidade do tempo da informação. Acresce-se a esta incompatibilidade a resis

tência que estes saberes praticam contra a chamada "deslegitimação" e contra a adoção do critério de desempenho como instância de legitimação do saber.

Dito isto, é interessante refletir sobre a situação das ciências do homem, a partir do sentido positivo que Lyotard atribui à dispersão da função narrativa.

Para o autor, o luto pelos Grandes Relatos prepara a entrada da ciência na multiplicidade de jogos de linguagem, desinvestindo-a da autoridade para que ela venha a legitimar outros jogos e a legitimar-se a si mesma. Isto implica aceitar a ciência como jogo de linguagem e, mais, como jogo entre jogos, em que a autoridade de um metadiscurso unificador é inaplicável. Nesta perspectiva, "a legitimidade não pode vir de outro lugar senão de sua prática de linguagem e de sua interação comunicacional" (LYOTARD, 1988, p. 74).

Lyotard empreende a crítica da legitimação pelo critério de desempenho, uma vez que ele supõe a existência de um sistema estável, funcionando de forma determinista. A idéia de sistema, no esquema da legitimação pelo desempenho, ocupa o lugar dos Grandes Relatos, repondo os matizes de tendências totalizantes e totalitárias, com relação ao saber. Diz LYOTARD: "Não existe na ciência uma metalíngua geral na qual todas as outras podem ser transcritas e avaliadas. É isto que impede a identificação com o sistema e, pensando bem, o terror" (1988, p. 116).

pelo contrário, pesquisas mais recentes no campo da física, da química e da matemática são orientadas pela instabilidade

de dos sistemas, revelando regiões de imprevisibilidade e indeterminação dos fenômenos que põem em cheque o positivismo das argumentações baseadas no critério de desempenho. Os rumos dessa pesquisa indicam que

a ciência pós-moderna torna a teoria de sua própria evolução descontínua, catastrófica, não retificável, paradoxal. Muda o sentido da palavra saber e diz como esta mudança pode se fazer. Produz, não o conhecido, mas o desconhecido. E sugere um modelo de legitimação que não é de modo algum o da melhor "performance", mas o da diferença compreendida como paralogia.

(LYOTARD, 1988, p. 108)

Considerando impossível, e mesmo inoportuno, o resgate dos Grandes Relatos de legitimação e fazendo a crítica da legitimação pelo desempenho, Lyotard propõe a legitimação pela paralogia¹⁴. Nela, a ciência afirma-se como lugar do dissentimento e do desconhecido. Do dissentimento porque o consenso deve ser um momento das discussões científicas, mas não o seu fim. O consenso, na legitimação pela paralogia, corresponde a um contrato temporário em torno das regras de um jogo, firmado entre os participantes e sujeito à anulação. Do desconhecido porque permite desestabilizar constantemente o universo do saber instituído, funcionando como "alguém para desarranjar a ordem da 'razão'" (LYOTARD, 1988, p. 112).

Nessa concepção, o pequeno relato continua sendo a forma da invenção imaginativa e, portanto, a forma das criações científicas.

(14) A paralogia é entendida por Lyotard como um poder capaz de desestabilizar as capacidades de explicar e capaz de regulamentar novas normas para o jogo de linguagem científico, criando novos campos de pesquisa (1988, p. 112).

Tomando como referência o sentido positivo da dispersão narrativa e a necessidade de um posicionamento frente à crescente demanda de informatização do saber, parece pertinente buscar os caminhos de redimensionamento das ciências humanas, caminhos que não impliquem a adesão ao critério de desempenho.

As considerações a seguir inserem-se nesta busca. Ao mesmo tempo, dão conta da explicitação de algumas idéias que norteiam a presente pesquisa.

Primeiramente, é importante destacar o interesse do desempenho dos "canteiros de obras"¹⁵ isolados das ciências humanas. A interpenetração das áreas do conhecimento humano propicia uma multiplicidade de tessituras conceituais, constituindo regiões interdisciplinares e transdisciplinares extremamente ricas e úteis à abordagem dos fenômenos humanos¹⁶.

A mobilidade e plasticidade de tais arranjos parecem ser requisitos necessários para o acompanhamento da realidade existencial e social do homem, neste final de século. Nelas reside, talvez, a possibilidade de as ciências humanas continuarem a ser um elemento mediador entre a vivência coletiva e o saber. Alçar a vivência à categoria de experiência é, também, tarefa do pesquisador dos assuntos humanos¹⁷. Para ele, as formas da narrati-

(15) A expressão é usada pelo historiador Ferdinand Braudel, no livro Escritos sobre a História (S. Paulo, Perspectiva, 1978), onde um tema recorrente em vários artigos é o da defesa de uma maior aproximação das áreas do conhecimento humano. Braudel, porém, alimentava a esperança da constituição de uma linguagem comum às ciências humanas que fizesse frente à informatização. Nesse sentido, sua perspectiva se diferencia da de Lyotard.

(16) Sobre esta questão ver: BUARQUE, Cristovam. Reumanizando as invenções. Revista da Universidade de São Paulo, São Paulo, 4: 75-85, março 1987.

(17) Neste aspecto, o pesquisador está mais próximo do escritor do que do tecnólogo. Ou seja, para ele não se trata da linguagem das máquinas, mas da linguagem dos homens. Seu produto - a pesquisa - guarda especificidades que o diferenciam da literatura. Porém é no embate com a linguagem dos homens que ele elabora a experiência humana, social.

va são instrumento básico.

Por outro lado, os redimensionamentos interdisciplinares desestabilizam a instituição universitária, no que ela tem de burocrática e estagnada. Operando a nível das formas narrativas do saber, esses redimensionamentos podem se constituir um contraponto às tendências totalitárias da mentalidade produtivista e informática que cresce no âmbito da universidade brasileira¹⁸.

Segundo Lyotard, a abertura das instituições contemporâneas do saber depende dos desafios feitos à burocracia que estabelece o que deve ser dito e como deve ser dito. A experimentção interdisciplinar e transdisciplinar, com base nas formas narrativas do saber é, certamente, um desafio à burocracia informatizada que se instalou na universidade.

Para o pesquisador que aceita desafiar, tanto a cristalização dos "canteiros de obras" tradicionais nas ciências humanas quanto a burocracia informática da universidade, o narrador apresenta-se como uma figura inspiradora, pródiga em ensinamentos.

Nestes "tempos pós-modernos" de dispersão e afrouxamento dos vínculos sociais, não caberia a esse pesquisador, elaborando o luto pelos Grandes Relatos, trabalhar a sua experiência e a de outros (incluindo-se sujeitos de pesquisa, pesquisadores e teóricos), transformando a pesquisa num produto que, embora possa não ter a solidez e a durabilidade das narrativas de outros

(18) Aqui a referência é ao que se pode observar na Universidade de São Paulo.

tempos, seja útil enquanto apreensão e elaboração de fragmentos da realidade vivida?

PARTE II O NARRADOR MODERNO E A ÉTICA DO PERSEGUIDOR

O narrador, em sua relação com uma comunidade de ouvintes, tende a submergir com o desaparecimento das condições tradicionais da comunicação social. Porém isto não significa que o narrador tenha sido totalmente excluído do mundo contemporâneo. Ele sobrevive em pequenas comunidades e, mesmo, para contingentes maiores de pessoas, através da mídia, em países com forte tradição oral¹⁹.

Mas o narrador sobrevive, principalmente, no escritor de contos, novelas e romances²⁰, como constata Sônia Régis:

A realidade do escritor moderno, principalmente a do romancista, parece confundir-se com a do narrador, aquele ser investido com o poder de uma voz que a comunidade lhe dá para relatar a evolução de sua aprendizagem (...) O romancista parece aceitar o papel que a sociedade atual lhe confere: o de registrar a vivência dos seus contemporâneos para que não caia no esquecimento, apoiá-los em suas necessidades de mudança, falar pelos que são emudecidos.

(RÉGIS, 1987)

É possível, pois, pensar este escritor como representante do narrador contemporâneo — sintônico com a cultura em que

(19) O trecho a seguir é o relato de uma brasileira residente na República Federal da Alemanha: "Aqui esta tradição tem sua força, que transparece até na TV. Há programas para crianças em que um sujeito sentado num palco, com um pano que se mexe feito um rio à frente dele, conta histórias. Só isso, conta. Outros trazem no vídeo figuras, como de livros, uma após outra e alguém conta a história (...) Mas é engraçado ver como em meio à tecnologia, ou mesmo dentro dela, ainda restam traços de algo tão antigo como contar histórias". Claudia Kober — comunicação pessoal.

(20) Silviano Santiago, no artigo "Modernidade e tradição popular" (Caderno Letras, Folha de S. Paulo, 18/11/1989) explora a presença de elementos da tradição oral no romance e no memorialismo brasileiros. É interessante o destaque que dá à ocorrência de personagens em José Lins do Rego que, sendo narradores, narram suas histórias no interior do romance ou do livro de memórias.

nasceu e herdeiro de traços de seus ancestrais de outras épocas.

Conhecer esse narrador interessa particularmente à experiência do pesquisador e ao pesquisador da experiência. O encontro com esse narrador traz contribuições valiosas para uma ética da relação entre pesquisador e sujeito da pesquisa, considerando sua posição frente às histórias, ao outro e à linguagem.

Uma ética que enseja um método, ou vice-versa, um método que enseja uma ética, onde o método é, na verdade, o percurso e as descobertas de uma busca. Nesse sentido, ética e busca embricam, sendo difícil destacá-las.

Davi Arrigucci Jr., no ensaio "Encontro com um narrador: Julio Cortázar (1914-1984)", esquadrinha com profunda sensibilidade e agudez o universo da experiência de um narrador moderno. Refere-se, no citado ensaio, à ética do perseguidor, aproximando o poeta e o narrador: "com a poética, se formava também a ética dos perseguidores e de seu demiurgo — o Narrador". (ARRIGUCCI JR., 1987, p. 186).

A ética do perseguidor, embricada no trabalho de busca da alteridade, diz respeito à aproximação e simpatia pelo que está fora, à aceitação da pluralidade e da diferença, conduzidas pelo desejo de ser e de possuir o outro, numa espécie de "fusão vigilante". Diz respeito, reforçando, à busca poética da alteridade. Esta busca está calcada na ubiquidade enquanto trabalho da imaginação, transportando o narrador para outro lugar, o lugar do outro. E daí voltando com imagens e analogias que integram a pluralidade vivida. Isto coloca o narrador como perseguidor de uma

totalidade outra, esquivada. Em sua busca, deixa-se levar pelo movimento dos sentidos seguindo seu curso, levando-o por caminhos de surpresa e espanto, acompanhado, como de uma sombra, pela vigilância mental.]

[Essa ética diz respeito, ainda, a um certo tipo de relação com a linguagem — uma relação lúdica, na qual o jogo e a invenção recriam a linguagem lá onde ela se cristalizara e esle_urosara em comparação com a experiência da busca.]

[Sintetizando, a ética do perseguidor dita uma postura de constante busca do outro e de compromisso com a invenção da linguagem que comunique o encontro, mas também os desencontros, os naufrágios, os impasses.]

A busca do outro — outro que também representa o desconhecido, o insólito, o fantástico, encerrados na realidade aparente — assim como a possibilidade de comunicar o itinerário dessa busca constituem-se como meta e desafio para o narrador. Ele oscila entre a fusão e o estranhamento e o movimento dessas polaridades dá a medida de sua aceitação e acolhimento do outro, reconhecendo-lhe como diferente e diverso. Ao referir-se a Cortázar, ARRIGUCCI JR. caracteriza esta busca como "sondagem, tateio, desejo de encontro" (1987, p. 175).

À diferença e à diversidade do que se busca corresponde o caráter plural da narrativa. Ainda com relação a Cortázar, diz ARRIGUCCI JR.:

Como toda busca, a sua era movimento, aventura, risco, peregrinação no labirinto, entrega a uma pluralidade de

caminhos. Pluralidade de gêneros, de linguagens, de tempos e espaços. Pluralidade que se inspirava também no modo de ser geral das narrativas, que sempre recomeçam quando parecem acabar, ligando-se umas às outras, às de outros inumeráveis narradores, para formar um vasto tecido tão universal quanto a linguagem: esse enorme tapete do imaginário (...).

(1987, p. 174)

[Da linguagem, o narrador requer a potência de expressar e comunicar os cantos insondáveis da experiência da busca, as fulgurações do diverso e do plural, numa composição única e coerente, aberta à emanção de sentidos.] No dizer de ARRIGUCCI JR.,

sempre se pede muito à linguagem, se pede sempre passagem: descortinar o avesso das coisas, abrir para a "visão intersticial", para a presença estranha e a promessa de transcendência. Todo o tempo, este tateio sobre o real implica ruptura e ameaça.

(1987, p. 181)

[A ameaça, no limite, é a da impossibilidade de dizer, a do silêncio. Porém é também na relação com o silêncio que a voz do narrador se constitui.]

O narrador sabe calar e escutar e, quando fala, o faz rodeado pelo silêncio.

Não gostava de falar de si, mas sabia calar-se e escutar. Falando, o silêncio sempre o rodeava um pouco. Às vezes, ficava quieto, assumindo a expressão de quem caçasse, com a atenção desatenta de tudo o mais, alguma coisa no ar, como os gatos, que ele tanto observava. E quando contava por escrito suas histórias, mais vezes o silêncio o rondava de perto, como se ele buscasse, nos momentos mais fortes, algo que não pudesse alcançar, algo que escapasse sempre no que dizia, e se sentisse obrigado a calar.

(ARRIGUCCI JR., 1987, p. 173)

A citação de Arrigucci Jr. começa com o enfoque na qua

lidade de ouvinte do narrador — calar e saber escutar — e termina focalizando o ser obrigado a calar porque há sempre algo que escapa, que não se alcança dizer. Descortinam-se, então, o silêncio da escuta e o silêncio diante do indizível e, no intervalo, uma história é narrada. No decorrer da narrativa ocorrem pausas, pontos, reticências. As pausas cadenciam a narrativa e marcam instantes de contemplação em que o inesperado pode fazer sua aparição. Os pontos finais indicam a arte de dizer o essencial — aquilo que não requer repetição e que cai como pedra na água, criando ondas de ressonância e círculos de um silêncio habitado. As reticências permitem ao narrador insinuar, sugerir, apontar.

[Compreende-se, pois, que o silêncio ronda o narrador e é incorporado à ética do perseguidor. Enquanto imposição diante do indizível, representa também o reconhecimento do não-saber, por parte daquele que busca. Enquanto condição para a escuta, conecta o narrador com a experiência do outro — na escuta, o narrador constitui-se como sensível e fiel recolhedor da experiência que lhe é alheia. E, ainda, enquanto elemento constitutivo da narrativa, o silêncio é brecha através da qual o leitor ou ouvinte penetra, com sua experiência, na experiência transmitida pelo narrador, no momento em que a busca é compartilhada.]

O tema do silêncio é estranho à pesquisa acadêmica, que se sempre incitada e tentada a dizer "tudo" — ou seja, a dissecar, analisar, esgotar seu objeto.

A experiência, porém, como objeto de pesquisa delinea-se como objeto e conteúdo de uma busca — análoga à do narrador — que, seguindo o impulso central do desejo de encontro, se abre

à pluralidade de sentidos e esbarra sempre no indizível, no não analisável, no que não se entrega²¹.

[O narrador, como perseguidor, contempla o pesquisador interessado na experiência com a possibilidade de ver-se a si mesmo diante da tarefa de navegar pelos mares do diverso, do plural e do alheio, inventando, contra a linearidade convencional dos modelos de pesquisa, as articulações que dêem conta de seu trajeto labiríntico em torno do fenômeno que estuda²².]

Neste trajeto, o outro — sujeito da pesquisa — é, desde logo, o sujeito da experiência. Cabe ao pesquisador colocar-se, então, mais como um recolhedor da experiência, inspirado pela vontade de compreender, do que como um analisador à cata de explicações.

● O PESQUISADOR E A EXPERIÊNCIA DO SUJEITO DA PESQUISA

"Fale-me sobre sua história e sua relação com os meios de comunicação de massa". Eis um apelo direto à narração de uma

- (21) Vale aqui ressaltar alguns outros sentidos da tarefa do escritor que interessam ao pesquisador da experiência. São particularmente sugestivos os depoimentos de Moravia, Yourcenar e Borges sobre a função do escritor, que fazem parte do artigo de Sônia Régis anteriormente citado. Moravia afirma o escritor como "administrador e distribuidor de pensamentos". Yourcenar atribui ao escritor o papel de "mostrar a cada geração a coragem e a boa vontade humana esforçando-se para consertar ou melhorar pelo menos um tanto do estado de coisas". E Borges representa o escritor como crítico da cultura e distribuidor de pensamento, cabendo-lhe "difundir os mestres e inventar soluções novas para a sabedoria que lhe pré-existe".
- (22) Uma realização significativa desta possibilidade, no campo da psicologia da personalidade, é o trabalho de Norberto Abreu e Silva Neto, Fragmentos da metamorfose: cuidado materno e cuidado psicoterapêutico (São Paulo, EDUSP, 1988). No comentário de Olgária Matos, este trabalho apresenta-se como um memorial "que é história acadêmica, mas se constrói, corrige, metamorfoseia". "Este caminho", prossegue Olgária, "não poderia ser linear ou dedutivo. Constitui o trabalho, errâncias pessoais, convívios intelectuais e sentimentais — horizonte da experiência profissional. (...) Seu sentido é múltiplo, nômade, inconcluso". (na apresentação do livro, p. 9).

experiência.

Em resposta a esta solicitação, as psicólogas entrevistadas alinhavam lembranças, histórias, concepções e idéias, imagens, certezas e dúvidas, num relato único e complexo, encarnando a figura do narrador.

Optou-se, nesta pesquisa, por atribuir aos relatos das psicólogas o estatuto de depoimentos. Tal opção resulta de reflexões feitas a partir da leitura do artigo de Maria Isaura Pereira de Queiroz: "Relatos orais: do 'indizível' ao 'dizível'". Neste artigo, a autora faz uma distinção entre história de vida, entrevista e depoimento, tendo em vista a extensão do relato, a região temática e o tipo de participação do pesquisador no contato com o narrador.

"A história de vida", diz PEREIRA DE QUEIROZ, "se define como o relato de um narrador sobre sua existência através do tempo, tentando reconstituir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu" (1988, p. 20). Demanda, por isso, encontros frequentes e seguidos entre pesquisador e narrador, sendo os relatos determinados pelo curso livre das lembranças do narrador. Sobre esta característica, observa PEREIRA DE QUEIROZ que "o relato em si mesmo contém o que o informante houve por bem oferecer, para dar idéia do que foi sua vida e do que ele mesmo é". E, prossequindo, se refere à participação do pesquisador, nos seguintes termos:

Avanços e recuos marcam as histórias de vida; e o bom pesquisador não interfere para restabelecer cronologias (...), na colêta de histórias de vida, a interferência do pesquisador seria preferencialmente mínima.

(1988, p. 20)

[A entrevista, por sua vez, supõe uma "conversação continuada" entre narrador e pesquisador, sobre um tema escolhido pelo pesquisador, em função dos interesses de seu trabalho.] A entrevista, de acordo com Pereira de Queiroz, é dirigida pelo pesquisador que segue um roteiro de perguntas ou uma sistematização de assuntos previamente estabelecidos. A maior ou menor flexibilidade no direcionamento da entrevista dão a medida do que se convencionou considerar como entrevista aberta, semi-aberta ou fechada.

O depoimento tem uma origem jurídica, reportando às interrogações efetuadas com o objetivo de "estabelecer a verdade dos fatos". Porém, informa PEREIRA DE QUEIROZ, "perde esta conotação nas ciências sociais, para significar o relato de algo que o informante efetivamente presenciou, experimentou, ou de alguma forma conheceu, podendo assim certificar" (1988, p. 21).

[Para a autora, toda história de vida encerra um conjunto de depoimentos.] Contudo o depoimento circunscreve o relato a um setor, por assim dizer, da vida do narrador — "da 'vida' de seu informante só lhe interessam (ao pesquisador) os acontecimentos que venham se inserir diretamente no trabalho, e a escolha é unicamente efetuada com este critério" (1988, p. 21). Nesse caso, a interferência do pesquisador ocorre, não apenas na proposição da região da experiência do narrador que lhe interessa, mas durante o relato, no sentido de o narrador ater-se a ela. Outro aspecto a salientar é que os depoimentos podem ser curtos, mais breves do que as histórias de vida.

O depoimento parece mais adequado aos relatos da presen

te pesquisa pelas características que efetivamente assumem, no de correr dos contatos com as narradoras. [Ou seja, referem-se a uma região da experiência das narradoras e não, como na entrevista, a um assunto.] Essa região — a participação em meios de comunicação de massa — é determinada pela pesquisadora que vai de encontro ao registro do que cada narradora presenciou e conheceu, tal como isto emerge da sua pessoa de narradora. Só nesta perspectiva a "informante" pode ser reconhecida como narradora da experiência. Por outro lado, os relatos não se constituem um conjunto de respostas a determinadas perguntas previamente estabelecidas pela pesquisadora — são conseqüência do livre curso do pensamento e das lembranças das narradoras, e eventuais perguntas no decorrer da escuta são fruto da curiosidade em torno de um ou outro aspecto trazido pela narradora. Acresce-se a tais características dos relatos o fato de não serem muito extensos e serem resultado de um único encontro com cada narradora, o que também os aproxima do depoimento.]

[O depoimento caracteriza, então, o momento de contato do pesquisador com uma esfera circunscrita da experiência do narrador. Seu registro é feito através da gravação em fita, autorizada pelo narrador.]

O pesquisador, de posse dos depoimentos transcritos, vê-se diante da questão crucial sobre como acolhê-los no interior da pesquisa que se propõe a abrigar e transmitir a experiência dos narradores. Nesta questão estão implicados, por um lado, a natureza dos relatos e, por outro, o delineamento do trabalho do pesquisador junto aos relatos.

A natureza plural da narrativa construída no depoimento indica que o pesquisador não está diante de um corpo homogêneo de representações articuladas em discurso, pelo narrador. Pelo contrário, a expectativa é de uma configuração de diferentes níveis de discurso, ou seja, a narrativa integra idéias instituídas, racionalizações mais ou menos cristalizadas sobre o vivido, *insights*, "achados" da memória involuntária, histórias e imagens. Cada um desses registros, por assim dizer, remete a momentos e modos diversos de elaboração do conhecimento de si e da realidade vivida.]

Se existem regiões da experiência que aparecem cristalizadas num todo racionalizado e coerente de idéias e representações fechadas, prontas na ponta da língua, existem os momentos de *insight*, nos quais uma nova articulação de idéias lampeja, introduzindo o sabor da descoberta e da novidade em torno de uma experiência passada. Existe, também, a possibilidade da rememoração, da emergência de elementos de um passado até então desconhecido. E existem as histórias e as imagens trazidas como testemunho daquilo que marcou e marca o narrador, sem que ele, no entanto, tenha formulado explicações. As histórias e as imagens, no decorrer de um depoimento, têm um papel significativo como recurso que combina em palavras uma região da experiência que não se oferece de imediato à compreensão e onde se inscreve o que ainda inquieta e instiga o narrador — são a possibilidade de falar nas sombras, na penumbra, sem a claridade ofuscante das explicações.

De acordo com BENJAMIN (1936), as narrativas escritas que mais conservam a força e o sabor da experiência são aquelas que mais se aproximam das orais (1985, p. 198). Isto poderia ser um argumento favorável à preservação da integridade dos depoimentos, numa pesquisa em torno da experiência. Integridade relativa, pois, na transposição do relato oral para o escrito, perde-se sua dimensão corporal. Diz Adélia Bezerra de Meneses:

Não podemos esquecer da carga corporal que a palavra falada carrega. Na narrativa oral, a Palavra é corpo: modulada pela voz humana, e portanto, carregada de marcas corporais; de valor significante. Que é a voz humana senão um sopro/pneuma: espírito (...) que atravessa os labirintos dos órgãos da fala, carregando as marcas cálidas de um corpo humano? A palavra oral é isso: ligação de sema e soma, de signo e corpo. A palavra narrada guarda uma inequívoca dimensão sensorial.

(MENEZES, 1988)

A narrativa oral sofre já uma primeira mutilação quando transcrita e impressa. Não caberia, então, ao pesquisador, cuidar para que a riqueza dos registros presentes na narrativa oral fosse ao máximo transposta para o interior da pesquisa?

Se não é possível transmitir através da pesquisa o registro corporal dos depoimentos, que pelo menos seja respeitada a riqueza e o ritmo da fala que tateia, envolve e descobre a experiência em suas múltiplas facetas.

Esta última consideração introduz o segundo elemento da questão anteriormente proposta, qual seja o da natureza do trabalho do pesquisador diante dos depoimentos.

PEREIRA DE QUEIROZ, em artigo já citado anteriormente,

faz uma apresentação detalhada sobre o interesse dos relatos orais para as áreas do conhecimento humano e toca a questão da relação do pesquisador com os relatos. Após observar que a fita não pode ser tomada como instrumento absoluto pelas linhas de pesquisa que revalorizam o relato oral, a autora faz a seguinte consideração:

Tal constatação (sobre a fita) contribui para desfazer nova ilusão: a de que se deveria conservar a narrativa o mais próximo possível de seu registro, evitando a intervenção do pesquisador e a ocorrência de cortes que prejudicariam o conhecimento integral do dado recolhido.

Tropeça-se aqui com algo que permanece obstáculo intransponível: a nítida distinção entre narrador e pesquisador, que é fundamental. O pesquisador é guiado por seu próprio interesse ao procurar o narrador, pois pretende conhecer mais de perto, ou então esclarecer algo que o preocupa; o narrador, por sua vez, quer transmitir sua experiência, que considera digna de ser conservada e, ao fazê-lo, segue o pendor de sua própria valorização, independentemente de qualquer desejo de auxiliar o pesquisador.

(1988, p. 18)

O posicionamento de Pereira de Queiroz sobre este aspecto vem a considerar que: 1. o pesquisador é dominante, uma vez que o relato é solicitado por ele e que ele virá a utilizá-lo da forma que lhe for mais conveniente; 2. o relato oral, uma vez transcrito, é como qualquer outro texto escrito e 3. a manipulação deste material deve ser livre, por parte do pesquisador, valorizando ou desprezando passagens, em função de seus interesses de pesquisa.

O texto transcrito é objeto de análise, sendo passível de todas as operações de fragmentação, decomposição e recomposição pertinentes à análise. Sintetizando esta concepção, afirma

PEREIRA DE QUEIROZ:

(...) é sobre ela (a transcrição) que se realizará o procedimento primordial de toda pesquisa-análise. E análise, em seu sentido essencial, significa decompor um texto, fragmentá-lo em seus elementos fundamentais, isto é, separar claramente os diversos componentes, recortá-los, a fim de utilizar somente o que é compatível com a síntese que se busca.

(1988, p. 19)

[Nesta perspectiva, a integridade dos depoimentos é sacrificada em favor do trabalho de análise e o trabalho do narrador é secundário em comparação com o do pesquisador.]

[Quanto a este ponto, pode-se contrapor a posição de Pereira de Queiroz à de Ecléa Bosi, para quem a fala dos narradores deve ser transposta para a pesquisa, com fidelidade.]

Esta concepção de fidelidade ao narrador é magnificamente realizada por Ecléa Bosi, em seu livro Memória e sociedade: lembranças de velhos. Nele, o trabalho teórico e de interpretação da pesquisadora compõe com o trabalho de memória realizado pelos velhos que, de viva voz, cunham seu testemunho do passado. Vislumbra-se nesta composição uma sintonia entre o objeto da pesquisa — que não é nem a memória nem os velhos, mas as memórias de velhos — e o modo de fazê-la. Modo de fazer que reserva a cada um — pesquisador, narrador e leitor — seu quinhão de trabalho. A pesquisa, então, se formula como um trabalho compartilhado.

No trabalho compartilhado, o narrador é encarado como sujeito e o resultado de seu trabalho — os relatos — fala por si mesmo, pois eles não estão ali para fundamentar hipóteses ex-

plicativas, atestar regularidades ou autorizar generalizações por parte da pesquisadora. No dizer da própria autoria, os relatos ali estão como registro "da vida e do pensamento de seres que já trabalharam por seus contemporâneos e por nós" (BOSI, 1979, p.1).

A pesquisadora coloca-se como sujeito e objeto da pesquisa, num sentido bastante particular. Afirma BOSI:

Nesta pesquisa, fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças.

(1979, p. 2)

Esta simultaneidade de lugares atribui à pesquisadora a qualidade de recolhedor da experiência. Como ouvinte, propicia e acolhe o trabalho de elaboração do outro. Como sujeito que busca compreender, reserva-se o papel de "comentar os resultados e segurar alguns fios teóricos desenrolados desde o princípio do trabalho" (BOSI, 1979, p. 3).

O comentário dos resultados é, na verdade, um percorrer os conteúdos da memória dos entrevistados: os deslocamentos; as transformações ideológicas; o lugar do grupo, das relações familiares e de amizade; o trabalho; a política, ressaltando a complexidade e a riqueza irredutíveis deste universo.

Tecer comentários pode aqui ser compreendido como o trabalho de transposição dos relatos dos entrevistados, numa linguagem própria à pesquisadora — transposição que dá vulto ao caminho das idéias e das lembranças, seus parentescos, suas ressonân-

cias, suas aberturas. [Se o ouvir caracteriza o encontro da pesquisadora com o outro — então no lugar do narrador, a interpretação e o comentário representam a busca da pesquisadora em comunicar sua experiência de encontro com o outro. Nesse momento, ela ocupa, também, o lugar do narrador.]

O último capítulo do livro de Ecléa Bosi é uma narrativa que integra os ensinamentos aprendidos no contato com os entrevistados e os "fios teóricos desenrolados desde o princípio do trabalho". Quer dizer, constitui o relato da pesquisadora impregnada pelos relatos dos velhos.

A qualidade de recolhedor da experiência ancora-se no trabalho do pesquisador-escritor, envolvido na busca da alteridade e comprometido com a invenção da linguagem que comunique o encontro — suas vibrações, suas aberturas, seus silêncios.

O leitor, por fim, é convidado a enriquecer, com suas reflexões, o "campo de pensamento" instaurado pelo trabalho de recordação dos entrevistados e pelo trabalho de escrita e de comentário da pesquisadora²³.

As posturas contrapostas de Maria Isaura Pereira de Queiroz e Ecléa Bosi não representam, apenas, modos de tratar os depoimentos — representam diferentes concepções sobre o lugar e o papel do pesquisador em conexão com objetos e objetivos de pesquisa.

(23) As observações feitas até aqui sobre o livro de Ecléa Bosi foram, em várias passagens, marcadamente inspiradas no texto de Marilena Chauí, que constitui a Apresentação do referido livro.

[Pereira de Queiroz fala a partir do contexto de pesquisas no campo das ciências sociais, onde os relatos orais entram como recurso coadjuvante a outras fontes de obtenção de dados sobre determinados fenômenos sociais.] A designação "informante" dá conta do narrador como aquele que dá informações, fornece dados. Esses dados serão submetidos à análise que busca uma síntese, que busca equacioná-los a certas hipóteses explicativas. Neste contexto, o trabalho do pesquisador predomina sobre o do narrador e justifica, talvez, a distinção entre ambos, enfatizada por Pereira de Queiroz, distinção esta que autoriza as operações do pesquisador sobre os depoimentos/dados.

A situação, porém, é bastante diversa quando se tomam a experiência do narrador como objeto de pesquisa e o registro e a transmissão dessa experiência como objetivo. Isto é o que Ecléa Bosi faz questão de assinalar quando afirma que sua pesquisa não é nem sobre a memória, nem sobre velhos — é a experiência do lembrar e relatar que se sobressai como objeto. Justifica-se, então, a idéia de um trabalho compartilhado, pautado pelo respeito à elaboração do entrevistado, elaboração que é, também, busca, por regrinação.

[No trabalho compartilhado, distinguem-se papéis, funções e lugares que atendem ao interjogo de papéis, funções e lugares de escuta, fala e escritura. Nesse interjogo, o pesquisador se aproxima da figura do narrador, colocando seu trabalho a serviço da elaboração e da transmissão da experiência, da sua e da de outros.]

A pesquisa de Ecléa Bosi concretiza uma postura de res

peito e valorização do trabalho do sujeito da pesquisa, sem abrir mão da especificidade do trabalho de comentário e de interpretação do pesquisador. Comentário e interpretação que representam um universo de sentidos, resultado da reflexão da pesquisadora a partir da matéria-prima da experiência relatada nos depoimentos.

[A presente pesquisa inspira-se nesta postura, para tentar responder praticamente às duas tarefas complementares postas ao pesquisador da experiência: registrar e transmitir a experiência do sujeito da pesquisa e realizar o trabalho de reflexão sobre os depoimentos.

Os depoimentos, na perspectiva aqui adotada, são parte integrante da pesquisa — resultado do trabalho das narradoras, configuram o espaço onde a pluralidade de vivências e de opiniões se manifesta.

Do contato com a experiência relatada, desdobra-se o trabalho de comentário e de interpretação da pesquisadora — comentário que destaca, do todo dos relatos, aspectos da experiência que a leitura da pesquisadora julgou de especial interesse; interpretação que amplia, expande e integra, conceitualmente, elementos significativos das experiências relatadas.

"Cantar é mais do que lembrar
É mais do que ter tido aquilo então
Mais do que viver do que sonhar
É ter o coração daquilo"

Caetano Veloso
em Jenipapo Absoluto

CAPÍTULO III

A EXPERIÊNCIA DE PSICÓLOGAS NA COMUNICAÇÃO DE MASSA

DEPOIMENTOS

Os depoimentos a seguir foram realizados entre maio de 1987 e junho de 1988. No início de 1990, cada depoimento transcrito foi submetido à apreciação das narradoras que, então, fizeram as modificações necessárias para sua inclusão, como texto, no corpo da pesquisa.

O trabalho de "revisão" foi feito, ora em parceria com a pesquisadora, ora apenas pela narradora, quando ela assim preferiu.

Imagens-síntese formuladas pela pesquisadora e apresentadas às narradoras vieram a constituir os títulos que encabeçam cada depoimento.

[Cabe ainda informar que a escolha das psicólogas entrevistadas obedeceu ao critério de "amostra intencional", usado pe la pesquisa-ação em ciências sociais. Amostra intencional, nas pa lavras de THIOLENT,

trata-se de um pequeno número de pessoas que são esco- das intencionalmente em função da relevância que elas apre- sentam em relação a um determinado assunto. Pessoas e grupos são escolhidos em função da sua representati- vidade social dentro da situação considerada.

(1986, p. 62)

No caso da presente pesquisa, a escolha recaiu sobre Psicólogas que tivessem atuado em televisão, rádio, revista e jor

nal, em São Paulo, e cuja formação e atuação profissional se inserissem na área de psicologia clínica. O fato de os depoimentos serem todos de mulheres é significativo, embora a variável sexo não tenha sido estabelecida como critério de escolha.

RÁDIO — UM ESPAÇO ENTRE O INÓCUO E A CATÁSTROFE

MARIA RITA KEHL

Posso falar da minha experiência como locutora de um programa na Rádio Mulher — ELAS POR ELAS. Assumi o programa em substituição à Irede Cardoso. A intenção era promover o debate sobre temas, com a participação de especialistas, convidados para o estúdio, e do público, através de telefonemas. Na prática, o programa oscilava entre o debate e o "consultório sentimental".

Deixa eu pensar um tema que realmente a gente fez... Às vezes eram temas mais conceituais; aí as mulheres ligavam para dar palpites também conceituais, mesmo que às vezes um pouco precários. Começou muito rápido. Improvisei para começar. Eu nunca tinha feito. Os primeiros programas foram sobre ciúme e aí, de cara, ao invés de ser um debate teórico sobre ciúme, virou consultório sentimental. Ligaram pessoas com problemas, para discutir. Então... variava muito. Se eu escolhia temas como "A Mulher e o Voto", por exemplo — na época tinha eleição, em 82 ia ter eleição, no dia em que eu discutia essas coisas, os palpites eram teóricos. Se não, as ouvintes traziam problemas.

O que levava as pessoas a usarem o rádio para expor problemas pessoais? Olha, não é nada original esta explicação! Acho que é a mesma coisa que leva as pessoas a procurarem psicólogos e analistas como terapeutas. Só que a pessoa que não pode pagar procura onde tem. É essa necessidade de um terapeuta, numa sociedade que não tem outros recursos rituais ou sagrados. Até tem, mas vão enfraquecendo e não conseguem dar conta dos problemas da

modernidade. Acho que os problemas vão ultrapassando o que os conselheiros tradicionais podem fazer — na igreja, o confessor, e mesmo o médico... Então surge essa coisa do psicólogo como alguém para quem você pode contar sua vida íntima porque ele é de confiança, porque é um profissional, não é um fofoqueiro, não é uma vizinha e tem um certo instrumental pra te ajudar. Acho que o mesmo motivo que leva muita gente ao consultório leva as pessoas que não têm recurso para ir procurar um consultório ao programa de râdio.

O rádio tem esta vantagem com relação à TV que é a im-
 pessoalidade. As pessoas vão para o ar falando coisas fantásti-
 cas, sem nenhum pudor, contando, se expondo, falando de problemas
 sexuais, muito delicadamente. Nunca tive um problema de "atenta-
 do ao pudor" nessa rádio, como a censura mandar suspender o pro-
 grama porque alguma dona-de-casa disse um palavrão. Nunca teve.
 Elas sabiam lidar muito bem com isso. Usavam mil metáforas. Tal-
 vez estivessem acostumadas, na vida, a falar de sexo de uma ma-
 neira muito indireta; então elas sabiam fazer isso. Teve uma mu-
 lher que, o programa no ar, falou sobre sexo anal. É muito engra-
 çado isso: o despudor e, ao mesmo tempo, a descrição das pessoas,
 ao se exporem.

Quando eu comecei este programa, eu não tinha ainda co
 meçado a clinicar. Não tinha como comparar a clínica e o rádio.
 Nessa época, estava saindo da vida acadêmica, um pouco me desli-
 gando do jornalismo. Eu estava começando a clínica. Acho até que
 comecei o programa e, no mês seguinte, tive meu primeiro pacien-
 te, que não teve a ver com o programa. E, então, eu não tinha mui
 to como comparar a experiência clínica com a do programa, na épo

ca. Hoje eu vou ter que usar a memória para fazer alguma comparação. Mas eu acho que o programa me despertou para a vontade de clinicar. Porque eu ouvia problemas muito íntimos das ouvintes e fui diferindo do programa da Irede. É legal pensar tudo isso, porque a partir da maneira como eu fui abordando o programa, ele foi ficando cada vez mais diferente do programa da Irede, que era de cunho político, e foi perdendo audiência.

Uma mulher liga e diz: "— Meu marido me explora, eu faço tudo pra ele e ele não me dá nada..." Enfim, "sou uma vítima sacrificada". É diferente você dizer assim: "— A senhora tem toda razão, seu marido é um filho da puta, machista" — esta seria a abordagem tradicional, do que você dizer assim: "— E você? O que você está querendo? Por que você deixa? O que você está esperando em troca? Você gosta de ser a rainha do lar?" Jogar a bola de volta. Era isso que eu fazia. É uma postura mais parecida com a postura analítica. Tudo bem dar uma força para dizer que o marido não presta. Mas isto é o que até uma vizinha pode fazer. É diferente de dizer: "— Vamos pensar sobre você. Vamos pensar por que você entrou nessa. O que você está esperando? Por que não consegue sair? Por que não consegue frustrar seu marido? Por que você não consegue desapontar seus filhos? Por que você quer ser tão poderosa?" À medida que a gente ia fazendo isso, comprava uma briga também com a ouvinte. É claro que, às vezes, você via que tinha ali uma pessoa realmente explorada, uma pessoa sem condições de sair de algumas histórias. Mas ficava claro um certo tipo de mecanismo feminino de "eu dou tudo, sou uma vítima, e agora tenho uma conta enorme com a vida e ninguém vai conseguir pagar de tão grande que é essa conta, de tanto que me devem". A gente brigava muito. Digo "a gente" porque tinha uma menina da produção

que, de vez em quando, dialogava comigo e sempre havia convidados. Estou falando como se fosse só eu, mas dependendo do tema havia outros convidados, outros psicólogos. Ficava um bate-bola das pessoas com o ouvinte e nem sempre o ouvinte recebia aquele tapinha na cabeça que ele estava querendo, aquele carinhozinho que ele estava querendo. Às vezes, era o contrário. Às vezes eu dizia: "— Você tem razão, vai firme". Mas, na maioria das vezes, eu começava a questionar a pessoa. Acho que isso fez o programa perder audiência. Pra mim foi muito interessante, pois eu achava que era isso mesmo que tinha que ser feito, também.

De vez em quando ligava aquela supermãe: "— Meu filho tem 18 anos e me abandona". E eu dizia: "— Teu filho tem 18 anos e tem mais que te abandonar mesmo. Você tem que cuidar da sua vida agora". Acho que não era bem o que as pessoas esperavam ouvir, quando ligavam num programa desse. Não sei se pelo que vinha sendo feito antes ou se pela tradição de rádio em geral, que eu não conheço para dizer. São todos assim? Acho até que não. De vez em quando eu vejo umas cartas de revista, também queixosas, e eu vejo que nem sempre os psicólogos de revista feminina dão razão ao queixoso. Até, ao contrário, questionam.

Eu fui fazendo uma coisa muito parecida com o que depois eu viria a fazer no consultório. Me motivou para o consultório. A diferença é a seguinte: não se pode aprofundar nada. Se bem que algumas pessoas ainda tivessem perseverança. Tinha algumas ouvintes, poucas, que ficavam conhecidas porque elas sempre ligavam. De algumas eu acompanhei problemas. Teve uma mulher... Primeiro ela ligou com esse tipo de vitimismo: "— Meu marido não me deixa fazer nada, eu fico presa dentro de casa". Ela provavel

mente era uma pessoa que já tinha condições de sair dessa. Então, quando a gente questionou sobre por que ela se submetia, ela imediatamente se rebelou em casa e começou a trabalhar, começou a fazer coisas e ligava contando, feliz. Segundo passo: o marido a abandonou. Ela ligou toda desesperada, dizendo que o marido tinha ido embora e que não ia dar pensão pra ela. Começamos a trabalhar com o outro lado, com o abandono. Foi uma terapiazinha, breve, evidentemente. Aí ela começou a sentir menos pena dela mesma, começou a reivindicar pensão e o marido voltou. Isto é que foi engraçado! Depois de um tempo, o marido voltou. Quer dizer, era uma chantagem mesmo e ela não caiu. Esse foi um caso que a gente acompanhou. Se esta pessoa estivesse numa terapia, claro, dava para acompanhar melhor. Mas ela usou o rádio para fazer uma terapia.

Tinha uma outra que era empregada doméstica, bárbara! que ligava quando os patrões não estavam em casa, para falar dos problemas: que os filhos não estavam com ela, que morria de culpa, que queria trazer os filhos para morar com ela, mas a patroa não aceitava. Foi uma pessoa que eu não sei o que aconteceu no fim, mas a gente acompanhou. A gente conhecia a voz dela. Ligava, e a gente: "— Oi, fulana! É você? Como é que estão as coisas, melhoraram?"

Tinha vezes que eu saía de lá carregada. Dependendo do tema, vinha desgraça e você não podia fazer nada ou só podia dar um palpite. Mas o que é um palpite diante de uma desgraça?! Muitas vezes, desgraças com condicionamentos materiais muito fortes. Independente de você trabalhar um pouco a cabeça da pessoa, o recurso era tão pouco... Desgraça mesmo: gente perdendo o fi-

lho porque o filho está doente, com uma doença incurável. E aí vo
cê vai trabalhar o quê? Vai falar da perda? Falar... E a pes
soa não tem dinheiro para tratar e está vendo o filho morrer. Enfim,
coisas horrorosas. Eu saía de lá... E você não sabe quem é a pes
soa. Nunca mais. Desligou, desapareceu aquela pessoa, deixou de
existir para você. Então, na maioria das vezes, era uma coisa pe
sada. Tanto que, de vez em quando, eu alternava com umas coisas
bem leves: decoração de jardins. A gente chamava lá um decorador,
dava palpite, como é que faz? Porque carregava muito. Saía de lá
sem ar, oprimida. Como a rádio, evidentemente, pegava uma faixa
de gente muito pobre, o que me impressionava, o que mais me dava
impressão do irremediável, não era a tragédia psíquica — que aí,
você tem onde operar, já que você está usando a reflexão, seu ins
trumento é a reflexão e você tem acesso à reflexão da outra pes
soa. O que mais me deixava imobilizada era a tragédia material.
Quer dizer, aí é desgraça que não tem reflexão que ajude. Me da-
va esta impressão, de uma impotência total. A pessoa perdendo a
casa, desagregando a família, o marido alcoólatra que pára de tra-
balhar, os filhos tendo que trabalhar com 12 anos. Enfim, a mãe
cujo filho levou um tiro na rua porque teve que trabalhar e vol-
tava a noite, tinha só 14 anos. Era uma coisa que me deixava mui
to deprimida. Aí não tem psicologia... Não é que não tem, não que
ro fazer essa redução. O que está acontecendo é muito massacran-
te perto do que você pode fazer enquanto reflexão. Eu acho que is
so era o mais difícil no tempo da rádio. Você ter que fingir, fin
gir não, que, chega uma hora, você reconhece: "— Puxa, sua vida
tá... horrível mesmo!" Mas ter que manter um programa em que vo
cê está oferecendo uma coisa e as pessoas vão lá procurar um ti-
po de orientação, de apoio, sei lá o quê, e para a maioria dos
problemas você não tem nenhuma orientação para dar ou o que você

dá é quase inócuo diante da dimensão do problema... Não sei se é sempre assim, se no rádio você tem sempre que lidar com desgraça.

Outro dia estive na Rádio Cultura. Outro dia não, no a no passado, na semana da criança. Me convidaram para participar de um debate sobre como é que os pais educam os filhos. Um programa com consultas: "Deve-se bater ou não se deve bater nas crianças?" E tinha uma repórter que foi a uma favela e estava em contato com o programa. De vez em quando, punham no ar as entrevistas com os favelados. Estava uma conversa de que os pais não devem bater nos filhos, os pais devem fazer de outro jeito porque bater ensina violência. De repente, liga esta repórter com os entrevistados e fala: "— Fulano de tal, você está ouvindo o programa?"

— Tô.

— Você bate?

— Claro que bato!

— Por que você bate?

— Eu quero inclusive falar para esta psicóloga aí que eu trabalho o dia inteiro e meus filhos passam o dia inteiro na rua e não quero que meus filhos roubem, eu não quero que meu filho use arma e, se ele fizer isso, isso, isso, eu bato, que é o único jeito que eu tenho".

E aí você tem que dizer para o cara o seguinte: "— Você deve saber da sua vida, se você acha que tem que bater, a gente recomenda que não seja brutal, mas você é um cara que está tão preocupado com seus filhos que é isso que é importante. Você é pai deles". Porque, de repente, na realidade de uma favela, o cara bater ou não bater é o de menos. A presença dele é muito im-

portante, a preocupação dele é muito importante. E o cara está o fendido e bravo porque o único jeito que ele sabe fazer é aquele e você diz que não pode. Ele está morrendo de medo que o filho de le vá parar na FEBEM, se ele não der umas palmadas de vez em quando para o filho não roubar do português da esquina, sei lá. Ele conta esta história e você vê que o seu conselhinho de rádio não serve para aquele cara. Aquela cara quer ser pai e o jeito dele ser pai é este; e você, por rádio, não vai mudar este cara tão profundamente.

Tenho que ressaltar uma coisa: naquele tempo, eu não era analista, eu estava começando. Então, independente das condições do programa, hoje talvez eu dissesse outras coisas. Porque estava começando a ser analista, estava descobrindo — até um pouco através do programa — essa coisa de que o problema não é externo, que é da pessoa, dos mecanismos que ela usa para criar um tipo de vida compatível com a neurose dela. Tudo isso eu estava descoabrindo na época. Então acho que a minha visão era mais superficial do que é agora. Não tinha tanta insatisfação quanto teria agora, hoje. Eu não sabia o quanto estava longe da complexidade do que é uma neurose. Sabia que estava longe de poder lidar com isto, mas não sabia o quanto eu estava longe. Hoje em dia, talvez, eu até desistisse disso de convidar à reflexão e fizesse um programa só de conselhos mesmo. Não sei... Não vou afirmar isso.

Às vezes eu tenho a impressão de que apesar do programa, em algumas horas, ter este caráter de uma espécie de terapia por telefone — uma terapia brevíssima por telefone — eu tenho a impressão que a minha motivação era muito mais a de usar o exemplo daquele ouvinte que estava ligando para tentar fazer a cabe-

que eu não disse o que queriam ouvir. Eu acho que, com o tempo, depois de alguns meses, eu pude apostar um pouco nisso. Talvez até como defesa minha. Se eu fosse levar realmente a sério que aquilo tinha que ser útil para cada pessoa que me pedia um conselho, eu desistia do programa. Se eu achasse que cada pessoa que ia ali pedindo para mudar a vida, tinha que sair dali, com uma conversa de três minutos, com condições de mudar a vida... Se eu levasse a sério isso, eu teria que desistir do programa. Quer dizer, eu sabia que isso era uma esperança frustrada, tanto de quem ligava quanto minha. Agora, isto dizendo de fora, porque na hora que você está lá com uma pessoa do outro lado da linha, pedindo: "— Pelo amor de Deus, o que eu faço?" Na hora que isto estava acontecendo, era muito mobilizador. Eu sentia que estava realmente empenhada numa possibilidade de realmente resolver aquilo. Só que, assim que eu saía fora, eu percebia que a possibilidade era uma sobre mil. E aí ficava esta esperança: quem sabe se outras pessoas ouvirem... Era quase uma coisa preventiva. Talvez funcione — era o que eu pensava — como uma espécie de profilaxia, para que outras mulheres não caíam nesta cascata, já que esta não tem mais jeito, está num caminho sem retorno, então, que outras não resolvam ser supermães e psicotizar os filhos, outras não resolvam se deixar escravizar pelos maridos e, mais tarde, virarem um bagulho e o marido arrumar outra, que outras... Eu ficava sempre nessa esperança meio profilática de que você, divulgando uma outra maneira de pensar, você alertando — ainda por cima tendo estes exemplos de pessoas ligando que estão muito mal — quem sabe, outras mulheres mudassem sua maneira de ver a vida. O sentido do programa era muito mais a chamada "luta ideológica" do que a terapia, mas terapia era o que as pessoas procuravam quando ligavam.

Agora eu queria falar sobre a classe social das pessoas. No consultório, a maioria dos meus pacientes é de classe média e tem alguma cultura sobre psicanálise. Sabe o que é, já ouviu falar, sabe o que vem procurar numa terapia. Isso a maioria. Mas eu tenho alguns pacientes de classe baixa que, quando vieram me procurar, não sabiam nem o que era uma terapia. E que vêm. Não têm nenhuma cultura, não são universitários e vêm para a terapia, para a análise, com uma perspectiva talvez muito parecida com a das ouvintes da rádio. Estou pensando nisso agora. Eu estou o tempo todo falando da rádio, mas na minha cabeça tem algumas referências de pacientes atuais. A expectativa é um pouco deste conselho de uma pessoa mais culta, que pode ensinar um pouco como é que as coisas são. Uma pessoa que é "doutora", que "pode me dizer se eu estou certo ou errado". Um pouco uma vontade de ter um julgamento moral, ter menos culpa, menos dúvidas, menos angústia de culpa. Então pensam: fulano vai me dizer se estou agindo certo com meu filho ou não, se fiz bem em me separar do meu marido ou não. No consultório você tem mais condições de trabalhar, inclusive, esta expectativa. Você pode frustrar o paciente, dizer que não é isto que você vai dar, que você vai dar outra coisa e ir, devargazinho, enquadrando esta pessoa numa análise. Mas, ou você perde o paciente, ou vai ter que tolerar muito tempo este tipo de procura. Aí não é mais resistência clássica. Claro que mistura uma resistência, mas não é exatamente. Quando você faz uma interpretação, eu sinto isso, tenho dois ou três pacientes que são assim, sendo que um deles é um cara da favela. Se você logo vai com uma interpretação clássica, não é que a pessoa se defende porque é uma defesa narcísica, mas porque não faz sentido na vida dela, não faz sentido. Parece que você está despejando um livro na cabeça dela, ou falando de coisas terrivelmente distantes do jei

to que essa pessoa tem de pensar sua própria vida. É preciso achar a linguagem que possa fazer sentido para cada paciente.

É claro que o meio de comunicação dá uma aura para o psicólogo. O cara está na rádio, na televisão, então isto dá uma posição de autoridade que talvez o consultório não dê. Você fica mais endeusado se você está na televisão ou no rádio. Ah, isso que eu ia contar desse tempo da rádio: duas ou três pessoas me ligaram, pedindo consulta particular, e eu atendi duas ou três pessoas que não voltaram. Eu fiquei pensando se foi porque na época eu estava começando, era inexperiente. Mas, por outro lado, outras voltaram — outras que não vieram pela rádio. Será que as pessoas que vieram pela rádio ficaram desapontadas? Chegaram ali, encontraram só uma pessoa sentada, conversando, e não alguém que está no alto de uma cadeira de ouro, dizendo: "— Minha filha, a proxime-se, você está abençoada, você está curada, levanta-te e anda!" Será que estas pessoas se decepcionaram? É provável, não é? A pessoa te ouve no rádio e pensa que você é uma "miss-Brasil", tem uma auréola de Nossa Senhora, qualquer coisa desse tipo. Toma um ônibus, aí toma dois ônibus, vai parar no Largo de Pinheiros, toma outro ônibus, bate numa porta, chega numa salinha meio brega, senta numa almofada no chão e vê uma outra mulher de calça lee, numa outra almofada no chão, e fala: "— Ih! Mixo, né?!" E vai embora. Talvez tenha isso também, o que as pessoas esperam de você pela rádio ou pela televisão. Enfim, tem a magia do veículo, que o consultório não tem. Claro que rádio e televisão são duas coisas diferentes. A televisão tem a imagem, que é muito forte. Mas tem uma coisa que é igual em rádio e TV, que é a possibilidade de te tirar do espaço do privado e te colocar no espaço do público, em fração de segundos. Você está vivendo um problema, so

zinha, ali na sua cozinha. Você é ninguém, como todo mundo é ninguém e, de repente, você está sendo ouvida por milhares de pessoas. Quer dizer, você é a que ouve e, de repente, você está sendo ouvida. Então esta passagem do passivo para o ativo, da solidão para a multidão, do privado para o público, acho que isto gratifica as pessoas de um jeito que, independente de se elas conseguiram ou não a solução para o problema, elas conseguiram falar no rádio. Eu tenho a impressão de que isto é gratificante. Tanto que algumas pessoas ligavam sem ter muito o que dizer. Ligavam para dar palpites chatos. Ligavam e depois não queriam desligar mais. Depois que estavam no ar, não queriam mais parar de falar. Então, existia esse prazer de estar na rádio. Quase que uma espécie de vaidade mesmo: "Não, eu não sou tão porcaria assim, eu estou aqui falando na rádio e a locutora está me ouvindo, está achando que o que eu estou dizendo é importante". Tinha um efeito, rápido, porque, é claro, isto não cura depressão de ninguém. Mas tinha um efeito rapidíssimo de promover aquela pessoa. Poder participar de um programa de rádio, mesmo que por telefone, promove um pouco. Às vezes tinha gente que aproveitava para passar recado:

"— Aliás, tem uma vizinha que é muito preconceituosa, pensa que só porque sou desquitada... mas eu sou gente fina".

"— Claro, minha senhora, a gente sabe que a senhora..."

Então tem o prestígio do veículo. Eu acho que é muito isso: primeiro, te tira da solidão, por três minutos que seja, e segundo, te torna uma pessoa pública também, nem que seja por três minutos. Independente de que aquilo que eu estava dizendo fosse importante para as pessoas, era importante para elas estarem falando, estarem se ouvindo e sendo ouvidas. Igualzinho ao mecanismo

mo da pessoa que o repórter de televisão pega na rua e ela dá um tchauzinho para a mamãe. Já que o veículo tem este prestígio por ele só, talvez invista a pessoa que está dentro dele de um prestígio. Pode ser um idiota, mas está lá dentro. Pode estar falando bobagem, mas está lá dentro. Então, tem uma autoridade. E autoridade, no Brasil, é um pouco a autoridade de quem fala em público. Num país muito analfabeto, com muita gente que não tem nenhum canal de participação, de comunicação, uma pessoa que está num meio de comunicação de massa, imediatamente, tem prestígio. Isto é quase o prestígio do veículo sendo transmitido para o locutor. Claro que, em termos de espetáculo, eu tenho que manter uma coisa legal. Mas eu podia tossir, eu podia gaguejar — no começo eu achava que não podia de jeito nenhum — porque a rádio estava me garantindo. Meus defeitos eram encobertos pela rádio. Se eu estava na rádio, isto já me dava uma aura de a mais do que os outros, mesmo que eu estivesse com tosse, estivesse rouca, gaguejasse, falasse um português às vezes meio errado, falasse gíria. Dentro disso, quanto mais pomposa eu fosse, mais impressionava as pessoas. Mas, mesmo eu não sendo pomposa, eu já estava investida de uma autoridade ali.

O prestígio e o investimento como autoridade pode ser uma motivação dos psicólogos que vão para os meios de comunicação de massa. Pode ser uma motivação de qualquer pessoa, dos psicólogos que participavam e de qualquer pessoa. Iam médicos, homeopatas, professores, gente entendida em culinária, jardinagem, decorações. Não sei se é uma coisa do Brasil — estou falando do Brasil e até parece que eu vivi em muitos países para comparar — mas acho que este prestígio de falar em público é fortíssimo, tanto que todo mundo ia de graça, a gente não pagava os entrevistados.

Eu fui trabalhar lá porque eu estava precisando de um emprego, mas eu fui muito mais pelo fato de ser uma rádio. Se fosse, talvez, um outro emprego, pelo mesmo salário, eu pensasse duas vezes. Você falar, você ser conhecida é uma coisa muito gratificante mesmo. Depois você pode até desmistificar isto, dizer que você não fica melhor por causa disso. Mas até desmistificar... O primeiro efeito não é realista. O primeiro efeito é achar que realmente você é bárbara. As pessoas começam a te adular, os ouvintes. Dá uma lustrada no ego. Em algum tempo você vai perceber se seu trabalho é bom ou é ruim. Se for ruim, você vai se deprimir do mesmo jeito, mesmo que você esteja na rádio. Mas o primeiro efeito é o de lustrar o ego, é gratificante. Eu acho que os convidados iam só por causa disto e pela diversão, porque é divertido, é uma experiência nova, você ouve os ouvintes, você dialoga e é algum emblema de prestígio. Eu acho que eu fui também por causa disto. Se fosse uma chatura fazer o programa, talvez eu parasse depois de algum tempo. Não sei se só o prestígio é suficiente para te alimentar em qualquer circunstância.

Tinha, por exemplo, lá na rádio, um programa de culinária que, uma vez por mês, realizava um concurso de pratos. Então, todas as donas de casa levavam pratos feitos por elas. Vinham até algumas do interior. Armavam uma enorme mesa no pátio da rádio e as pessoas da rádio eram os jurados dos pratos. Isso era levado ao ar, o tempo todo. Era uma espécie de "Almoço com as Estrelas", só que não havia estrelas. Havia os funcionários da rádio, que era uma rádio pequena. Tinha um show ao vivo de uns cantores breguíssimos, de terceiro time, enquanto ia acontecendo o almoço. De vez em quando, ia lá um locutor e entrevistava:

"— E aí, você, fulana de tal, apresentadora do programa tal, que está provando o prato da ouvinte tal, o que está achando?"

— Ah, estou achando ótimo!

— Que nota você deu?"

E a quantidade de pessoas que participava disso, que vinha de longe, caprichava, fazia pratos caros. Tinha gente que fazia um prato caro, que ela não comeria na casa dela, com vinho, creme de leite, ingredientes caros. Tinha até um efeito perverso: quanto mais pobre a pessoa, mais caro o prato. E, não necessariamente, o mais gostoso. Dava pena! As pessoas gastavam muito dinheiro para fazer o prato e carregavam demais. E o que estavam fazendo ali? Estavam saindo do anonimato, só, mais nada.

Eu acho que um programa de debate é a única brecha para mudar a atitude de passividade do ouvinte. É claro que, estatisticamente, quem participa de verdade é muito pouco diante da quantidade de gente que está ouvindo, mas o fato de que pessoas comuns estejam participando mobiliza em qualquer ouvinte a sua participação: "Eu diria tal coisa, eu penso tal coisa". É muito interessante. Eu acho legal programa de debate, sempre. Eu gosto. É um jeito menos passivo de usar o meio, menos autoritário de usar o meio de comunicação. Sempre pode ligar o ouvinte, pode discordar de você e pode, inclusive, questionar a sua sabedoria. Na Rádio Mulher não era tanto, porque era um público menos educado, vamos dizer. Mas, na Cultura, tinha uns ouvintes que diziam: "— Eu discordo disto que você está falando e tenho informações, te digo pã, pã, pã..." E, às vezes, era um assunto sobre o qual ele tinha mais informação que você. Na hora em que a pessoa está em

contato com você, ela tem condições de discutir com você. Claro que o pedido, muitas vezes, é de conselho. As duas coisas estão presentes ali. O ligar não é passivo, o mover-se para ligar, para se expor, não é passivo. Mas o pedido pode pressupor uma passividade. Mas tem pessoas que não ficam passivas diante do seu conselho, que discordam. Tem outras que falam:

"— Obrigada, graças a Deus que a senhora é tão boa que se atende".

E desligam, sei lá... não ligam para o que você disse. A maioria colocava outro problema, não entendia e perguntava de novo, ou discordava, ou ficava ofendida porque você não a atendeu. A atitude das pessoas não era tão passiva. Pelas minhas lembranças, que já faz 6 anos. Também, na Cultura, como era um programa que tinha menos participação de ouvinte porque os convidados tomavam muito tempo, as pessoas que ligavam não eram passivas. Era uma coisa de querer se meter na discussão, de querer dar palpite. As pessoas têm um exercício da inteligência aí. No dia-a-dia, você não é solicitado a exercer a inteligência. Um programa de debate... é diferente de um espetáculo onde a coisa está pronta para você, não tem nenhuma contradição ali dentro. Você fica recebendo, se você não gostar, não gostou. Qualquer programa de debate, mesmo que você não participe no veículo, você, com você mesmo, você, com seus amigos, você participa de alguma maneira, você recebe ativamente, você não fica só ouvindo como quem ouve uma lição, uma aula, uma pregação de padre. Você fica ativo ali, exercita a cabeça para pensar. Acho os programas de debates um dos bons usos da televisão e do rádio. E quanto mais debate, melhor, enquanto não for aquele debate falso, onde todo mundo pensa igual.

debate, debate mesmo, briga mesmo.

Num meio de comunicação de massas, tem dois jeitos de você usar uma abordagem psicológica ou abordar um tema psicológico. Todo tema psicológico é um tema do mundo também. Quer dizer, um tema do comportamento humano, um tema de reflexão, de pensamento. Qualquer tema do campo da psicologia é do campo da ideologia, da cultura. Um dos jeitos de fazer isso é nesse terreno da divulgação de idéias. Não estou discutindo com você o seu problema, mas estou dizendo que a psicanálise há muito tempo descobriu que as crianças têm uma sexualidade sim, que não pode reprimir mas que, ao mesmo tempo, tem que saber dar continente para isso, etc.. Isto é estar divulgando idéias novas. Poderia estar divulgando idéias novas sobre física, sobre política, sobre matemática, mas está divulgando idéias novas sobre comportamento humano. Eu sou favorável, se bem que acho que, em geral, a divulgação em pobrece tanto o assunto que ele acaba distorcido. Os assuntos do comportamento são tão cheios de nuances e sutilezas e, para fazer uma divulgação rápida, você tem que fazer uma redução e acaba falando de outra coisa. Aí é um "fio da navalha" para você andar. Vamos pegar este assunto da sexualidade. A sexualidade é uma coisa que tem uma pontinha do *iceberg* que é no terreno das idéias, do comportamento, da ideologia: o que é considerado imoral, o que é considerado tabu, e por quê. Isso você pode discutir como quem discute idéias. Mas a grande parte do *iceberg* é o inconsciente. Para cada pessoa, masturbação é uma coisa; para cada pessoa, relação sexual com o namorado aos 14 anos é uma coisa; para cada pessoa, ter pinto grande ou pequeno é uma coisa. Aí vem o lado que é o grande, é o *iceberg*, 90% do *iceberg*, que é o inconsciente. Se você discutir só no campo das idéias, você tira o inconsciente da

jogada e isso é uma coisa muito estranha. Por isso é que o debate com o ouvinte, pelo telefone, é um pouco melhor do que a carta do leitor numa revista. Por telefone, você ainda tem um pouco do outro ali, para poder jogar umas perguntas para ele, para poder ouvir o que ele responde, sentir, mesmo em três minutos. Você pega uma carta que fala: "Eu me masturbo e tenho muita culpa". Você responde: "Não tenha culpa, masturbação não é para sentir culpa". No terreno das idéias, isso é verdade, mas... e se a pessoa tem culpa porque a masturbação vem acompanhada de fantasias sádicas? Você não sabe, não tem como verificar numa carta. Você está fazendo uma divulgação ideológica, então, está bem dizer que as pessoas têm que se masturbar e não têm que ter culpa. Mas você pode estar jogando um pepino na mão dessa pessoa. A culpa, que era o único instrumento de defesa que ela tinha com relação a uma coisa psicótica, ela não tem mais, o único parâmetro de normalidade que ela tinha para se defender, ela não tem mais. Estou dando um exemplo limite, é claro. Por telefone, você pode relativizar um pouco, dizendo assim: "— Olha, não tem que ter culpa, mas também tem que pensar que, se as idéias que vêm, incomodam..." Pode relativizar um pouco o seu conselho. Mas é uma prevenção pífia. Só acho que você tem mais jogo de cintura, você sente um pouco a pessoa. Às vezes você sente a pessoa pelo jeito de falar, pega um pouco de experiência e pode relativizar o seu conselho e não ficar só no terreno da divulgação de novas normas.

Uma vez eu participei do VOX POPULI e tinha que fazer uma pergunta para a Marta Suplicy. A pergunta que eu fiz foi essa: "— Você está fazendo um programa de aconselhamento sobre sexualidade e, ao mesmo tempo, que eu saiba, está fazendo Sociedade de Psicanálise, como é que você considera o inconsciente? Vo-

cê acha que só a informação vai mudar as pessoas?" E ela se ofen-
deu com a pergunta, o que atrapalhou a possibilidade de discutir.
No fim, não respondeu como ela considera o inconsciente. Aí é a
especificidade do psicanalista, que eu não sei como estas pessoas
transam. Eu não sei se hoje eu manteria um programa como ELAS POR
ELAS, que na época era interessante. Mas a minha visão era muito
mais superficial. Não sei como o Eduardo Mascarenhas se vira, co-
mo a Marta Suplicy se vira. Eu acho que não é possível, em rádio
ou televisão, levar em consideração o inconsciente, da maneira co-
mo ele deve ser considerado. Mesmo por telefone, é muito invasi-
vo você fazer uma entrada pegando a pessoa pelo que é inconscien-
te, quando a pessoa não pode prosseguir a conversa, como num tra-
tamento prolongado. É verdade que, se eu digo para uma dona de ca-
sa que é supermãe: "— Você está fazendo isso porque você quer ser
a rainha do lar", eu também estou interpretando uma motivação in-
consciente dela. No fim, a gente está fazendo o tempo todo isso,
porque a gente pega um jeito de pensar, de entender o comportamen-
to, que é psicanalítico.

Você punha um tema assim: "Repressão Sexual". É um te-
ma que você pode discutir nesse terreno dos costumes. Como, hoje
em dia, a virgindade deixou de ser um tabu, porque existe a pílu-
la anticoncepcional, a mulher tem tanta liberdade quanto o homem
com relação à sua sexualidade. Caiu o tabu porque a mulher já não
engravidava se transava com o namorado. Você pode discutir isso nes-
se nível. Mas aí pode ligar uma pessoa com uma coisa totalmente
pessoal, com raízes sei lá de que profundidade e fazer uma per-
gunta. Liga e diz: "— Olha, eu tenho 15 anos e estou deprimida
porque perdi a virgindade, estou até tomando remédio de tão de-
primida que estou!" E aí? Você não sabe com quem você está lidan-

do. Você não sabe se ela está deprimida porque perdeu a virginda-
de. Você não sabe o que representa para ela. Você não sabe o que
é o superego desta pessoa, o que é a reprovação dos pais. Você
não sabe o que representa a virgindade, a fantasia de castração
que ela tem com isso, você não sabe nada. Muitas e muitas vezes a
gente aconselhava a pessoa a procurar um psicólogo. O programa
servia de ponte: "— A gente pode te dizer tal e tal coisa, mas
como você está sofrendo muito, talvez isso seja muito pouco para
você, quem sabe se você tem um pouquinho de condição..." Ou en-
tão dizia para procurar a USP, o Sedes. Passava os endereços no
ar, muitas vezes. Mesmo sabendo que estes serviços são insufici-
entes, têm filas de espera enormes, que a pessoa vai ter que es-
perar muito, pelo menos a gente podia dizer: "— Vai lá, aqui é
pouco!" E, talvez, algumas pessoas de classe média tenham se en-
caminhado para terapia. Às vezes pediam o telefone dos psicólogos
que estavam lá. Pediam uma consulta. Hoje eu te digo que a gente
sugeria muito que as pessoas fossem a psicólogos e psicanalistas,
mas acho que a gente não tinha consciência de poder estar mexen-
do com coisas tão pesadas. Uma mulher ligava, dizendo: "— Estou
tomando remédio porque estou deprimida porque meu filho saiu de
casa". A gente tinha mais tendência de achar que aquela mulher era
uma idiota do que de achar que ela podia ser psicótica. Por igno-
rância, porque eu não tinha clinicado ainda. Era mais uma tendên-
cia de tentar fazer a cabeça dela e, raramente, podia ocorrer que
esta pessoa estivesse entrando num surto, por exemplo. Eu acho
que era mais por inexperiência. Um Eduardo Mascarenhas, que pega
um programa de televisão depois de ser clínico durante dez anos,
ou é muito inseqüente ou tem outra visão para estas coisas. Na
época eu não tinha, mas hoje exigiria que eu tivesse. Não poderia
ter aquela mesma leveza. Leveza não. Leveza que eu digo é a mes-

ma rapidez para tentar entender as coisas. Talvez eu tivesse que pensar muito sobre se eu seria capaz de abordar de um outro jeito ou não. Se eu seria capaz de sair do lugar do psicólogo que está clinicando pelo rádio. Se seria capaz de aceitar que isso não é possível. Acho que é possível você despertar alguma coisa, fazer pensar, encaminhar para uma terapia. Ou trabalhar um pouco com o superego, com cuidado. Mexer com a rigidez moral das pessoas. Mas... uma terapia pelo rádio?!

A gente tem que pensar, por exemplo, na posição do terapeuta, que, de vez em quando, desencadeia catástrofes. A tragédia humana é uma coisa em que o terapeuta pensa que pode mexer muito e que tem um alcance muito maior, muito fora do que ele pode controlar, para o bem e para o mal. Se você ajuda a curar uma mãe psicótica, você está fazendo um favor para os filhos desta mãe psicótica. Mas, se você ajuda a curar o filho de uma mãe psicótica, você pode estar colocando esta mãe em surto. Em última instância, você pensa: "É justo, afinal, ela que entre em surto, a psicótica é ela". Mas você está fazendo pessoas sofrerem. Ninguém é psicótico porque quer e uma mãe psicótica não é a bruxa da Branca de Neve, é uma pessoa que está sofrendo. Então, a gente está sempre desencadeando catástrofes. Só que, no rádio, você tem menos controle ainda, menos noção ainda da merda com que você está mexendo. Você está sempre desequilibrando equilíbrios neuróticos que estão à volta de seus pacientes. É muito difícil, para mim, estar dizendo isso, fico até nervosa, mas tem uma hora em que o analista parece "lavar as mãos". Complicado, não é? E no rádio, talvez, você lave as mãos muito antes, não é? Não sei se deveria ou não. É uma questão para a sua tese.

Eu gostaria de saber como é que as pessoas que já estão clinicando há mais tempo e trabalham nisso pensam isso. Eu não sei o que eu pensaria hoje, o que eu faria hoje. Talvez até fosse mais tolerante. Acho que, hoje, eu seria uma pessoa bem mais liberal, liberal no sentido da tolerância. Com relação ao cara da favela, sobre o qual eu contei, percebi que eu estava valorizando mesmo o cara. Ele sabe mais do que nós com os nossos compêndios, na relação com os filhos dele.

Está sendo legal isso de falar, porque, na verdade, estou pensando enquanto falo, eu não estou com a coisa pronta. Tanto que eu vou mudando de idéia, na medida em que vou falando. Não é que eu já tinha uma reflexão e agora estou passando. Há muito tempo eu não lembrava dessa época da Rádio Mulher. Então, está muito confuso. Agora tem uma coisa assim: qualquer analista tem que saber que o que o analisando pensa dele não é o que ele é. Qualquer analista precisa se defender contra a sedução, que é uma sedução da profissão, em que você está sendo colocado numa posição de Deus. Mas, no consultório, você ainda tem os dois momentos: aquele em que você é Deus e aquele em que você é um filho da puta. Seu narcisismo é questionado. Tem paciente que te abandona, tem paciente que não te paga, e tem paciente que pira e você não consegue controlar. Enfim, seu narcisismo é tocado. Agora, no rádio, na televisão... não é. Agora fico pensando numa pessoa que é sucesso — porque eu perdi audiência, não era um sucesso de bilheteria — que recebe milhares de cartas, que dá ibope para a emissora e que está colocada numa posição de sabedoria infinita... Se essa pessoa não souber lidar com o seu narcisismo, aí ela vai fazer catástrofe mesmo. Se esta pessoa não estiver fazendo análise, não estiver questionando suas fantasias de onipotência...

Um psicólogo, se não estiver questionando esta posição narcisa em que é colocado, vai achar que pode resolver a vida de todo mundo, vai confundir o papel em que é colocado com o que realmente é. O psicólogo que está no meio de comunicação, por ser psicólogo, por conhecer pelo menos um pouco a teoria, tem mais responsabilidade em questionar do que qualquer outro profissional. Porque ele sabe disso. Ele não pode ignorar isso. É uma irresponsabilidade ignorar, porque tem elementos para não aceitar esta posição de Deus. Sabe o que é narcisismo, sabe o que é sedução, sabe o que é ser colocado numa posição que as pessoas projetam porque querem um pai ou uma mãe sábios. Sabendo disso, tem que relativizar cada vez mais os seus conselhos, vamos dizer assim. Assim como no consultório você fica o tempo todo num lugar duplo onde você é-mas-não-é o saber, é-mas-não-é, é-mas-não-é. Você dá uma interpretação, mas, ao mesmo tempo, você evita entrar numa relação dual com o seu paciente, porque você, de alguma forma, coloca o seu limite, você não supre tudo, existe um terceiro em algum lugar, você não é tudo ali. Assim como no consultório você está nessa posição dupla de saber e de limite de saber, do poder e de limite do poder, você tem que saber ficar neste lugar duplo no meio de comunicação de massa, onde é muito mais fácil as pessoas fantasiarem que você é onipotente.

Voltando à reflexão, acho que é importante você pensar junto com alguém. Você não está se propondo a dar a solução do problema da pessoa, você está só pensando junto. É muito diferente. É diferente você jogar uma pergunta, relativizar, dar uma opinião. Dar elementos para pensar, ajudar a pensar. Acho que isso dá prazer. O problema é que as pessoas querem cumprir aquilo que o público espera. Claro, ninguém quer perder ibope. As pessoas não que

rem frustrar o ouvinte. Inclusive, é uma regra da mídia. Eu tenho certeza que acaba ficando pouco tempo na televisão ou no rádio quem se propõe a fazer um trabalho com a reflexão. É preferível ficar pouco tempo e fazer uma coisa séria do que ficar 10 anos mistificando. É muito fácil mistificar. Estou falando isso agora e tenho mais certeza disto que estou falando do que daquilo que falei no começo. É mais o que eu penso hoje.

A TRAJETÓRIA DE UMA COMUNICADORA

MARTA SUPLICY

Eu comecei escrevendo. O primeiro artigo que eu escrevi foi por sugestão do Claudio Abramo, para a Vogue. Eles queriam alguém que escrevesse sobre mulher, casamento, e aí ele me indicou. Eu nunca tinha escrito nada, fiquei apavorada. O primeiro artigo, eu levei dois meses para escrever. Sofri bastante e fui vinte vezes à casa do Claudio para ele rever. Nos artigos seguintes, foi mais ou menos assim.

Depois dessa experiência na Vogue, eu fui convidada pela Cláudia. Eu tinha uma coluna na Cláudia, também sobre casamento e relacionamento. Escrevi um tempo na Cláudia. E, nesse período, acho que publiquei um artigo na Revista da USP, sobre mulher, técnico, sobre terapia sexual — era uma revisão da literatura. Também publicava numa revista chamada Psicologia — depois mudou, virou Psicologia Atual, Psicologia não sei das quantas, ficou mudando de nome. Na época era uma cópia da Psychology Today americana. Foi nesse período em que já estava escrevendo para a imprensa há um tempinho — eu não me lembro se já escrevia para a Folha, mas acho que não — que eu fui convidada para fazer televisão. Era um período em que, pessoalmente, estava muito descrente da terapia sexual. Estava achando que eu devia me dedicar muito mais à prevenção e, na terapia, estava buscando uma formação psicanalítica, porque eu tinha tido formação em terapia comportamental, nos Estados Unidos, e sexologia. A terapia comportamental não respondia às necessidades que eu via nos pacientes que estava atendendo. Eu não tinha instrumentos suficientes para auxiliá-los

como gostaria. Eu percebia isso. Dava muita angústia essa limitação minha e a terapia sexual não era uma coisa que eu achasse tão interessante. Não era um desafio. Era uma coisa simples e que, ao mesmo tempo, eu sentia que não poderia dominar completamente. Como eu não sou médica, não tinha nenhuma informação médica, às vezes tinha que mandar para o médico, para vários médicos, e ficava insegura sobre o que eles falavam ou não falavam. Então eu não me sentia tão confortável com a terapia sexual. Muitas coisas que aconteciam no relacionamento do casal eram sintoma de comportamentos de origem muito mais profunda, que eu não tinha formação para atender. Aí eu fui estudar psicanálise, fui fazer grupos de estudo, fui fazer minha própria análise. E foi nessa época que eu fui convidada para trabalhar na televisão. Fiquei muito satisfeita porque era a forma de fazer prevenção. A TV Globo era perfeita. Agora, eu nunca tinha trabalhado nisso, não sabia como falar em público. Tinha que falar em cinco minutos e eu fiquei com medo de ter que falar em cinco minutos, com começo/meio/fim, sobre este assunto. Como seria a reação? O que iriam falar de mim? Tudo isso passou pela cabeça. Sorte que eu estava em análise, deu para trabalhar e conseguir fazer.

A idéia da Globo quando me chamou, era a de uma prestação de serviço. Perceberam que havia no ar uma necessidade de informação e resolveram tentar dar essa informação. A minha surpresa foi que o público não queria só informação. Mais do que tudo, queria resolver a angústia, ser entendido, apoiado e apaziguado nos seus temores. Então eu dei a informação básica que a pessoa não tinha e tinha o direito de ter, mas também toquei em conflitos maiores, que eram difíceis de resolver pela televisão. Foi um trabalho interno meu, grande, perceber que eu não tinha essa fun

ção, não tinha essa obrigação e nem tinha que achar que eu tinha que fazer isso, porque, como eu ia fazer isso no vídeo? Se eu prestasse uma série de informações, fizesse uma série de questões para essas pessoas e desmistificasse uma série de tabus, eu já estava fazendo muito. Não precisava solucionar nada. Quando isto ficou mais claro, me deixou trabalhar melhor.

O programa teve uma reviravolta muito grande, quando, depois de uns oito meses, um ano ou ano e meio, percebi que as mulheres escreviam agradecendo, dizendo que estava sendo muito bom, que elas estavam aprendendo, mas que elas precisavam ter orgasmo, senão os homens as largavam. Pensei: "Então elas não aprenderam absolutamente nada! O que que é isso?! Eu estou dando uma informação e elas estão usando numa ideologia que é a de sempre, que é a de segurar o homem. Segurava pelo estômago, agora segura na cama. Então não mudou nada! Se eu continuo a prestar essa informação, sem uma consciência do que é a mulher e do papel da mulher, sem tocar no papel de submissão da mulher, de segurar o homem etc., o que eu vou ensinar vai ser mais um inferno para esta mulher, porque vai colocá-la com mais uma obrigação, que é o orgasmo compulsório, o prazer compulsório, toda essa obrigação". Então, me veio esta consciência. Não é que eu não a tivesse. Eu participava há anos de grupos feministas. Mas ficou tão claro! Eu nunca imaginei que eu pudesse ter esse retorno, não é? O trabalho em veículo de comunicação de massa transcende o que estamos acostumados a ter como resultado num consultório ou em palestras e é muito difícil ter uma idéia do que desencadeia e mais difícil ainda ter controle sobre como aquilo que se fala é utilizado por quem recebe.

Os anos seguintes foram de muita discussão com a televisão, porque eu queria mudar até o nome do programa. Eu achava que não tinha mais nada a ver aquilo, depois da minha percepção. Mas eles não queriam. Porque em termos de ibope, sexo é que dá ibope. Então — com o mesmo nome —, eu fazia dois programas sobre sexo e três sobre mulher. E, é gozado, a maioria das pessoas nem percebeu, nem eles mesmos perceberam. E eu consegui ir fazendo. E eu acho que este programa teve, no final, um peso muito grande em relação à transformação social da mulher. Depois que foi captado o que estava acontecendo.

Era muito difícil falar para este Brasil todo. O que você falava, escutava a mocinha de Ipanema e escutava a mocinha do Piauí. Houve situações em que eu me percebi fazendo grandes besteiras. Por exemplo, a mocinha do Piauí ligava dizendo que tinha um metro e sessenta, olhos verdes, era bonitinha, era mãe solteira, estava morando na casa dos pais e o pai não queria sustentar mais uma boca e perguntava se eu podia arrumar um marido para ela. Aí eu fiz um grande discurso feminista: "— Imagine, o casamento não é isso, você vai trabalhar, você vai ser não sei o quê!" Aí recebi um monte de telegramas de homens querendo casar com a mocinha, inclusive o de um senhor dizendo que eu era imoral porque não queria que a moça se casasse... Televisão tem dessas coisas louquíssimas! E recebi uma carta de uma senhora, dizendo: "Mas, Marta, onde você pensa que está? Essa mocinha, semi-analfabeta, no interior do Piauí, se ela for trabalhar, sendo mãe solteira, ela provavelmente vai se prostituir e ela estava arrumando uma solução até, de certa forma, razoável, para o que ela quer. Casar é um jeito de sair desta situação". Eu peguei a carta da senhora, voltei para a televisão e falei para a mocinha que eu tinha que

me desculpar, que eu tinha feito uma avaliação errada e que, talvez, no caso dela, fosse mais interessante mesmo ela casar, se ela sentia que o único instrumento que ela tinha para sair daquela situação era o casamento, que não era eu que ia falar que isso era um absurdo, que ela tentasse, que eu ia mandar para ela todos os telegramas com pedidos de casamento que eu tinha recebido. Bom, depois eu recebi uma carta dela, de Salvador, felicíssima. Tinha se casado com um viúvo, estava muito feliz porque até geladeira ela tinha na casa e a filha comia todo dia.

Você começa a perceber que os parâmetros são tão diferentes neste Brasil todo e adequar a fala a tudo isso é um *know-how* que eu demorei muito tempo para adquirir. E até no finzinho, quando ainda estava na Manchete — eu saí agora no dia primeiro de janeiro — eu percebi que muitas vezes as pessoas não entendiam muitas falas da televisão. Na campanha da AIDS, que eu estava fazendo, comecei a receber cartas, a ser abordada por gente na rua, por crianças: "— Explica o que é camisinha"; "Explica o que é pênis"; "Explica..." Para mim foi a maior surpresa porque pensava que estas palavras já estavam no vocabulário. Aí comecei a fazer uns programas muito primários, eu diria. Era uma coisa muito simplinha. Inclusive para atender a populações de adultos que não entendessem a linguagem que a gente fala. Depois pensei que talvez o público da Manchete não fosse o mesmo da Globo; não entendi por que eles tinham tantas dúvidas que não apareciam na TV MULHER. Foi engraçado. Na praia a que eu vou às vezes, uma vila de pescadores, as pessoas gostaram muito, disseram que estava bom o programa, acharam que estava melhor. E recebi várias cartas de cidadãos, provavelmente mais letrados, indignados: "Como é que você está falando coisas tão chulas na televisão?" Estas coisas "chu

las" eram, por exemplo: "A mulher tem três buraquinhos; um é o ânus, por onde sai o cocô, as fezes; outro é por onde sai o bebezinho, que é vagina, e por onde também sai a menstruação e por onde se tem relação sexual; o terceiro é por onde sai a urina, o pipi. Falava o nome e o sinônimo, o nome e o sinônimo. Fiz, várias semanas, programas deste tipo mais simples, para pessoas mais desinformadas.

Essa foi a experiência de televisão. Foi uma experiência riquíssima para mim. Eu aprendi muito. É uma coisa muito difícil de fazer, no sentido de que você tem que ser muito cuidadoso no que você transmite. Também é muito comum as pessoas pegarem o programa pela metade. Cansei de receber carta indignada por algo que eu tinha dito e eu não tinha dito. De repente, eu percebia que a pessoa tinha pego o final do programa, em que dava para fazer aquele tipo de leitura. Tudo você tem que pensar. Pelo que eu sinto, pelo nível de receptividade na rua, em conversa, eu acho que as pessoas aproveitaram bastante. A TV, interessada naturalmente no ibope, conseguiu realmente prestar um serviço. É uma coisa de Brasil todo. Eu vou para a Bahia, uma baiana que vem de acarajé vem e fala. Eu estou numa fila de supermercado, aqui na Gabriel Monteiro, vem uma senhora e fala. São populações muito diferentes. Uma senhora — acho que aqui na Gabriel Monteiro — não agora, isto faz uns anos, chegou e disse:

"— Sabe que eu tinha horror deste programa? Eu achava tão feio, ficava tão envergonhada. Mas, às vezes, eu estava ali, fazendo tapete, não levantava para desligar a televisão, acabava vendo. Olha, no fim, eu aprendi tanta coisa que eu chamava todas as minhas filhas para verem. Na minha casa tinha que ver este pro

grama, porque eram coisas que, se minha mãe tivesse me ensinado, teria sido muito bom".

Teve uma mudança de opinião mesmo. Teve carta dizendo: "Olha, eu nunca via este programa, sempre desligava nessa hora, mas aí começou a ser na hora que eu preparava o almoço, não dava para desligar. Eu fui ouvindo, ouvindo. Mas como é bom! Por favor, não .sai. Eu perdi tanto tempo sem ver".

Teve uma coisa muito emocionante. Eu fiz este programa sete anos na TV Globo, direto. E, de maio a janeiro, na TV Manchete. Então, quase oito anos de programa, eu estava me sentindo um pouco cansada de fazer. A TV Manchete não dava liberdade, não no sentido de censura, mas de recursos. Eles não têm os meios que tem a Globo para te possibilitar experiências novas. O último ano da Globo foi mais interessante para mim, estava fantástico para mim, foi pena que acabou, eu estava gostando. Eu estava fazendo só *in loco*. Eu pegava mulheres operárias, mulheres em cortiços, mulheres da alta burguesia, divorciadas. Como vive uma mulher divorciada? Que tipo de dificuldades ela encontra com os filhos? Na sociedade? Preconceito? Machismo? Nas diferentes classes sociais? Uma reportagem com alguém com uma cabeça que está sabendo o que quer perguntar, que quer mostrar que o preconceito existe, que as pessoas lidam de forma diferente com o preconceito, mas ele existe sempre. Foi um ano só deste programa. E também muito com adolescente. Chamava quatro, cinco adolescentes: "Qual a posição de vocês sobre aborto?" Ia levando a conversa até ter um diálogo onde de cada uma ia percebendo o preconceito da outra, o medo. Era uma coisa que estava me interessando muito. Mas o programa acabou e a Manchete reestruturou nos moldes do primeiro ano da TV MULHER. A

Globo terminou e pôs a Xuxa no lugar, porque disse que o ibope da TV MULHER estava perdendo para os desenhos animados do Sílvio Santos. A mãe preferia pôr a criança no desenho animado do que ela ter o programa. Mas eu acho que tem outros fatores, não era só isso. Acho que o programa decaiu, algumas pessoas foram embora.

Eu tenho até aqui, por acaso, um caderno com os primeiros programas que eu fiz. No primeiro, eu não tinha idéia do que fazer. Nos primeiros, não havia cartas e nem sabia para que público estava falando. Olha aqui o primeiro programa — 7 de abril 1980, programa de inauguração:

"Bom dia. Hoje nosso primeiro programa é sobre comportamento sexual. Sexo é um dos assuntos mais discutidos nos dias de hoje. Fala-se de educação sexual nas escolas, do significado do *topless*. No entanto, não é porque o sexo está na pauta do dia que ouvimos coisas sensatas e informações corretas. O que predomina é a má informação, a ignorância, os mitos, tabus, preconceitos. Existe muita culpa e vergonha, ansiedade relacionada com a sexualidade, que atrapalha..."

No começo, era uma coisa que eu introduzia. Este é o primeiro programa: valores controvvertidos, valores que o programa pretende estimular. Eu ainda punha a bibliografia. Depois, aqui, o segundo programa que eu fiz sobre cromossomas: o que eram, o que não eram, as gônadas. Terceiro programa: processo de sexualização intra-uterina. Era uma coisa bem *safe*. Não sabia o que ia acontecer. O terceiro programa ainda era sobre o desenvolvimento do homem e da mulher. O quarto passou para a vida sexual da criança. Quinta semana: relação mãe/criança. Depois, lugares de atendimento psicológico gratuito, adolescência, masturbação. E, aí, eu fui entrando nas cartas e, a partir das cartas, fui estruturando o programa.

As cartas, às vezes, são um pouco viesadas. Eu lembro que falava, por exemplo, sobre pílulas e, no dia seguinte, vinha uma avalanche de cartas sobre anticoncepção. Se eu falasse de masturbação, vinha uma avalanche de cartas sobre masturbação. O assunto que você levanta, a pessoa se sente com liberdade para expor. Demorou bastante tempo para virem outros assuntos também, sem serem os expostos. Houve uma época do programa em que veio muita carta sobre violência física, mulher apanhando. Acho que foi depois de uns quatro anos do início do programa. Isto é, quando o programa começou a dar frutos, a mulher foi para fora e aí começou a apanhar em casa. Isso foi nítido. Deu para perceber essa violência, na medida em que ela não aceitava mais as regras do jogo, não agüentava desaforo calada.

O programa era estruturado assim: havia um ou dois dias em que eu respondia cartas, dois dias em que eu falava sobre algum assunto específico que achava importante e um dia em que eu comentava alguma situação — geralmente situação de mulher, visando aquilo que eu queria. Não adiantava eu dar aquela informação toda, se a mulher não tivesse consciência da situação de repressão da mulher. Depois, um tempo, eu passei a deixar como se fosse uma tribuna aberta para quem quisesse falar, principalmente mulheres dos grupos feministas que estavam trabalhando. Qualquer pessoa que tivesse uma pesquisa legal, um trabalho ou alguma idéia. Encaixou de todo mundo ir ao programa falar sobre o que quisesse a respeito de mulher. Era para preencher esse pedaço da conscientização da mulher. Geralmente as pessoas que eram convidadas eram as que pudessem ter alguma fala nessa linha. Foi muita gente. No começo, mais "especialistas", depois mulheres líderes, de todas as camadas sociais. Isto eu mantive na Manchete.

sendo que, na Manchete, eu não pus tanta ênfase no feminismo, mas sim na parte médica. Então eu convidada mais médicos para falar.

O mais difícil não foi lidar com as pessoas, foi lidar com a minha angústia. Agora eu estou no décimo segundo ano de análise, mas se eu não tivesse feito análise nesse período todo, teria sido difícil de agüentar. Tanto é que eu resolvi fazer formação psicanalítica, trabalhar em psicanálise, saí da sexologia. porque a pressão que você sente... era de um nível! Às vezes eu estava em casa, atendia o telefone: "— Olha, aqui é a Maria não sei das quantas, estou em Belém, eu tenho que fazer um aborto. Pelo amor de Deus, me ajude!" O que você faz com uma coisa dessa? Você não pode fazer nada! Nem sei se deve, se não deve; se pode, se não pode! O que é que eu vou fazer? Desse tipo de solicitação, tinha ao vivo, na porta da televisão, pelo telefone, por carta. Até você perceber que não tinha que ajudar essas pessoas diretamente, nesse sentido, demora muito. Você fica muito angustiada. Com muito medo. Depois que eu percebi, eu, inclusive, falava: "— Olha, não adianta eu te dar uma receita, vai te aliviar momentaneamente. Eu poderia até te dizer alguma coisa, mas não vai adiantar absolutamente nada". E eu escutava. Foi um aprendizado saber escutar.

Eu fiz um levantamento de clínicas gratuitas no Brasil todo e fornecia o endereço das clínicas, quando sentia que a barra era muito pesada. Mandava uma cartinha. Mas, muitas vezes, não tinha nada que eu pudesse fazer, a não ser conviver com o que estava acontecendo. É como a paciente dizendo para o analista que vai se separar do marido e você percebe que é atuação. Você vai dizer para não separar? Você pode somente interpretar.

A pessoa não tem a quem recorrer, não tem tempo suficiente de atendimento, ela está desesperada com a angústia e procura alguém que vai dar uma solução para ela. Agora, se você entra nisso, você está danada. Tem muitos programas que entram. É uma catástrofe: "Você tem que fazer isso, você não pode fazer aquilo". Cheios de conselhos e determinações sobre o que se deve e o que não se deve. Eu não podia, com a formação que eu tinha, me prestar a isso. Na televisão, eles gostavam, o pedido era por aí. Era uma briga constante. Eu dizia para o diretor: "— Não se pode fazer isso, não se pode dar conselho. No máximo, a informação. A gente tem que explicar; fazer pensar, e não dizer o que é certo ou errado". Nisso eu fui sentindo uma melhora, na medida em que eu fui melhorando a minha formação como psicanalista. Dava para pegar uma carta, destrinchar do ponto de vista psicanalítico e levantar os ângulos que a pessoa poderia pensar e que ela não tinha pensado. Eu achava que isso já era um grande serviço, se eu conseguisse chegar lá com esta informação-análise para a pessoa.

Não é muito comum, em televisão, você receber uma carta dizendo: "Eu ouvi, gostei". Às vezes você recebe, mas não são todas a que você responde que dão retorno: Era comum receber cartas dizendo: "Aquela resposta que você deu para a fulaninha me ajudou muito, me animou a escrever porque eu tenho algo, outras questões". Isso acontecia bastante. Eu tinha uma preocupação em responder de forma que mais pessoas pudessem aproveitar. Ligava a moço: "— Eu estava indo com meu namorado e, de repente, ele quis parar num motel e eu não quis. Mas aí ele insistiu e aí aconteceu. Você acha que ainda sou virgem?" Então, ao invés de responder se é ou não é, você pode até responder, para acabar com a angústia dela, que é provável que o hímen se tenha rompido se ela

teve uma relação sexual. Mas é bom acrescentar: "— Por que você foi para o motel? Qual o significado de você não conseguir dizer não? Por que você não pode ter uma relação sexual solteira? Vamos pensar estes aspectos". Ampliava para este tipo de coisa.

O público é mulher. A faixa etária é complicada, eu não tenho para mostrar. Mas na rua, eu percebo, tem muita senhora idosa, tem pessoas de trinta anos que ficam em casa cuidando de filho pequeno e tem uma faixa de adolescente. Agora, me surpreendi com o número de senhoras e senhores idosos. Tanto é que uma das caixinhas de correspondência que eu tenho é de meia-idade. É um público totalmente carente de informação e que vê na televisão uma possibilidade de auxílio e até de repensar conceitos. O grande sucesso da TV MULHER foi que ela prestava este tipo de serviço, nas diferentes áreas: advocacia, sexo, medicina, pediatria. Era um serviço que faltava na televisão e que foi muito bem usado pelas mulheres. Não só eu, mas também as colegas do programa, recebíamos cartas assim: "Depois que apareceu este programa, eu entrei no mundo". Porque a gente do nosso meio não percebe que é muito difícil comprar jornal. As pessoas não compram jornal. A mulher de classe baixa não assiste aos informativos da televisão, tipo Jornal Nacional. Ela não acha interessante. E o tipo de jornal no programa feminino, ela assistia. Tinha uma parte do programa com notícias do dia. Ela assistia aquilo, ela se inseria no mundo. Acho que foi um pulo muito grande, para as mulheres, este tipo de programa. A gente não realiza muito, ainda hoje. Se você for analisar, era um programa que tinha um pé no passado e um pé no futuro. Ele tinha uma parte que era toda antiga, de decoração, cozinha, todas estas coisas tradicionais da mulher. E uma parte que era mais moderna, falando de sexo, de direito, dando uma coisa

mais atual para ela. Isto porque, segundo os diretores, não dava para fazer uma coisa totalmente nova. Você tem que ter uma coisa com a qual as pessoas estão acostumadas, com alguma coisa nova. Mas isso eu não sei, porque depois de oito anos me dão um programa idêntico ao de oito anos atrás, dizendo que a fórmula tinha dado certo. Eu acho que já poderia ter avançado muito mais. A mentalidade é *play it safe*. Dava para fazer outra coisa. Não vou falar porque é o programa que eu estou bolando. Vamos ver se vai dar certo. Não sei se vai, porque, às vezes, é difícil. Mas é o que eu quero fazer.

A única questão ética que eu realmente tive que pensar muito foi quando eu fui fazer o livro. Como é que eu ia usar as cartas? Será que eu podia? Todo mundo escrevia, as mulheres escreviam e pediam: "Indique um livro para eu ler que tenha estas coisas de que você fala". É claro que eu ia indicar, mas indicar o quê? Livros técnicos como os de Helen Kaplan, Master and Johnson? Não iam ler. Tinha uns livros de pornografia com alguma informação, mas era um nível baixíssimo. E tinha os livros de reforma, mas era um nível baixíssimo. E tinha os livros de receita, assim: o que é o orgasmo? Tam, tam tam... Não eram errados, eu diria, mas eram muito ruins para eu indicar. Quando eu comecei a perceber isso, pensei: "Está faltando um livro que dê as informações num contexto feminista, num contexto brasileiro e acho que eu tenho que escrever este livro". Comecei a escrever. Mas não ia escrever um livro abstrato, não tinha sentido. Então, primeira coisa, separei todas as cartas que eu tinha em montinhos: este aqui com os problemas de mães que querem saber sobre seus filhos; este aqui sobre masturbação; este aqui... Eu fiz o livro. Não sei quantos capítulos tem, mas os capítulos foram feitos assim, com os montinhos que eu tinha. Elas querem saber isso,

então o livro é isso. Agora, eu não vou fazer as perguntas da minha cabeça, se eu tenho quatrocentas perguntas em cada montinho, não é? Eu escolhi a carta que representava mais um tipo de dúvida e publiquei. Mudando o nome da pessoa e da cidade. Algumas cidades eu mudava para uma cidade semelhante, pertinho. Se achava ruim mudar de cidade porque era uma cidade muito característica, eu mudava alguma coisa no texto. Eu pensei primeiro em pedir autorização para as pessoas das cartas. Depois eu decidi que não. Eu nem me lembro por quê! Ah, eu lembro: porque eu achei que elas mandavam a carta para eu falar num programa de televisão, a carta era pública e então eu podia destiná-la para o livro. Depois fiquei em dúvida porque, numa televisão, você fala e aquilo vai embora e, num livro... É claro, não está com o nome da pessoa. Mas eu nunca recebi uma carta reclamando de nada. Eu só recebi uma crítica em público de uma pessoa muito desequilibrada, a Xênia Bier, e não levei em conta. Falou que eu era maluca, que as cartas dela ela queimava todas porque eram sagradas e que eu tinha usado as cartas para faturar. Foi na hora que saiu o livro. Eu tinha pensado sobre este aspecto todo, então fiquei aborrecida. Depois eu fiz uma peça de teatro também com as cartas. Fiz como com o livro. Mande a peça para o Conselho de Ética de Psicologia e pedi para eles aprovarem. Perguntei se havia algum impedimento.

Você vai adquirindo uma capacidade de falar coisas que possam causar menos dano possível. Você vai percebendo que tem que ter muito cuidado com o que fala. Uma crítica que vinha muito no começo do programa: "Você fica falando sobre masturbação, minha filha está vendo, nunca se masturbou e aí é capaz de se masturbar. Você está desviando a minha criancinha". Tenho uma postura totalmente diferente: quem for ouvir falar de masturbação e nun

ca fez, pode ter a sua curiosidade aguçada, mas não é algo que vai fazer mal a ela, de jeito nenhum. E quem nunca se masturbou e não está interessado, não vai passar a se interessar. Uma vez expliquei o tratamento de vaginismo, pela televisão, para uma mulher de um estado do Nordeste, bem pobrinho, onde ela não ia encontrar nenhum profissional para ajudá-la. Era um risco da minha parte dizer como era o tratamento e eu resolvi assumir. Era uma mulher que não ia ter nunca a oportunidade de um tratamento e este, pelo menos, é fácil, relativamente. Eu expliquei, se ela fez ou não é outra coisa. Mas depois recebi outras cartas sobre vaginismo, querendo saber mais. Várias dizendo que tinham o mesmo problema, que não sabiam que tinha cura, procurando centros de tratamento. Eram do Rio, Belo Horizonte, eu podia indicar. Também recebi outras cartas dizendo: "Como é que você diz estas coisas horrórossas na TV?" Pode ser, é uma crítica que talvez proceda: é difícil averiguar.

Sempre eu partia do princípio de que a criança menor, quando você fala na televisão algo que ela não sabe e não está despertada para aquilo, você não desperta. E se ela está desperta, está com a antena ligada, é muito bom que ela ouça. Pelo menos é alguém que está falando as coisas direito, não está falando besteira nem preconceitos, nem bobagens. E o tempo que a criança ouve televisão sobre assuntos com palavras complicadas é muito pequeninho. Eu nunca tive o depoimento de uma pessoa que tivesse fazido algo que realmente fez mal por causa disso, disso, disso. Eu sempre tive cartas dizendo: "Vai fazer mal!" Mas nunca uma que dissesse: "Fez mal!" Isto nunca teve. Talvez tenha até acontecido em algum momento, porque esta é uma das coisas mais difíceis de controlhar. Como é que você fala de uma opção pela vida sexual sem introlhar.

centivar e, ao mesmo tempo, sem ser moralista? É complicadíssimo. Inclusive eu estou escrevendo, agora, um livro sobre educação sexual para escolas, para adolescentes de 9 a 14 anos, e eu estou apanhando. Eu tenho um filho de 14 anos e dei para ele ler. Num trecho, estava falando para os meninos, em resposta a uma cartinha inventada a partir de várias cartas: "Marta, eu tenho 14 anos e todas as meninas com quem eu saio, de 13 ou 14 anos, não querem ter relações sexuais e eu quero. O que devo fazer?" Este é um negócio típico: menina de 13 anos está a fim de namorar de mão dada, ter carícias, no máximo. O menino de 14 anos quer ter relações. Então eu respondi: "Bom, é uma coisa que ocorre mesmo nesta idade, os desejos são diferentes nessa idade". E dizia para ele: "Que você namore, aproveite para conhecer melhor as pessoas e se preparar para uma vida sexual mais adiante". Na hora me deu vontade de sugerir para fazer esporte. Daí eu lembrei que isso era uma coisa de um livro do Padre Charbonneau a que eu tinha horror, quando lia, tinha engulhos. E, de repente, me vi quase escrevendo. A parte de esporte eu não pus. Mas mostrei para o João, meu filho.

Ele leu e falou: "— Mãe, não está certo isto que você está falando, porque, se tiver uma mulher mais velha que queira ter relação sexual com ele, ele não pode ter?"

Eu falei: "— Bom, até pode ter, mas num livro didático eu não posso pôr isso. Acho, não é? 'Se tiver uma mulher mais velha' acho que não dá para pôr".

Ele disse: "— 'Não dá para pôr' é problema seu. Do jeito que você está pondo, parece que é errado ter, que ele não pode ter".

Eu fiquei pensando: "É verdade, tenho que pôr de outro jeito. De que jeito eu vou fazer isso?" Fiquei pensando. O texto já estava pronto em parte e falava só dos desejos diferentes, que a vida inteira perduram, que a mulher depois vai ter um pique se xual aos 40 e o homem teve aos 18, falava umas coisas assim. Aí meu filho falou:

"— Por que você simplesmente não mostra as diferenças, não precisa ficar dizendo o que tem que fazer. Cada um vai fazer o que der para fazer, ué!"

Meu Deus, olha aí, divã tanto tempo não serviu para ab solutamente nada! Eu aqui querendo dar receita do que fazer, com toda esta experiência, sabendo... Não tinha que esperar nada! Na minha idéia seria bom, mas e daí? Ah, e o meu filho ainda falou assim:

"— Quem é você para dizer se deve fazer ou não?"

É muito difícil isso. E na televisão tinha este problema. Eu parti para uma solução assim: "O que pensar antes de ter uma relação sexual". Não era incentivando, mas convidando a pessoa a pensar antes de se decidir. Eu escrevia e decorava antes de falar, de tão nervosa que eu ficava... Pontos a considerar para assumir a vida sexual: não é possível generalizar, cada um faz a hora que quer; têm que ser levados em conta os valores adotados pela família e o meio social do adolescente; pensar em problemas de críticas provenientes de colegas; desenvolvimento físico do a dolescente, neuro, endócrino — até por volta dos 14 ainda não po de tomar pílula, a pílula interfere, criando alterações físicas; amadurecimento emocional; condições para suportar frustrações; pressão familiar; pressão social; condições para avaliar se está

sendo alvo de exploração sexual; comportamento voluntário; opção; ser agradável; existir afeto e não atuação; ser livre de culpa e servir para enriquecer a experiência; expectativas reais e não românticas. Depois que eu tinha pensado tudo isso, eu ia lá e falava.

O que eu recebia de carta: "Você está incentivando minha filha a ter relação sexual". Então não quer que a filha pense, quer que a filha faça o que ela acha certo e o que eu dava era o oposto: "— Se você tem estas condições, então está apta a ter". Agora, a mãe queria que eu respondesse: "— Não tenha, porque não deve". E essa era sempre a briga entre a platéia e quem estava na televisão. Principalmente em situações delicadas como sexo, os pais querem que você transmita os valores deles, moralistas. E, quando você transmite uma amplitude, uma abertura de possibilidade, uma opção e não medo, eles ficam muito bravos. Mas eu acho que a atitude de alguém que trabalha com comunicação é essa, é abrir e não fechar.

É isso que o psicólogo tem que fazer na televisão, no rádio, em qualquer lugar em que ele vá trabalhar. É quase a mesma função de um psicanalista. Ajudar a pensar não é dizer: "— Você deve se casar com A ou B, ou larga do seu marido ou fica com seu marido", mas proporcionar o desenvolvimento mental. Como é que você propicia o desenvolvimento mental? Primeiro, não respondendo às questões e ajudando a pessoa a desenvolver uma capacidade de frustração que propicia pensamento e mostrando as várias opções que a vida tem, isto é, permitindo que ela veja ou pense em aspectos nos quais nunca se deteve. A função, para mim, do psicólogo na TV, é essa — ampliar a visão de mundo que a pessoa tem,

mostrando o ângulo psicanalítico do qual ela não tinha consciência, explicitando fatores internos que impedem um desejo, uma postura, uma mudança, uma alegria ou um prazer. É desenvolver o potencial que a pessoa tem, porque ela, geralmente, tem uma visão muito estreita do que é e do que você pode dar. Então, aumentar o que pode ser a vida, diminuir os medos e criar novas possibilidades. Eu fiz isto para muitas mulheres. Ainda é emocionante ouvir seus testemunhos.

Na medida em que fui fazendo a formação analítica, o programa saía com mais gabarito. Não saberia explicar, mas saía com uma mudança nítida de nível, a partir do que eu melhorei no nível pessoal. Você passa a ver outras coisas, passa a tentar atingir o público para um desenvolvimento e não para uma satisfação imediata. Muitas vezes você passa a frustrar em termos de ibope de televisão. Às vezes, agora na Manchete, eu recebia umas cartas assim: "Você está sendo muito agressiva, você não devia falar nisso; por que outro dia você ficou tão brava com a fulaninha?" E eles preferem, realmente, alguém que seja muito docinho, que dê respostas e conselhos, como alguns tipos da televisão, aquele tipo que fica: "— Queridinha..." Não é meu estilo! Mas o público prefere este tipo, os que falam de um jeito que divirta e seja o oposto de pensar. Pelo menos é com isto que estão acostumados.

O que alterou o programa foi que mudou a apresentadora. Era a Marília Gabriela, que era muito boa. Aí foi mudando. Alguns quadros mudaram, também. Nos primeiros anos, era novidade, depois passou a ser normal. Mas acho que sempre tinha muito interesse, porque alguns problemas permaneciam os mesmos, mas outros

mudavam. Também fui falando muito mais da relação homem-mulher, foi mudando o discurso.

Eu não tenho o IBOPE, eles não mostram para a gente. Acho que para a gente não ficar convencido. As poucas vezes que eu soube foi por acaso, por alguém que trabalha em publicidade... Eu sei que no final, o programa dava seis pontos e a Xuxa dá uns 48. Mas é um público diferente que assiste. Num era a mãe, no da Xuxa, é a criança.

A experiência na TV foi muito boa, porque me deu acesso a uma multidão, à oportunidade de saber coisas que eu nunca saberia. Eu respondi cartas que me permitiram escrever "Conversando sobre sexo" e, depois, "Mariazinha". Isso eu nunca poderia ter feito sem um trabalho de massa. Pessoalmente foi um processo doloroso mas de crescimento.

Outra coisa, também, é que, através da TV, me tornei uma pessoa muito requisitada. Eu tenho, hoje, uma média de três convites por semana para fazer palestras em todo o Brasil. No começo, nos primeiros dois anos, eu fui muito. Passei o ano quase só viajando e agora eu faço muito menos, muito menos. Depois eu aprendi a cobrar, porque no começo não cobrava nada. Agora, muitas vezes, eu nem tenho vontade de fazer porque nem sempre é interessante, às vezes é muito repetitivo. Quando eu fazia o "Conversando" eu tinha muita vontade porque era uma experiência nova. Foi ótimo ir para o Piauí, Maranhão, Tucuruí... para o Brasil inteiro. Foi uma experiência bárbara! Saber como isso chegava para as pessoas. Quando eu fiz o "Mariazinha" eu tive interesse porque eu queria saber o que as mulheres pensavam nas diferentes par

tes do Brasil. Eu fiz muita palestra, mas depois que eu acabei os livros, eu diminuí muito, porque geralmente é muito raro ser uma coisa recompensadora. Geralmente você fala muito, as pessoas sugam muito, querem saber muita coisa e dão muito pouco em troca, em termos de opiniões. O máximo que você consegue ver é o nível em que está aquela região e aquelas pessoas que foram assistir a palestra — carentes de informação. Quando eu estou trabalhando em alguma coisa que eu posso obter algo das palestras, quando tem troca, aí eu tenho interesse em fazer.

O prestígio é muito bom. Foi ótimo porque me possibilitou dar palpites sobre muitas coisas, coisas a que antes seria muito difícil eu ter acesso. No momento em que eu sou uma formadora de opinião, qualquer coisa que aconteça, as pessoas estão interessadas em saber a minha opinião. Neste sentido é bom. Se você está a fim de influenciar em alguma direção, em algum caso, é muito bom ter acesso a isso. Neste sentido não me resenti não, achei bom. Em termos profissionais, teve um lado bom e um ruim. Como fiquei conhecida como sexóloga e sou psicanalista, ficou difícil, porque a imagem que eu tenho é de sexóloga e não de psicanalista. Para eu conseguir mudar meu consultório de sexo para psicanálise demorou alguns anos. Você quer que o seu analista seja uma pessoa desconhecida, que ninguém saiba quem é, não conheçam, não falem, não encontrem, não saibam da vida dele e a minha vida é muito pública. E tem a coincidência de eu ser casada com um homem de vida pública. Então, fica tudo muito público. De outro lado, me trouxe muito cliente, também. Tem muita gente que me procura porque leu os meus livros. Agora, a maioria das pessoas que vêm pela televisão, não têm a menor noção do que seja psicanálise. Às vezes é difícil poder ficar com elas e eu encaminho.

Se eu for fazer um balanço, foi muito bom ter tido a oportunidade de trabalhar na televisão. Houve fases — a gente esquece, não é? — houve períodos difficílimos, que eu queria ir embora, que eu não aguentava a pressão, não aguentava os xingamentos aqui em casa. Houve tempos que era direto no telefone, ameaças, palavrões. A gente esquece, eu falei tudo isso e esqueci — houve períodos em que foi muito difícil, que eu não queria mesmo. Depois, aquelas mulheres de Santana querendo que eu saísse do programa... Quem dava muita força para ficar era o Eduardo.

Eu acho que a gente nem tem idéia ainda do papel histórico que teve este programa. Não só o meu, a TV MULHER e o meu na área de mudança de costumes. Acho que foi muito importante na quebra de tabus. Parte desta transformação que está aí vem deste programa. Sexo não era falado. As pessoas esquecem muito, mas elas não falavam destas coisas.

Tinha três coisas que as pessoas queriam, estou lembrando: receita do que fazer, palavra amiga/compreensão ou dizer que elas tinham razão. Foi complicado perceber que era isso, depois perceber que eu não tinha que atender a isso e aguentar a angústia de não atender. Fora aguentar as pressões das pessoas dizendo que era imoral.

Muitas vezes pensei em abandonar a TV por causa da psicanálise e sempre foi um conflito muito grande. Não é conflito hoje, mas foi. Psicanálise é algo muito mais interessante no que se propõe, mas eu acho que a minha experiência de massa foi tão forte, a nível de ajudar mesmo, de sentir a possibilidade de ajudar a milhares de pessoas, tão grande, que foi duro tomar a deci-

são de sair... Mesmo quando eu saí, agora em janeiro, foi uma decisão difícil, porque, por mais chato que estivesse o programa, eu sentia que era uma coisa muito importante de fazer, como prestação de serviço. Eu gosto de fazer isso, de televisão, gosto muito. Eu teria vontade de continuar fazendo televisão. A vontade que eu tenho é de fazer algo relacionado com moral, costumes, transformação social. Demorou para eu compreender, eu achava que era um ou outro, que tinha que escolher: ou ficava fazendo meio de comunicação ou fazendo consultório, as duas coisas não dava. Foram anos de ansiedade nesse sentido. Não saberia dizer quando a coisa apaziguou. Talvez a coisa tenha se apaziguado quando a televisão começou a me dar menos trabalho e menos medo, começou a sair uma coisa muito fácil, sem ter que ter muitos preparos, uma coisa muito fácil de fazer. Tem a ver com estar à vontade com o veículo, mas tem mais a ver com estar à vontade com a gente mesma, eu ter conseguido perceber que, para mim, só o consultório é uma coisa que não me satisfaz. Eu adoro fazer análise, mas eu adoro fazer televisão.

Acho que, sem o instrumento da psicanálise, eu não teria conseguido fazer num bom nível o que fiz. Porque a psicanálise me deu instrumentos para pensar e repensar o que eu fazia. Capacidade de estar muito mais atenta para o que é o desenvolvimento humano e de agüentar também, ter mais capacidade pensante, de análise. Houve épocas em que pensei em me desviar para a política. Por exemplo, na época da Constituinte. Teria dado para me eleger facilmente, mas eu pensei muito e achei que não era a minha. Eu ia enlouquecer naquele Congresso, com aquelas pessoas e tipo de reunião. Eu podia prestar um serviço muito maior fora. Não me arrependi, acho que estava certa. Depois eu ia perder contato

com todas estas coisas que eu faço e, o que é mais importante (ou menos importante, nada é mais importante do que a Constituição do país), eu posso fazer melhor. Se eu fizer um bom livro para as escolas, vai ser uma maravilha, não tem nenhum. Isso é uma coisa que eu posso fazer e poucas pessoas poderiam estar fazendo. E eu posso fazer bem feito. Então, é uma oportunidade e tem que ser agora. A AIDS... tem que sair este livro para adolescentes.

A área em que eu me desenvolvo é a psicanálise, onde eu consigo transmitir é no meio de comunicação ou escrevendo. Onde eu estudo é lá, onde eu solto é no meio de comunicação de massa. Em nenhum momento eu deixei de fazer psicanálise, estudar. É gozado, mesmo que as coisas não sejam iguais.

Eu sou neófito. No Instituto de Psicanálise eu era aluna. Foi difícil fazer a passagem, porque na sexologia... é assim, eu era cavalo e virei burro. Na sexologia, eu era das pessoas mais competentes, era a que tinha a maior clínica de terapia sexual. Eu realmente entendia. Tanto é que, quando fui estudar psicanálise, pensei: "Dá pena, eu estudei dez anos de disfunção sexual e vou jogar fora, vou jogar no lixo". E a prevenção era uma possibilidade de não jogar fora, de usar de outra forma. Quando eu fui para a psicanálise, era alguém que estava acostumada a ser ótima e muito paparicada, era a que sabia das coisas, era chamada para dar palestras sobre o assunto e, de repente, fui para um lugar onde não sabia absolutamente nada. Foi penosíssimo isso. Até perceber que eu realmente não sabia nada e que até hoje sei muito pouco... Eu acho que alguns têm um profundo respeito pelo meu trabalho, acham que o que faço é importante. Outros têm profundo desprezo por esse tipo de trabalho, como se não fosse sério porque

é de massa.

Eu me lembro que quando fui escrever para a Folha, faz muitos anos, encontrei o Gianotti, professor de Filosofia, que falou: "— Você é maluca de escrever na Folha! Isso é o fim! Você vai se desmoralizar totalmente. Uma pessoa do seu gabarito não deve fazer isso. Publica nos lugares que tem que publicar, mas não ..." Eu falava: "— Acho que vocês é que estão malucos, acho que tem que levar para a massa as coisas, não adianta ficar publicando nestas revistas que ninguém lê". Lembro que depois de um ou dois anos eu ria porque estavam ele, o Fernando, a Ruth, todo mundo que era contra, todo mundo escrevendo para a Folha. Mas, na época, a reação, principalmente na USP, foi muito assim: quem escrevia para veículo de comunicação e não para revista científica não era sério. Isso eu tive que enfrentar, não no Instituto de Psicologia, mas com os amigos da USP, mesmo. Depois, na USP, isso mudou muito. É como todas as coisas, na hora que você tem sucesso, dá certo, todo mundo diz: "— Ah, realmente tinha que fazer, era importante fazer".

UM MEIO PARA INFORMAR/UM MEIO PARA AJUDAR
ELISA MARIA PARAHYBA CAMPOS RIBEIRO

Vou falar primeiro do Canal 2, porque foi o primeiro contato. Foi um convite que eu recebi do Júlio Lerner, através da Rachel Rosenberg. O nosso programa era dentro de um programa de atualidades, no horário do almoço, que eles calculavam ser o horário em que a família estava reunida. A idéia era atingir grupos familiares com um tipo de coisa que não ficasse maçante. Então, você tinha que levantar um problema comum, no geral, àquele tipo de família que nós nos propúnhamos a atingir. No lugar de ficar pregando psicologia e conceitos de como se deve agir em determinada situação, fazíamos uma dramatização. E, depois da dramatização, eu ou a Rachel falávamos alguns minutos sobre aquilo que tinha acontecido na dramatização, dizendo, inclusive, se era caso de procurar um profissional ou se, apenas com algumas mudanças de abordagem do problema, aquilo se resolveria. Este quadro acontecia uma vez por semana e demorou no ar um ano. Ele está todo arquivado lá no Canal 2. Este trabalho foi feito em 76, faz onze anos. Éramos três pessoas trabalhando: eu, uma colega minha, psicóloga, e o Carlinhos, que trabalha com a Melany — algumas vezes ele atuou conosco. Primeiro montávamos uma situação-tipo. Eu lembro bem de uma situação em que eu fazia o papel de uma mulher recém-casada que tinha que receber a irmã que vinha do interior para ficar morando na minha casa. A irmã que vinha era uma pessoa que não tinha a menor noção de limite, nem de adequação. Então ficava na sala durante muito tempo quando eu estava querendo ficar sozinha com o meu marido. Tudo isto na representação. Eram representações rapidíssimas, um minuto. Isto que eu notei foi in

teressantíssimo: na televisão, o tempo é uma coisa que muda completamente de conotação. Você pega um programa onde você tem três minutos para fazer sei lá o quê, você fala: "— Ai, mas isso não dá pra nada". Dá para um monte, não é? É uma primeira diferença que eu vejo entre o meio de comunicação TV e o que eu fazia na Cláudia, que era outra linguagem, que era uma coisa escrita. A gente fazia o quadro de maneira a não encher a paciência e havia um corte justamente na cena em que a protagonista, que era eu, não sabia mais como lidar com a situação. Daí entrávamos eu ou a Rachel, dizendo: "— Nesses casos, o ideal é primeiro bater um papo franco com a pessoa, definir exatamente o que está incomodando. Não é preciso uma terapia para isto. Mas a mulher deve se sentar e conversar, chamar a pessoa e, com todo carinho, dizer que a pessoa é bem-vinda, desde que sejam observadas certas normas de convivência e pá, pá, pá, pá, pá, pá..." Então isso era um exemplo. Outra situação era a de um casal que está em crise e todo domingo eles almoçam na casa da mãe dela. É uma baita briga entre o casal. O marido se recusa a fazer este programa e a mulher fica desesperada e, na briga, aparece uma série de elementos que mostra que aquele casal está vivendo uma crise muito mais grave, em que a recusa do marido é apenas uma desculpa. Nesses casos, falávamos depois: "— Seria interessante procurar alguém, algum profissional que pudesse primeiro entrevistar o casal, ouvi-los para saber as suas queixas e reclamações, fazer uma terapia de casal por um tempo e depois ser definido para que terapia cada um dos dois vai, quem vai, etc...."

O programa tinha a intenção de ser um espaço onde as pessoas pudessem se identificar e pudessem até achar soluções pessoais sem ter que recorrer, necessariamente, a uma ajuda profes-

sional, mas também servia como uma espécie de orientador para quem não sabia bem em que situação você deve procurar um psicólogo. Havia várias cenas em que a coisa era com a educação de filhos. Nós bolávamos. Não era feita nenhuma pesquisa. Nós bolávamos porque tínhamos já tarimba de experiência de consultório. Nós pegávamos as situações que considerávamos mais comuns, isto é, tipos de situações que levam uma pessoa a se desentender ou que geram um tipo de desequilíbrio numa família ou no casal — um filho que vai estudar fora de casa, um casal que mora com a mãe da mulher ou do marido... várias situações que, achávamos, criavam um certo tipo de tensão na casa. A coisa era estritamente dirigida a um grupo. Não era uma coisa feita de pessoa para pessoa. E era muito interessante porque tínhamos um *feed-back* do público. Recebemos muito incentivo. O Júlio contava que muita gente ligava para o Canal 2 dizendo que gostava muito do programa. Muito pouca gente conhecia psicodrama naquela época e foi uma forma até de divulgar um pouco o tipo de abordagem psicodramática. Às vezes, falávamos sobre o profissional que a pessoa procuraria: ver bem que tipo de profissional era, que tipo de trabalho fazia, se era o mais indicado para aquele caso. E sempre a coisa era na linha de procurar o psicólogo, para que o psicólogo orientasse, fizesse o diagnóstico, eventualmente. Para não ser assim de simplesmente procurar terapia. Isto ficava muito claro: a idéia era ligar o tipo de público que nos ouvia, nos via, ao papel do psicólogo como agente transformador mesmo, como alguém que pode orientar, aconselhar, diagnosticar, encaminhar. Falando, eu me dou conta de uma coisa interessante, que eu acho que é um problema sério: eu sinto uma coisa muito grande quando a gente começa a trabalhar como terapeuta, parece que o papel do psicólogo fica uma coisa muito morta dentro de nós. Eu sinto isso, pelo menos: como se o papel do

terapeuta ficasse mais evidente, e esse papel do psicólogo, para mim, fica uma coisa meio nebulosa. A não ser, claro, pelo fato de que eu dou aula e estou o tempo todo discutindo, com o pessoal lá, quais seriam as funções do psicólogo. Mas eu sinto na USP uma coisa complicada em termos do que é formar um psicólogo. Nós fazíamos um trabalho na TV, que juntava uma eventual terapia com um elemento que fosse um psicólogo, que fizesse essa seleção. Se fosse uma criança-problema, seria um diagnóstico; se fosse um casal, seria uma terapia de casal diagnóstica; se fosse... Essa era a idéia.

Esse trabalho parou porque acabou a verba e porque nós sentíamos uma sobrecarga muito grande de não haver, por exemplo, alguém que fizesse a pesquisa das situações que poderiam ser encenadas. Ficava uma coisa assim: nós tínhamos que levantar a situação, nós escrevíamos o roteiro, nós representávamos e, depois, eu ou a Rachel fazíamos o comentário sobre a coisa. Era muito. E aquilo foi desestimulando a gente. Além do pagamento, que eu não vou entrar em detalhes. Era ridículo e a gente passava, às vezes, gravando das 7 horas da manhã às 6 da tarde, para fazer uma cena. Às vezes, preparávamos quatro episódios e já gravávamos tudo num dia. Mas isso dependia de milhares de coisas. Nós estávamos muito encantados com a idéia; mas os próprios compromissos, a própria atividade profissional de cada um foi dificultando esta disponibilidade que a gente sentia que precisava ter, para ficar à disposição do tempo, da câmera, de tudo. Então esta foi a experiência que eu tive com televisão, em termos de trabalho com a psicologia.

A outra experiência foi com a revista Cláudia. Foi uma

experiência completamente diferente. Eu diria que mais fácil em termos de trabalho intelectual, mas mais difícil em termos de mão-de-obra. Eu era colocada numa seção que chamava CLÁUDIA RESPONDE e havia, nessa seção, profissionais de várias áreas: dentista, nutricionista, cirurgião plástico, pediatra, veterinário, psicólogo, psiquiatra, neurologista. Eles escolheram uma série de profissionais. E o que acontecia? Eles colocavam uma qualificação em baixo do retrato na primeira vez que o artigo saía, dizendo que quem quisesse perguntar sobre aqueles assuntos deveria escrever para a redação. E começou a chover carta para uma série de profissões. Eles foram cortando as profissões que recebiam menos cartas e foram selecionando novas profissões para constar do setor da revista.

O trabalho era assim: eu recebia, no meu consultório, envelopes mandados pela redação. Às vezes, chegava a ter umas duzentas cartas. Eu tinha que responder. Tinha que selecionar as cartas, quatro, e responder. Mas não podia selecionar quatro quaisquer. Eu tinha que selecionar quatro que representassem as outras duzentas daquele mês. Então selecionava, por exemplo, carta de a adolescente. Tinha uma carta: "O que você faz quando não tem vontade de viver porque brigou com o namorado?" Era uma coisa que a parecia muito e que eu sempre respeito muito. Para a pessoa que está vivendo, aquilo é o maior problema do mundo. Eu recebia mui ta carta de homossexual. Engraçado que as cartas vinham com pseu dônimo e tinha gente que fazia questão de colocar o nome verdadeiro. Muita gente queria saber meu endereço particular, meu telefone do consultório e, no fim, eu acabei autorizando a redação a dar, porque não me atrapalhava. Não teve muita procura no con sultório. As pessoas que se aproximaram, foram pessoas de nível

sócio-econômico extremamente baixo, foram pessoas que você percebia nitidamente que não tinham jamais poder aquisitivo para pagar um processo terapêutico, mas que estavam precisando de ajuda. Eu, então, muitas vezes por telefone mesmo, encaminhava para instituições que sabia que poderiam atender estas pessoas.

A minha intenção ao escrever, ao aceitar esse trabalho, foi puramente quixotesca. Eu achava que as pessoas falavam muita bobagem em termos de psicologia — não por achar que eu fosse melhor do que qualquer um — e quis tentar responder de uma maneira um pouco mais coerente, conscienciosa. Eu fiquei, também, quase um ano trabalhando na Cláudia, até que um dia eu cansei, porque me levava um tempo imenso selecionar aquelas cartas. Eu separava por assuntos: mulheres que tinham problemas conjugais, homossexuais, adolescentes. As primeiras foram facilímas porque eram as clássicas perguntas que todos nós sabemos: "Qual é a diferença entre psicólogo e psiquiatra?", "Quando é que se deve procurar uma terapia?", "Que tipos de terapia existem?", "Qual a diferença entre uma terapia e uma análise?", "Por que todo mundo chama de análise quando não é análise?", "Terapia de grupo é análise?". Era bem nessa linha. Era uma coisa bem de informação. Eu gostava muito. Depois foi me cansando um pouco, por várias razões; por exemplo, casais desencantados, achando que a vida não tinha mais graça e queriam fórmulas. O pessoal vê muito o psicólogo como mago. Todo mundo queria uma fórmula para resolver um tipo de problema que estava sendo um peso, digamos assim, na vida deles naquele momento. Eu respondia na medida do possível e foi interessante. Mas não teve retorno, em termos de clientes, não teve nenhum. Se eu te disser que eu tive de retorno três clientes a partir da revista, é muito.

Agora, o que eu ia te falar em termos de tempo é que na hora em que você escreve, você se sente muito menos pressionado. Você escreve uma resposta grande, depois você vai secando aquela resposta e deixa numa forma concisa, numa linguagem acessível. Esta era uma preocupação. Sem ser uma linguagem de "oba-oba", porque muitas vezes o que me irrita em jornalzinho de psicologia é a forma de expressão das pessoas que falam sobre psicologia. É uma observação minha: as pessoas usam uma forma brincalhona, como se isso fosse facilitar o acesso. É uma forma sedutora. Eu sentia muitas vezes, em alguns jornais de psicologia, um tipo de escrever a coisa, até usando um português meio errado, às vezes para chamar a atenção, umas expressões: "tá legal", "né", umas expressões assim. Eu não sou nenhuma purista de língua, não faço questão de falar gíria, eu falo alguma gíria... mas, na hora em que você vai escrever... Era isso que eu percebia. Na televisão, a gente usava uma linguagem menos formal, mais coloquial. Na hora de escrever, era complicado, porque você tinha que falar as coisas de uma maneira clara, mas também de uma maneira simples. Então, quando me escreviam perguntando: "Meu filho está ou não na fase do Édipo?" Você dar uma resposta em algumas linhas sobre estar ou não estar na fase de Édipo, quer dizer... Tinha muita coisa assim: "Sonhei com tal coisa, o que quer dizer?" E eu tinha um espaço grande. Eu tinha quatro ou cinco respostas. Então eu sentia mais flexibilidade no uso do espaço. Quer dizer, é interessante, porque, na televisão, a categoria era o tempo — eu tinha que usar um tempo, uns minutos — e, na revista, era o espaço — eu tinha um espaço para escrever. É mais fácil quando você lida com um espaço determinado. Mas, depois, também parei porque dava muito trabalho. Então foram estas duas experiências.

Teve um retorno muito grande no tempo da revista, muitas cartas escritas. Muita gente ligava para saber meu telefone. Teve gente que me localizou — estes foram os que ficaram meus clientes. É interessante como, quando a pessoa quer, ela vai em frente. Teve gente que foi logo no começo da seção, quando a Cláudia não dava meu telefone, nem meu endereço, nem nada. Só que em baixo do meu retrato vinha assim o nome e vinha que eu era docente da Psicologia Clínica da Universidade de São Paulo. Pronto! As pessoas ligavam direto para a clínica e pediam o telefone do meu consultório — uma coisa que ninguém lá na clínica está proibido de dar. Então, quem queria... Mas já era um tipo de pessoa diferenciada. Sabia que tinha, sabia encontrar o Instituto de Psicologia numa lista.

Em termos pessoais, eu senti uma coisa muito interessante. Quando foi para ir trabalhar na TV, senti, aliás, nas duas situações, eu senti um movimento meio de reação preconceituosa. Como quem diz: "— Oh, eu que abomino televisão, acho que não tem nenhum programa que preste", toda esta série de coisas, imagina — 76 era muito pior — eu vou falar? Depois fiz uma reflexão assim: "Se quem tem vontade de mudar alguma coisa na forma da televisão existir não se propuser a fazer, definitivamente, ninguém vai fazer". Então eu fui, eu me expus. Eu sempre gostei de teatro. O fato de ter feito psicodrama muito tempo me dava toda uma facilidade de representar e tudo o mais. Foi gostoso. Depois, no fim, ficou uma coisa que era muito respeitada por todo mundo. Mas, no começo, eu tive uma reação assim: "Como vou ter condição?" E, com a revista Cláudia, foi a mesma coisa. Eu acho que a gente não tem, no Brasil, um meio de comunicação, em termos de revista, que você possa dizer... vamos dizer, há uma faixa que não é atingida por

nenhuma revista que existe por aí. Eu acredito que a Isto É preencheu um pouco este buraco. A Veja, de alguma forma. Mas eu sinto falta de um órgão que eu não sei bem qual é.

Na Cláudia, eu pensei: "Puxa, vou escrever para a revista Cláudia!" E, na Cláudia, foi engraçada a reação de pessoas próximas a mim, porque eu fui objeto de muita gozação. As pessoas me gozavam demais. Brincavam com coisas assim: "— Agora eu não faço nada sem antes ler o seu texto na Cláudia"; "— Meu casamento melhorou graças a você"; "— Eu segui seus conselhos, tirei férias sozinho com a minha mulher". E era verdade, às vezes. Casais escreviam dizendo que o casamento estava péssimo, que o casamento acabou e perguntavam: "— Será que é porque não tiramos férias há dez anos?" Tinham um filho de 9, outro de 8, um de 7, um de 5... Era uma questão até de senso comum — eles tinham se casado e começado a vida sozinhos e, de repente, nunca mais eles tinham tido espaço para eles. Era importante delimitar o espaço para os filhos, o espaço para o trabalho, o espaço para o lazer e, de repente, eles não tinham tempo. Então o pessoal me gozava para valer. Mas aí não me atingia mais. Quando eu tinha decidido que eu ia escrever, que eu ia participar, eu me sentia realmente fazendo alguma coisa pela classe profissional. Mas ainda falta um veículo onde a gente possa ter um tipo de acesso que não sei qual é. Eu só sinto a falta, eu não tenho uma proposta.

Eu sou muito preocupada com a nossa imagem, com a imagem do profissional de psicologia. Eu acho que a nossa identidade é uma coisa ainda muito instável, muito pouco definida, muito recente. Então, tudo que diz respeito a essa coisa da identidade do profissional de psicologia me atinge diretamente. Eu tinha uma

expectativa, não era bem uma preocupação. Eu tinha uma esperança de que aquilo pudesse informar um pouco mais o público, no sentido de esclarecer, no sentido de que a psicologia ficasse uma coisa, paradoxalmente, ao mesmo tempo mais próxima das pessoas e menos senso comum, como ela parecia que era, entende? A minha idéia era a de que as pessoas pudessem entender um pouco o psicólogo, como elas entendem um profissional de outra área. E eu acho que deve ter tido algum proveito. Eu não tive *feed-back* sobre se as pessoas conseguiram ou não ter uma idéia mais real da identidade do psicólogo, ou ter uma mudança de atitude no sentido de não ver o psicólogo como o mágico da bola de cristal, que sabe tudo, mas um cara que trabalha eventualmente na área de Saúde Mental, que pode auxiliar. Seria uma coisa de desmistificar e reafirmar uma identidade, porque eu acho que o psicólogo ainda não está com a identidade dele completamente definida. Eu ainda sinto que a coisa é um pouco misturada. Mas eu acho que está melhor, em termos de definição. Tem muita gente que não sabe distinguir um psicólogo escolar de um psicólogo clínico. Não sabe qual é o papel de um psicólogo social, não sabe bem... Todo mundo brinca que psicólogo brinca com rato em laboratório, mas as pessoas não têm muito clara esta divisão em áreas da psicologia. Eu não sei, acho que isto é um pouco reflexo de uma realidade da psicologia também. Eu pensaria que são várias psicologias e aí complica. Mas acho que faz parte porque, a partir da hora em que você pensa que a psicologia tem como objeto o ser humano, para não especificar que é o comportamento humano, ela tem que ser tão complexa quanto é o ser humano. A coisa não é muito fácil.

Eu acho que tudo aquilo que não está muito claro para a pessoa que faz, também não fica claro para aquela que recebe. Ou

seja, o emissor da mensagem, no caso, o psicólogo, se não tiver muito claro para ele mesmo que tipo de identidade e de proposta profissional ele tem, não consegue passar isso. Então eu sinto a nossa identidade como uma coisa que tem que estar clara para nós. No momento em que você está fazendo uma coisa, você saber. Se eu fosse agir como terapeuta, quando eu era chefe de seleção e concurso, eu não teria feito nada. Idem, quando eu dava supervisão, embora muitas vezes — quem trabalha sabe — a supervisão beire o processo terapêutico.

Quando eu falava com as pessoas, usando os meios de comunicação, era uma tentativa, muito antiga, porque já faz 10 anos do programa de televisão e, na Cláudia, uns três. Eu diria que é muito rápido o processo de transformação do papel e da função do psicólogo e vamos vendo que, como toda coisa nova, os subsídios que vamos recebendo são muitos, e você vai tendo que correr um pouco para poder esclarecer o público sobre o que está sendo feito. E eu sinto, dentro da universidade: "Quem é que a gente está formando? A gente forma psicólogos? Formamos terapeutas?" Esta é a angústia do 5º ano, e minha.

Existe todo este halo de magia que envolve a psicologia como se ela fosse uma coisa que sabe através do imponderável ou sei lá o quê. Todo mundo tem muito interesse. Agora está um pouco "batido". As pessoas ouvem falar tanto de psicologia... Mas ainda existe um preconceito muito grande com relação ao trabalho terapêutico, muito grande. Eu percebo em todos os níveis. Eu estava aqui fazendo uma fantasia: "Que maravilha se a gente pudesse ter um programa!" O Júlio adora mexer com tudo isso. Uma vez ele me falou: "— Fala o que você quiser, eu ponho no ar!" Na oca

sião, eu não estava disponível. Sabe um programa dele chamado Su
per Grilo? Ele queria que eu fosse um dia nesse programa falar so
bre psicanálise. Eu disse: "— Júlio, eu não vou". Eu não estava
preparada ainda, estava no processo analítico. Além do que eu não
estava muito disponível, naquele momento, para um desnudamento,
que acaba acontecendo. Ainda mais naquele caso que você não sabe
muito bem o que vem do público. O Júlio sempre me fala: "— Se vo
cê quiser, te ponho no ar". Agora até acho que sim. Penso se se-
ria possível haver um programa constante, de informação: um pou-
co sobre o que é psicologia, um pouco de sua história. Como trans
formar isso numa coisa acessível, interessante? As diversas áreas
que existem... Visando mesmo informar. Mas o que acontece quando
você se dispõe a entrar nos meios de comunicação de massa? Quan-
do um psicólogo é solicitado, por exemplo, por uma revista Cláu-
dia? Nesse caso, a demanda do público era de uma ajuda pessoal,
muito maior do que realmente um esclarecimento.

Minha intenção era informar. Eu fazia um pouco de cada
um. Eu dava as informações e dava um certo tipo de apoio, uma o-
rientação em cada caso, de acordo com o que achava melhor aquela
pessoa fazer. Eu dava uma certa satisfação para a pessoa, mas in
cluía nisso aí a informação que eu achava importante que aquela
pessoa tivesse sobre o que é psicologia. Isso eu sei que era mais
fácil na revista. Na televisão não dava, porque eu não tinha feed
-back direto do que acontecia. Na televisão, a coisa acontece to
da muito "já, agora!". A hora que você falou, já aconteceu. Não
sei se havia esta abertura. Mas eu sou capaz de jurar que todo mun
do ligava a televisão naquela hora para saber se naquele dia
íamos falar de um problema que tivesse a ver com o problema que a
pessoa estava vivendo. Então existe, de um lado, uma demanda pe-

dindo ajuda e, de outro, uma resistência muito grande a este tipo de coisa. Você pega os exemplos da Marta Suplicy, do Flávio Gikovate. A Marta começou escrevendo na Cláudia, numa fase ela escreveu na Cláudia. O Flávio escrevia muito na Folha. São caras que lançam livros e os livros estão esgotados. Quer dizer, existe uma coisa que eu acho que é um tipo de informação respondendo a um pedido de ajuda real para algum problema específico.

Pelo que eu recebi de *feed-back* na revista, o meio de comunicação até pode ser uma via para a demanda de ajuda. A pessoa lia a minha resposta, punha em prática as coisas que eu falava, e acredito que deslanchasse. Eu acho que pode sim. Aliás, eu acho que meio de comunicação, em geral, pode ser tudo que ele quiser. Depende de como você planeja.

No caso da televisão, as situações que escolhíamos eram situações que sabíamos ou, pelo menos, tínhamos uma certa vivência da coisa, para saber que seriam situações que não iriam mobilizar um tipo de angústia que deixaria a pessoa no meio do caminho: ela pediu uma ajuda, veio um retorno que angustiou mais e não tem jeito de continuar um atendimento para solucionar aquela angústia — isso era uma coisa que preocupava demais a gente.

E quanto à Cláudia, a revista, a primeira forma como eu escrevi foi uma forma que me custou uma chamada pelo Conselho. Depois me pediram desculpas. Eles me disseram que eu era meio "bo de expiatório" de uma situação. Foi numa época em que eles descobriram uma escola de psicanálise fajutérrima. Eles ficaram alucinados. E eu e a Marta fomos chamadas. Era uma seção chamada COMO SALVEI MEU CASAMENTO. Foi a primeira vez que eu escrevi para a

Cláudia. A Marta, teve uma época em que ela ficou sem escrever e eu a substituí. Então o Conselho nos chamou e disse que aquilo não podia acontecer, que aquilo era dar consulta por escrito. Por que a seção era assim: era um depoimento real, com nomes trocados etc.... e a gente dava um parecer sobre o que aquela pessoa poderia fazer para sair daquela situação de angústia, de insolubilidade. Aí o Conselho nos chamou, dizendo que aquilo não era ético. Nós olhamos o Código de Ética de alto a baixo e não vimos nada que tivéssemos feito que ferisse algum artigo. Mesmo assim, eles acharam que, como vinha escrito na revista que aquele era um depoimento real... Vinha assim: "Este é um depoimento real, sobre o qual, no final, você lerá o parecer da psicóloga fulana de tal". Isso não podia. Era assim que o Conselho entendia. Se não estivesse escrito em cima que era um depoimento real, podia. Ficava tudo por conta de ser uma grande metáfora, um negócio que, na verdade, não fosse exatamente o que tinha se passado. Claro que não saía exatamente o que tinha se passado, porque a redação dava uma mexida no texto etc.

Havia uma preocupação. É muito grave quando você está falando ou escrevendo para uma pessoa que você não sabe como é que vai reagir!! Se você está numa sessão e faz uma interpretação que você acha que foi um pouco prematura, você sabe o que vem na sessão seguinte: ou uma reação de raiva, ou uma falta à sessão, ou uma negação da coisa, ou uma total indiferença àquilo que você falou. Fica o dito pelo não dito. Então você tem um pouco de controle sobre o que você falou, sobre a besteira que você fez, falando português claro. Na revista e na televisão, você não sabe o que vai acontecer. A gente dava a cena que ia fazer na TV para a quem ler. Moral entrava muito no papo do Canal 2. O Canal 2 era

de um moralismo brutal. Cada texto do programa era submetidério a todo mundo e tinha alguns temas que não eram abordados. E eu acho até que a gente ficava meio contente, porque isso ajudava na seleção de falar sem correr o risco de detonar um processo sem você estar junto para agüentar o rojão com a pessoa. Isso era uma preocupação séria.

Eu acho muito complicado falar em nome da psicanálise. Eu acho que os pareceres para um número maior de pessoas, quando você vai trabalhar com um tipo de texto com referencial psicanalítico, complica. Deixa eu ver se eu explico melhor... Você sabe, todo mundo sabe, eu sei que um menininho dos 3 aos 5, 6 anos atravessa a fase de Édipo. Como é que você vai falar isso? Você sabe que isto é universal. Como é que você vai transmitir isso? Eu não sei, eu não sei a resposta. Eu acho que é muito difícil. Eu acho que dá para você falar, fazer depoimentos mais globais, para atingir um número tal de pessoas, quando você está lidando com aquele grau de consciência e, portanto, você está falando como psicoterapeuta.. Agora, a psicanálise não é psicoterapia. A psicanálise, pela sua própria característica, está lidando com o inconsciente das pessoas. Fica muito complicado. Como é que você passa uma coisa que vá atingir uma pessoa? Porque aí a reação é muito mais violenta — quanto mais distante estiver do consciente. Eu acho que dá mais para você fazer estas investidas, lidando com um grupo maior de pessoas, quando você fala de coisas muito mais próximas do consciente, coisas que já estão meio elaboradas para as pessoas, quando elas estão apenas vivendo um impasse. Por isso eu me recusei a falar de psicanálise na televisão. Porque, se há um tema que é discutido, controvertido, estudado, falado, lido, declamado, é o problema da transmissão da psicanálise. Como

é que se faz para transmitir uma coisa que você só conhece na vi
vência? Então eu diria, como diz meu supervisor, que, quando vo-
cê está falando de psicoterapia, você está falando de consciente
para consciente. Você pode chegar e dizer: "— Olha, você parece
em dúvida entre estas variáveis, você tem que escolher", discu-
tir por quê, no lugar de fazer uma interpretação: "— Você está
me falando tudo isso porque você não tem o que falar, então fala
qualquer coisa". Eu acho muito difícil a transmissão dos concei-
tos psicanalíticos para um público que tem uma gama de problemas
variados. A menos que você seja bom demais na coisa e consiga cap-
tar, no meio daquele heterogeneidade de queixas, uma coisa comum.
Tenho muito amigo analista que, na morte do Tancredo, fez análi-
ses brilhantes do movimento como sendo uma transferência para o
Tancredo do pai messiânico, salvador, justo. Eu acho que, nessa
linha, dá. Quando é um movimento muito grande, dá para você jun-
tar tudo e fazer uma espécie de extrato interpretativo da coisa.
Mas, nessa linha de responder carta, falar em televisão, é com-
plicado.

É nessa hora que aparece a minha dualidade — uma coi-
sa pessoal com a qual estou trabalhando. Eu sei perfeitamente que
isso não se enquadra nos preceitos psicanalíticos, não existe psi-
canálise nos meios de comunicação. Mas não havia, também, na mi-
nha cabeça, a intenção de ser analista nesse trabalho. Havia uma
expectativa de que, alguma informação, as pessoas pudessem apro-
veitar. Quando pintou a demanda de ajuda, nas cartas, acabou com-
pletamente qualquer pedido de informação. Aí eu me coloquei no pa-
pel de terapeuta e não no de analista, porque senão eu ia ter que
interpretar uma carta e mandar uma resposta que seria uma inter-
pretação. Isso seria muito complicado. Uma interpretação numa car-

ta? Inclusive a gente cai num debate muito sério, que é a própria indicação para análise. Eu não acho que tem que ir para análise. Tem que ir para terapia, tudo bem. Mas uma indicação para análise é um problema muito complexo. É muito difícil suportar esse processo. Muito difícil. Daí é que vem a minha idéia de que análise não é para todo mundo.

por trás das gozações, eu percebia uma certa inveja por parte dos colegas. Eu percebia uma certa coisa meio perigosa, não é, se eu não estivesse consciente dela. Era muito fácil a gente ser seduzida por este falso prestígio. Porque eu acho que ele é falso. Teve muita gente que me reconheceu, como saía a foto — milhares de pessoas. Eu chegava em lugares tipo loja, cabelereiro, fora de São Paulo: "— Eu conheço a senhora de algum lugar!" Às vezes, a própria pessoa lembrava. Eu ficava quieta. Eu nem tinha me dado conta de que podia ser da revista, até que um dia uma pessoa disse: "— Mas, é lógico, a senhora escreve na Cláudia!" E eu tinha uma página inteira na Cláudia, enquanto os outros profissionais tinham coluninhas. Isso é um negócio interessante também: a parte de psicologia tinha uma página inteira. Era uma página inteira. Chamava mais a atenção. A própria revista dava um destaque diferente para psicólogos. Naquele tempo, não sei hoje.

É, se você não está muito consciente de sua posição, você pode ser seduzido por esta coisa de ser reconhecido. As pessoas acham que é uma espécie de anormalidade você escrever para uma revista e você trabalhar numa televisão. E até eu. Eu me lembro que eu tinha ido visitar uma rádio nos Estados Unidos e eu pensei: "Que gozado, eu estou aqui achando tudo tão incrível, afinal eu trabalho numa televisão numa das capitais maiores da Amé-

rica do Sul, que é também um negócio super sério, e eu nunca me dei conta". Eu acho que eu nunca me dei conta, na verdade, da dimensão da coisa.

Bom, tem uma história pessoal. Eu sempre toquei piano antes de ser psicóloga. Eu sempre fui uma pessoa que fazia piano com a finalidade de me tornar profissional de piano. Eu sempre toquei em público, em televisão, eu toquei em concurso, eu ganhei concurso, dei concerto. Acho que esta coisa de ter estado em evidência — além da mão-de-obra que me deu, depois, para tirar isso de cima de mim — me deixou acostumada com um certo tipo de coisa. Imagine, estou me esquecendo, eu trabalhei em televisão antes. Eu tinha treze anos, já fazia um programa. Era na Record, no tempo em que não tinha vídeo, era tudo ao vivo — a gente passava o dia ensaiando e, de noite, o programa ia ao ar. Eu tinha 13, 14 anos. Eu curtia muito. Fora o fascínio da televisão. A televisão é um negócio muito sério porque é fascinante. Hoje, então, que tem vídeo!... Eu trabalhei outras vezes. Me lembro que fiz uma demonstração de orientação profissional para a Maggui, num programa do Júlio Lerner. Toda uma sessão de orientação profissional. A Maggui ficava em *off*, explicando. Televisão, para mim, era uma coisa muito familiar. Mas, mesmo assim, é fascinante. Eu não me dava muito conta. A não ser quando alguém chegava para mim e dizia: "— Puxa! Você está na televisão, que bárbaro!" Ainda mais no Canal 2 que estava aquela coisa, o 2 era o canal da elite intelectual. É fácil você ficar seduzida pela coisa. A Cláudia publicava o retrato; na televisão, você é vista.

Nas minhas relações mais próximas, eu não sentia essa coisa de me darem algum tipo de *status* ou prestígio. Achavam le-

gal, liam o que eu escrevia. Mas, por parte de pessoas mais distantes, às vezes, para quem o meio de comunicação era uma coisa pouco atingível...

O que me vem à cabeça de novo é esta vontade de ter uma coisa constante, um espaço nos meios de comunicação. Penso que, da mesma maneira que os jornais estão, cada vez mais, criando cadernos — caderno de imóveis, caderno do carro, caderno do dinheiro, caderno de sei lá o quê — poderia ter um caderno de psicologia. Daí é muito louco. Porque, para os psicólogos, já existem os órgãos oficiais e seus conselhos. Em termos de revistas de psicologia, eu acho tudo muito ruim — das que eu conheço, a não ser que tenha algo novo no mercado. Mas eu acho que precisava ter também uma coisa assim... na televisão... que é sem espaço, no geral. Não sei se usar o meio de comunicação não seria uma forma da gente contar a história da psicologia, como ela surge, a que ela se propõe, como é que ela está hoje. O nascimento da Psicologia é recentíssimo. Vem do pessoal que fazia Filosofia e depois foi fazer especialização e "virou" psicólogo. Exatamente, virava psicólogo. Então eu tenho muito a sensação de que existem coisas básicas que não foram resolvidas, ainda, a nível da identidade do psicólogo, e que atrapalham o desenvolvimento.

Os meios de comunicação poderiam funcionar como veículo mesmo, veículo para informar, sem deixar cair na demanda de ajuda pessoal. Usar o meio de comunicação exclusivamente para informar. Não sei bem como poderia ser feito isso. E a demanda de ajuda podia até aparecer, mas a resposta seria indicar, para as pessoas que precisam de ajuda, tais e tais lugares.

É, eu penso numa coisa formalizada, fazer uma história mesmo, como essas publicações em capítulos: história da cultura ocidental, história do automóvel, história da ciência. Tem que pôr assim: história da psicologia, a que ela se propõe, de que ela é formada. Não sei... são idéias que me ocorrem, às vezes. O que eu tenho muito claro hoje em dia é a formação do psicólogo. Eu sinto todo mundo muito preocupado em passar uma orientação psicanalítica para os alunos e fica parecendo que falta deixar um pouco a coisa de ser terapeuta e ter um pouco mais presente a coisa de ser um agente de transformação social.

UM TAPINHA NA ASA DA GALINHA

CELINA RAMOS COURI

A experiência que tive trabalhando junto aos meios de comunicação foi relativamente breve, mas muito intensa e conturbada, como você vai ver.

No início fui convidada a escrever alguns artigos sobre temas gerais, como o humor, por exemplo. Aceitei de cara, porque considero ultra importante a coisa da divulgação. Sempre tive a maior admiração por aqueles textos do Freud, por exemplo, onde a teoria, que é tão complicada, aparece de forma bem simples e acessível ao comum das pessoas. Assim, com uma caneta na mão e uma idéia na cabeça, comecei a escrever. Foi um desafio, posso dizer, muito prazeroso.

Logo em seguida, o pessoal da redação me convidou para ser consultora de psicologia da revista, ou seja, responder a cartas dos leitores. O contrato, informal, foi feito nos seguintes termos: as cartas seriam encaminhadas para mim, que trataria de responder; essas respostas seriam enviadas diretamente aos leitores, na íntegra. Parte dessa correspondência seria publicada. Se fosse necessária alguma alteração por razões editoriais — aumento ou diminuição de texto, troca de palavras etc. — essas mudanças seriam feitas conjuntamente, por alguém da redação e eu, e a forma final dependeria de minha aprovação. É importante contar esses detalhes, porque a maioria deles não foi seguido.

Mas disso eu ainda não sabia. O primeiro impacto foi me

mo começar a receber cartas — cartas aos montões: interior de Rondônia, cidadezinha qualquer de Minas, Rio Grande do Sul, Mato Grosso, Piauí, até de Angola.

O mais curioso é que havia dezenas de cartas iguais. Além disso, toda uma realidade que geralmente nem chega perto de consultório particular: gente pobre, sofrida, vida dura à bessa. Pontos em comum: mulheres casadas, por exemplo, apanhando do marido, subempregadas, constatando que a própria vida é muito diferente da revista... e perguntando: "— Por que comigo não foi as sim?"

Essa revista, ..., é de contos de amor que sempre dão certo, subliteratura; os casos têm sempre a mesma estrutura, vende pra burro, e diz o folclore que quem escreve, escreve com pseudônimo, quem traduz, traduz com pseudônimo, e quem lê, lê escondido.

Seja como for, o que se vê é que muitas pessoas ficam pautando a sua vida por modelos irreais, idealizados, angustiadas com a diferença, e achando que psicólogo é um tipo de profeta-adivinho, capaz de endireitar tudo nos melhores moldes mágicos.

De qualquer maneira, a coisa mais afastada da minha proposta era estar fornecendo qualquer tipo de instrução, receita ou palavra de ordem.

Aí os artigos começaram a ser publicados. Nos primeiros, os caras não alteraram o texto propriamente dito, mas inven

taram um título e intercalaram umas frasesinhas — o nome técnico é "retranca" — que tinham um sentido absolutamente oposto ao do artigo.

O que eu trabalhava neste escrito era precisamente a "infelicidade normal", o quanto angústias, tensões e conflitos fazem parte da vida e do processo de crescimento; ressaltava também o poder revolucionário e inconformista do humor. Pois bem, o mínimo que eles diziam, nas chamadas e retrancas, era: "Mau humor é doença, tem cura etc." — o contrário do que eu havia dito.

Evidentemente, eu chiei, mas fui acalmada porque alegaram que chamadas e retrancas, "como todo mundo sabe" são de responsabilidade exclusiva do editor; além disso fui reassegurada de que nada seria publicado — inclusive a tal da retranca — sem minha aprovação expressa. E eu continuei trabalhando.

Com a publicação das respostas às cartas, os incidentes foram se tornando cada vez mais frequentes; vou contar apenas os mais graves.

O primeiro deles foi com uma carta que recebi de uma menina de sete anos, perguntando por que adulto beija na boca e criança não pode. Em minha resposta trabalhava a questão dos limites, proibições e regras em termos que achei que uma criança de sete anos poderia compreender; ficou um texto simpático, legal e as pessoas gostaram. Da redação me telefonaram dizendo que estava ótimo, e só iriam mudar uma coisinha: o remetente — a carta seria dirigida à mãe da menina.

Obviamente eu não concordei; isso, em minha opinião seria infantilizar demais a mãe, não se fala com um adulto da mesma forma que com uma criança, é fazer pouco da inteligência das pessoas.

Eles insistiram: por misteriosas razões editoriais, a resposta teria de ser para a mãe, mesmo. Aí combinamos que eu faria outro trabalho, dirigido à suposta mãe. Estes personagens fictícios, como esta mãe, são muito irritantes porque irreais, com preocupações inexistentes. Vê se dá para imaginar, a filha faz uma pergunta dessas e a mãe diz: "— Filhinha, vou consultar a revisita e daqui a uns seis meses, com sorte, eu respondo".

Enfim, mesmo contrariada, achei que era uma oportunidade de devolver a bola — e o saber — para quem de direito: a mãe. Para inspirar essa história, tinha o exemplo genial dos programas de rádio do Winnicott, em que ele conversava com as mães, uma coisa linda e respeitosa: ele dizia que as mães podiam se aliviar porque ele não ia explicar o que elas tinham a fazer, já que não há técnica para ser mãe, não é tão importante seguir padrão alheio algum, mas, se elas quisessem, poderiam meditar juntos sobre algumas situações da relação mãe-filho.

Foi por aí que respondi, dando por perdido aquele primeiro trabalho, de que tinha gostado tanto, e vencendo o desânimo de encarar mais uma vez a trabalhadeira de escrever; uma grande mão-de-obra, já que você tem de tentar fazer o mais simples, mas também o mais sério, bonito e eficiente possível.

Alguns meses depois, encontro, com a maior surpresa, a

seguinte publicação: "Minha senhora, sua filha pequena provavelmente vai lhe perguntar isso, e a senhora, com certeza, não saberá responder. Então diga o seguinte:..." e, em seguida, o texto que eu tinha escrito para a garotinha. Sem a identificação do autor, lógico.

Nem é preciso dizer que fiquei tremendamente indignada e furiosa. A meu ver, o menor dos crimes aí envolvidos foi o roubo do meu texto. Muito pior foi o cinismo, o mau caráter de distorcer diametralmente o que eu pretendia passar, em termos da possibilidade da mãe, de qualquer um, pensar e resolver as próprias questões. Tudo isso sem contar a enorme desqualificação das pessoas, envolvida no que elas fizeram.

No ato, mandei uma carta à revista, pedindo explicações e que suspendessem a publicação de meus trabalhos, até que o assunto fosse esclarecido. Combinamos uma reunião, que nem chegou a acontecer. Ainda estava atônita com esta primeira história quando, em um dos números seguintes, deparei com o meu nome assinando um texto que nunca tinha visto. Uma idiotice, aliás, sobre um tal de "Complexo de Caim"; era também uma resposta a duas mães a flitas, no melhor estilo de um rei Salomão enlouquecido.

Dai em diante, esse caso virou processo jurídico, ainda em andamento. Nesse território dá para perceber o quanto se está danado neste país. A lei de imprensa — eu ouvi este comentário de todos os advogados que consultei — é inadequada, porque é tão rígida, que ninguém cumpre como deveria. Pela lei, se alguém publica que você falou alguma coisa que, efetivamente, você não falou, o jornal, ou o que for, é obrigado a se retratar na e

dição seguinte, no mesmo lugar e com o mesmo destaque com que publicou o erro. No meu caso, isso não ocorreu. Exigir uma reparação pelo prejuízo pessoal, moral ou profissional que isto acarreta implica em um processo longo e de resultados duvidosos; infelizmente é assim; você tem que se dar por contente se os caras falam "desculpe, foi engano". É um verdadeiro absurdo.

Esse abuso de poder por parte das grandes empresas de comunicação é algo assustador. Elas sabem de sua impunidade. O Samuel Wainer conta, em seu livro, um fato exemplar, que mostra como é antiga essa mentalidade. Ele era diretor de um jornal, e estava por lá, quando viu que um funcionário estava cortando sumariamente um artigo, para encaixar um trabalho que Assis Chateaubriand, o dono, tinha mandado na última hora. Ele então disse ao funcionário: "— Você não pode fazer isto, cortar assim o escrito de um profissional que provavelmente trabalhou horas nisso, escolhendo as palavras etc.". O funcionário respondeu que há vinte anos agia assim, e nunca ninguém havia reclamado.

É o hábito do desmando e da barbárie. É muito desgastante reclamar judicialmente, e talvez seja infrutífero. Mas é necessário, pelo menos, tentar mudar esta mentalidade.

O CRP, a quem eu também tentei recorrer, tem dispositivos pouco eficientes para a proteção de seus associados, em casos como o meu, já que ele só pode processar psicólogos.

Mesmo com toda essa confusão, achei que foi uma experiência bem legal — sem jogo de palavras. Entrar em contato com eles se povão todo é, no mínimo, muito interessante. E é muito rico,

apesar de doloroso, ver como são os mecanismos formadores de opinião pública e como ela reage; as cartas dão uma idéia de como se constitui este processo de alimentação.

Assim, a revista veicula e reitera uma visão de mundo equivocada, conservadora e babaca, a meu ver. Dá para dizer que todas as alterações que fizeram no meu texto, por exemplo, foram tendenciosas, e tendenciosas no mesmo sentido: apontam para um lugar, um mesmo lugar — o da mulher incapaz, burra, incompetente. É como se eles dissessem: "— Vocês não sabem nada, nós sabemos por você. Aliás, sigam nossos conselhos que tudo dará certo".

Os modelos que a revista propõe integram uma ideologia de saúde que não é nem de Hollywood, é de Walt Disney! Qualquer alteração é patológica, qualquer coisa é doença, mau humor é doença, imagine só! Então o que as pessoas devem ser? Uns carneirinhos, obedientes e sempre bem humorados...

Por sua vez, as pessoas reagem em massa. Os modelos adquirem o maior peso. Já contei das mulheres casadas que lêem a revista ... e reclamam da própria vida; por outro lado, dezenas de moças escrevem cartas iguais com uma pergunta só: "Doutora, por que não consigo arrumar namorado?"

Cartas iguais são muito intrigantes. Qual é o sujeito dessa pergunta que parece se espalhar pelo país? Essas mulheres falam ou são faladas? Por quem? Em que medida? Que história é essa de namorado? E de doutora?

O que eu sei é que se abre um campo de indagações mui-

to amplo e que há determinações econômicas, políticas, históricas, sei lá o que mais. Essas questões aparecem gritantemente sempre que se trabalha com um grande número de pessoas, não só na revista, mas também em ambulatórios, convênios etc.... É uma experiência que é de psicologia clínica, mas radicalmente diferente daquela que a gente tem em consultórios; apesar da quantidade de pessoas trabalhando neste campo — que tende a aumentar, eu acho, ainda se trata de um território pouco estudado.

De qualquer maneira, parece-me que o psicólogo tem uma contribuição específica a fazer.

No cômputo geral, muitas pessoas parecem estar paralisadas frente a um mundo que elas não compreendem, para o qual não foram preparadas; é como se estivessem olhando hipnotizadamente para um mapa que não corresponde à realidade e tentando se orientar.

Quem dá uma imagem boa disso é o Roland Barthes, lembrando a experiência de um jesuíta: ele amarrava as patas de uma galinha, de forma que ela ficasse com os olhos fixos em uma risca de giz traçada no chão. Quando desamarrada, mais tarde, ela continuava lá, imóvel, olhando a risca; para quebrar o encanto, ele lhe dava uns tapinhas na asa e daí ela saía ciscando, normalmente.

Qualquer pessoa que pensa e fala, o poeta em geral, o próprio Roland Barthes deu muitos desses tapinhas. É claro que também é possível trabalhar do outro lado, reforçar a risca de giz, alimentando alienações e a violência do imaginário; mas pre

firo nem falar dessa hipótese.

O psicólogo, ele tem sua maneira própria, tem a técnica de promover deslocamentos e mexer com fixações cristalizadas: ele também pode dar seus tapinhas. Daí a importância de sua participação nos meios de comunicação de massa e, isso, em diversos níveis.

Acho que é importante desde uma informação sobre onde tem, o que são, como funcionam os diferentes serviços de psicologia, até uma contribuição mais efetiva no sentido de propiciar a emancipação das pessoas.

Claro que uma mensagem isolada não tem muita eficácia, mas, através da reiteração, alguma informação pode ser transmitida. Se o retorno for de 1%, um por mil, sei lá esse negócio de cifras, já está bom; o importante é que esses micro-resultados vão se somando. Acredito que isso sempre acontece, quando a mensagem passa alguma verdade.

O fato é que, só lidando nessa área, é possível perceber como a população é carente de informações mais sérias, e talvez essa seja a única forma de devolver um pouco do respeito que a população tem, tantas vezes imerecidamente, para com a imprensa, os doutores, e outras competências e autoridades constituídas.

OPINIÕES
ANNA VERÔNICA MAUTNER

Eu fui jornalista no final da década de cinquenta, começo de sessenta, então eu conheço muitos jornalistas. Os meus colegas daquela época foram subindo na vida e foram entrando para a televisão. Quando os repórteres tinham que sair para fazer alguma matéria sobre o que eles chamam de "comportamento", eles, às vezes, me mandavam entrevistar. Hoje em dia, o jornalismo, a *mass media*, é uma profissão de jovens. Os meus colegas, nessa altura, já estão em outras profissões, já saíram. Alguns ainda estão, os que conseguiram postos altos. Eu não era convidada porque eu era uma pessoa importante, mas porque eu era conhecida dos profissionais. Depois, por ser conhecida dos profissionais, eu passei a ser mais conhecida porque apareci algumas vezes e eu sou despachada, eu falô sucinto, de maneira que cria polêmica. Então, por isso, eu fui consultada algumas vezes. Mas não muito, porque esta postura polêmica é uma coisa que interessa às vezes, mas nem sempre.

No começo, eu achava uma coisa engraçada. No começo, há 20 anos atrás, eu achava muito engraçado *mass media*. Eu me encantava com ela, com ser exposta. Com o tempo, fui me fechando. Hoje eu tenho uma posição muito clara: não dou entrevista para ser editada, nem no rádio, nem na televisão, nem em jornal, nem em revista. Se sair ao vivo, se sair aquilo que eu disse, sim; para ser editado, não. Eu tive experiências amargas. Eu digo "amargas" porque eram coisas assim: uma vez me entrevistaram a respeito de violência. Já era uma época em que eu só dava entrevista se editassem o que eu dissesse. Então me asseguraram: "— Sim, vai sair tu

do o que você disse". E saiu tudo o que eu disse, só que numa página inteira do Jornal da Tarde que tinha um pedaço do que eu disse e um pedaço do Erasmo Dias, um pedaço eu, um pedaço Erasmo Dias. Ah, tenha a santa paciência! Realmente, tudo o que eu disse estava lá, só que eu não tinha a menor intenção de ser confrontada, nem comparada, com Erasmo Dias.

Outras vezes, uma ou duas vezes, eu apareci em programa de televisão editado. Verdadeira tragédia! Eles tiram a frase do contexto.

Eu não estou fazendo uma crítica à *mass media*, porque a comunicação de massa tem objetivos. Eles estão na deles, eu estou na minha. Não tenho interesse em legitimar hipóteses de jornalista. A não ser que eu fosse uma pessoa envolvida com política e o jornalista estivesse defendendo uma posição minha, aí então eu teria interesse. Mas eu não quero ser vereadora, nem deputada. Eu não tenho o menor interesse em legitimar... Via de regra, quando o jornalista chega para a gente, ele vem com uma hipótese formada. Se você disser o que ele quer, ele publica. Se você não disser o que ele quer, ele publica pouquinho. Isso é uma coisa que eu não estou disposta a aceitar. Eu acho que jornalista é o redator e eu não dou a ele esta autonomia de decidir o que deve ser publicado. Acho que é o mínimo que eu posso fazer. A gente tem que saber, no Brasil, que eles não sabem o que é bom e o que é ruim. Não é possível alguém saber a respeito de tudo, tudo a respeito de tudo. O nível das perguntas que o jornalista coloca é um vexame. Já briguei com muitos, já pus gente para fora daqui. Eu me nego, categoricamente, a responder besteira.

Esta semana veio um aqui, com uma história de como a hora do lobo do homem é freqüente. O cara queria dizer que "hora do lobo" é "do lobo" porque o lobo come a vovozinha na história e a expressão que se usa para relação sexual é "comer", daí que vem a "hora do lobo". Isso é uma besteira ao cubo! Não é possível! Eu falei assim: "— Escuta aqui, rapaz, não dá para forçar a mão por que você sonhou uma coisa de noite, entende? 'Lobo' é de um conto europeu, e em língua nenhuma na Europa se fala 'comer' para relação sexual, portanto, não tem nada a ver com nada. Além do que, a história é do chapeuzinho. O chapeuzinho é o protagonista, não o lobo. O lobo é um epifenômeno secundário da história".

Eles chegam aqui com umas bobagens que não têm tamanho. Outro dia me telefonaram do Fantástico. O Fantástico me telefona porque um dos editores eu conheço desde criança. Tem essas coisas de terem umas pessoas em postos-chaves que, de repente, acordam: "— A Anna vai falar sobre aborto!" Aí eu disse que não ia falar, porque não falo quando vai editar. A moça começou a argumentar: "— Pois é, mas aí o povo fica sem informação". Falei: "— Não, o povo tem informação, porque vocês dão, vocês sabem tudo". Se eu desse uma informação sobre aborto, vamos supor, ia sair uma frase, 10 segundos, 15 segundos. Claro, eles são limitados, não têm muito tempo. Mas eu não informo nada em 10 segundos, eu não sou bidu para dizer alguma coisa em 10 segundos. Se você me der 10 minutos garantidos, eu falo alguma coisa. Menos de 10 minutos, eu não falo. Eu não sou bidu para falar alguma coisa em menos de 10 minutos. Tem gente que está na idade, está com uma linha de trabalho, quer se expor. Eu tenho o telefone de pessoas que se empetecaram, se embonecaram e foram falar para o Fantástico.

Eu dei uma entrevista, outro dia, para uma moça da Gazeta de Pinheiros. A moça veio aqui, me tomou um bruto de um tempo para falar da história do movimento corporal em São Paulo, que vai desembocar na Rua Aspicuelta, onde tem seis consultórios corporais. Uma das frases que eu disse, no meio da história: "— Sa^{be}, a Aspicuelta é um acaso, calhou. Primeiro foi o fulano, depois foi o sicrano, três esquinas para lá, e nem sabia que o outro estava aqui. Aí virou 'a rua do corpo'. Porque tem a rua das lâmpadas, a rua das noivas e agora tem a rua do corpo". Você sabe que só saiu esta frase! Me tomou meia hora da minha preciosa vida, para sair esta frase, esta valiosa frase!

Algumas vezes eu dei entrevistas que comunicaram o que eu queria dizer, mas, via de regra, não. Uma vez eu fui num programa de televisão, no Canal 2. Até na televisão eu falo, se me deixarem falar ao vivo; editado, nada. Por que eu acho jornalista cretino? Não, eu acho jornalista pretensioso. São pretensiosos e vêm com hipóteses. Aí eu não falo mesmo.

Depois fiquei conhecida porque eles me exibiram e eu não gosto. Eu realmente não gosto. Eu tive experiências desagradáveis e, quando tem uma coisa que eu quero falar, aí eles não dão espaço. É uma coisa extremamente autoritária. Se eles me pedem entrevista, quando eles querem, o mínimo que tinha que ter é reciprocidade. Experimenta pedir reciprocidade da Folha! Não tem reciprocidade. O dia que eu quis falar sobre mulher, aí não teve espaço.

Eu atendia porque achava legal, achava que prestava um serviço à coletividade com "minhas sábias palavras". E, também,

o desejo de aparecer.

Na década de sessenta, setenta, a *mass media* não era tão chata como agora. Hoje em dia, a *mass media* não tem utilidade nenhuma. Há quinze anos atrás, há vinte anos atrás, os meios de comunicação de massa eram um pouquinho menos esculhambados do que agora e ainda a gente acreditava um pouco na missão dela. Hoje eu não acredito nada na missão dela. Acho que é uma catástrofe. Aqui no Brasil, não é? Quando vier a TV a cabo...

A missão é comunicar, difundir idéias, estabelecer polémicas, criar oportunidade das pessoas falarem. Você tem esses programas, de noite, de discussão, mas é só sobre comportamento. Nunca é sobre literatura, nunca é sobre hábito de leitura, hábito de viagem. Nunca é sobre conhecimento; é sempre sobre potência/impotência, frigidez, casamento, amor e política. Política num nível de diz-que-diz-que: "— Apresentei tal projeto"; "— Não apresentei tal projeto". Nunca é sobre a própria *mass media*. Acho que é uma seqüência de aparências, só superficialidade, só aparência. São raros os articulistas bons.

Eu leio estas revistas semanais em mais ou menos 15 minutos e leio a Folha em mais ou menos 10 minutos e, com isso, eu esgoto. E olha que eu leio, hein! Eu leio a Ilustrada, leio o editorial, leio artigo da página 3, leio noticiário, leio a parte econômica. Em 10 minutos, eu dou conta porque não tem nada de interesse, é besteira. É tudo besteira e não adianta falar, ninguém leva a sério. O número de pessoas inteligentes que estão deixando de ler jornal! Dizem que lêem o jornal uma vez por semana. Eu tenho uma amiga que diz que faz anos que ela não lê o jornal, não

lê revista, não ouve rádio, noticiário e não vê televisão. E eu perguntei: "— Como é que você sabe o que acontece?" Ela disse: "— As pessoas contam". Ela é titular na Letras e se nega. Não só ela não fala sobre *mass media*, como ela não entra. Ler jornal uma vez por semana é mais que suficiente, não dizem nada, ninguém opina e é o nível da aparência, só. É só "ele disse, eu respondi, eu percebi, deu a impressão". Você pode até verificar os verbos que são usados. Eu acho que não vale a pena, está desacreditado.

Sobre comportamento, tem que ser a entrevista. Eu estava tendo esta vivência com a empregadinha nova que está aí. Ela vem de melissinha. Tanto assiste televisão que é capaz de obedecer ordem de compra, mas não é capaz de arrumar a mesa. Todas as novelas mostram a empregada pondo a mesa e não aprende nada. É um meio de comunicação falho, não ensina nada. As pessoas só aprendem a comprar. O único apelo eficiente é o da publicidade. Todos os outros programas são absolutamente inócuos. A única coisa boa que tem, boa entre aspas, é a publicidade, que é feita com ciência e sabedoria e atinge seus objetivos. Do resto, nada. Vão fazer uma novela, tem o a favor e o contra que se anulam. Eu até me divirto, até assisto novela, não é que eu tenho preconceito. Eles não são capazes de se colocar, de tomar posição: "'Nóis semo' contra isso!". Fica tudo diluído. A televisão é um grande liquidificador. Dilui tudo. No fim, nada acontece. O pobre casa com o rico, o preto com o branco, mas, no fim, o rico gosta mais do rico, mas é porque gosta, não é porque tem preconceito e tudo se anula. Todas as coisas são banalizadas, eu acho. Eu acho que não vale a pena falar.

Eles não dão espaço para a gente fazer a mensagem, além

do que, a gente não sabe, também. Falar em alexandrinos de forma que a mensagem seja cortante, direta: a gente não sabe fazer isso.

Existiu uma mulher, uma psicóloga, que trabalhou em revista, que promoveu uma revolução no Brasil — a Carmen da Silva. Eu acho que ela realmente promoveu uma revolução no Brasil. Mas essa revista Cláudia, desde seu primeiro ou segundo número, tinha esta mulher, que teve o espaço. Isso não foi devidamente estudado. Ela tinha duas páginas por mês, ou uma coisa assim. Ela tinha aquelas duas páginas e uma coisa da personalidade dela. Mas a revista deixava publicar e depois virou sucesso. Ela, realmente, foi a base da liberação da mulher no Brasil. Foi a primeira voz que se levantou e uma voz que se manteve por uns vinte e cinco anos, ininterruptos. Na *mass media*, primeiro, precisa haver uma pessoa com talento — porque a Carmen da Silva era um talento — e é preciso que dêem espaço. Agora, quem é que tem? Quem faz isso?

A TV Mulher, para a mulher que trabalha, não tem função nenhuma. A televisão tem o problema da simultaneidade. Eu não acho que as TVs femininas, às 9 da manhã, eram úteis para a mulher. Elas iam apenas ouvir o horário da manhã da televisão. Criaram o hábito da mulher ligar a televisão de manhã. Não vejo a repercussão. Não senti a repercussão. Carmen da Silva, eu senti me derrubar. TV Mulher, eu não senti — promoveu o horário da manhã na televisão, mas não teve o tempo suficiente. A Marta poderia ter sido uma Carmen da Silva. Ela não teve o tempo da Carmen. Precisa uns dez anos. Você não pode fazer isso só com uma afirmação, essa afirmação precisa ser apresentada semanalmente, diariamente.

A Marta participava de um quadro na TV Mulher. O quadro dela foi um quadro que banalizou o sexo pelo Brasil afora — banalizou no bom sentido. Então eu acho que teve um peso. Foi alguém que teve a coragem. Era um horário pouco visto e teve uma mulher que teve a coragem de fazer. Mas, em geral, que adianta eu ir lá, uma vez, falar uma coisa? Não adianta nada. Pessoalmente, eu não gostaria de ter um programa na televisão, eu não tenho talento para isso. Eu gostaria de opinar, às vezes, sobre coisas mais ou menos importantes.

Quem escreveu durante muito tempo foi o Flávio Gikovate. Acho que foi mal. Mas não é o caso da Marta ou da Carmen da Silva. O resto é revista Nova, essas coisas... É difícil você se manter na crista da onda por muito tempo. Você tem que ser polêmica, mas não o suficiente para afastar as pessoas. Tem que ter paciência nessa história aí. A Marta sim, a Marta tem a figura, não é? Mas acho que, a não ser que você possa ter as condições da Marta ou da Carmen da Silva, para mim, profissional não muda nada.

Eu não sou uma pessoa interessada, eu não preciso que as pessoas saibam o que eu penso das coisas, não tenho necessidade de profissional, nem pessoal. Quando eu era jovem achava: "—Oba! Vou aparecer na televisão! Oba! Oba!" E tem gente que gosta. Ah, tem outra moça que eu acho que tem jeito. É uma pessoa que, se dessem espaço para ela, ela podia fazer — é a Maria Rita Kehl. Ela não tem sorte, ela não pegou o espaço. Tinha um programa na Rádio Mulher e ela foi tirada, sem dizerem bom dia. Quer dizer, essa é uma moça que, se dessem o espaço, ela faria uma festa.

A psicologia é uma ciência e, como tal, é um instrumento de trabalho, um instrumento de avaliação, um instrumento de conhecimento. O conhecimento adquirido com os instrumentos da psicologia, não precisa ser o psicólogo, pode ser qualquer outro que divulgue. Acho que os conhecimentos arrebanhados pela psicologia podem ser divulgados. Acho interessante. As pessoas assistem à televisão, lêem jornal e revista e acho que merecem, sim. Agora, acho que é tudo mal divulgado. Vira tudo regra. Eu acho perigoso, as pessoas absorvem como regra. Isso é uma dúvida muito grande que eu tenho. Esses livros de divulgação, por exemplo. Outro dia mesmo, escrevi um artigo, uma resenha crítica, para o Caderno 2 do "Estadão", a respeito de um livro, novo "Master and Johnson" — fundo de gaveta de um cara do Rio, que escreveu sobre o homem sexualmente feliz, a mulher sexualmente feliz. É um homem sério, até, conhece psicanálise. Eu escrevi para os três livros. Não precisavam ser escritos, bastava reeditar outros que já foram editados, idênticos, iguais, até o índice segue aquela ordem. São regrinhas de bem viver. Misturam um pouco de conhecimento de fisiologia, de biologia, um pouco de "kama sutra" e mais umas informações sobre a AIDS, assim, e acabou, é tudo igual! Agora, parece que isto é importante, porque as pessoas compram. Eu acho que as pessoas compram, as pessoas lêem e não lêem. É uma informação que não é assimilada, do mesmo jeito que não é assimilado o que aparece na TV, o que aparece no rádio. Tem alguma coisa de errado nisso tudo, na comunicação de comportamento. Acho que é enviesado. Alguma coisa existe de errado na transmissão dessa coisa do comportamento. As duas experiências, eu diria, até, três — o Dr. Spock, O'Neill — na educação, a Marta e a Carmen da Silva — são experiências de divulgação que foram bem sucedidas, que mudaram a feição do mundo. O Dr. Spock mudou a feição do mundo, o O'Neill

mudou a feição do mundo. A Carmen mudou a feição do Brasil e acho que a Marta, também. Mudaram mesmo a feição. Todos eles tinham uma posição muito bem definida. O Dr. Spock tinha um abecedário do que era para ser feito. Ele não fazia média, tinha uma posição e defendia. A Marta tinha uma posição e defendia. A Carmen da Silva tinha uma posição a respeito da mulher sair de casa para trabalhar, ter liberdade, ter acesso ao divórcio. Todos com uma posição. Quando você não toma posição — agora que me ocorreu isso — quando você não toma posição, você não influi, você banaliza. A maioria, tudo banalizado. A maioria das entrevistas que são dadas são meios apenas do entrevistado aparecer. Se é psicólogo enquanto psicólogo que dá a entrevista, ele não pode tomar posição. Ele representa uma ciência. Então eu acho uma bobagem. Psicólogo enquanto psicólogo — eu estou pensando agora, nunca tinha pensado disso — psicólogo enquanto psicólogo não tem que dar entrevista coisa nenhuma! Escreve livro, publica. Quem quiser que saiba. Isto, o conhecimento adquirido da psicologia: 220 homens divididos não sei o quê, alguns fazem isso, alguns fazem aquilo... Quer dizer, ciência, esse conhecimento, ele serve para legitimar posições de gente que tem posição. Essas posições que serão discutidas: "Eu sou a favor de gente votar aos 16 anos"; "Eu sou contra..." O que se fez sobre adolescência para legitimar uma ou outra? Serve para isso. Não precisa ir lá o psicólogo e dizer: "Olha, o jovem pode votar ou não pode votar; conforme for, vota; conforme for, não vota". Isso não influi nem contribui para a coisa. E não precisa ser psicólogo... A Marta, quando falou na televisão, não falou como psicóloga, e nem a Carmen falava como psicóloga. O Dr. Spock falava como médico, porque era uma coisa de puericultura.

Então, essas coisas, de repente, se tornam uma plataforma. Agora, para encontrar uma plataforma... Eu não tenho nenhuma plataforma para defender, então eu não tenho nada a dizer, como psicóloga. Acho que, quando eu escrevo um artigo metendo o pau nessas publicações, eu abro uma discussão. Mas você precisa ter muita coragem para tomar posição respondendo a cartas. Não é mole. Te dão o espaço para responder carta e você começa a dizer muito que tudo é relativo, acabou! Tanta gente responde carta, tem gente que responde carta na Nova — acho que precisa ter jeito.

Apareço na TV e passo uma semana com os clientes só discutindo isso. Não é que isso me impeça de dar entrevistas, mas isso me impede de aparecer à toa. Se realmente tiver uma coisa para dizer, eu escrevo, digo; mas, à toa, não. Outro dia me telefonaram da Jovem Pan e dei uma entrevista. Foi uma tragédia! Pensei que ninguém ouvia a Jovem Pan e todo mundo ouve. Nunca mais falo na Jovem Pan. Era sobre o dia da sogra. Não é importante. Ainda se fosse para tomar posição numa coisa realmente válida. Isso lá é assunto?!

Eu acho assim: enquanto e como psicólogo, não precisa dar entrevista. Você pode dar a sua opinião baseada em conhecimentos da psicologia. Mas esse negócio da coisa sem opinião, eu acho que não influi nem contribui.

"Negar que uma soma de pequenos fatos, devidos à iniciativa humana, possa modificar a natureza de um sistema significa negar a própria possibilidade de uma mudança que vem à luz sob a pressão de um agregado de forças infinitesimais cuja somatória permite um salto qualitativo".

Ecléa Bosi

em Cultura de Massa e Cultura Popular:

Leituras Operárias

COMENTÁRIO E INTERPRETAÇÃO

Os depoimentos revelam uma inserção das psicólogas nos meios de comunicação de massa, marcada, em maior ou menor grau, pela participação do público.

Com exceção do depoimento de Anna Verônica Mautner, fruto de experiências esporádicas na televisão e na imprensa escrita, os outros depoimentos relatam intervenções sistemáticas em televisão, rádio e revista feminina, nas quais a participação do público, através do telefone ou da carta, é um elemento significativo. Significativo porque o contato com o público se destaca como um dos objetos de reflexão privilegiados pelas psicólogas e, também, porque este contato, com maior ou menor intensidade, interfere no rumo das propostas inicialmente delineadas pelas psicólogas para seu trabalho na comunicação de massa.

A intenção explícita de divulgar e debater idéias psicológicas, que inspira a entrada das psicólogas nos meios de comunicação de massa, encontra, na prática, uma imensa demanda de ajuda psicológica, direta e pessoal, por parte do público.

Tal fato aparece expresso na fala de Marta Suplicy:

A idéia da Globo, quando me chamou, era a de uma prestação de serviço. Perceberam que havia no ar uma necessidade de informação e resolveram tentar dar essa informação. A minha surpresa foi que o público não queria só informação. Mais do que tudo, queria resolver a

angústia, ser entendido, apoiado e apaziguado nos seus temores.

Ou na de Maria Rita Kehl:

Os primeiros programas foram sobre ciúme e aí, de cara, ao invés de ser um debate sobre ciúme, virou consultório sentimental.

O sentido do programa era muito mais a chamada "luta ideológica" do que a terapia, mas terapia era o que as pessoas procuravam, quando ligavam.

A demanda de ajuda psicológica configura-se por caminhos diversos, dependendo da especificidade do meio de comunicação e da proposta lançada em cada programa ou publicação. No programa de rádio, a voz do ouvinte entra no ar ao vivo. Como afirma Maria Rita Kehl: "As pessoas vão para o ar falando coisas fantásticas, sem nenhum pudor, contando, se expondo (...)". Na televisão, assim como na revista feminina, o contato é mediado, sobretudo, pelas cartas. Nelas, o pedido de ajuda predomina sobre o de informação.

Interessante, nesse sentido, é o relato de Elisa Parahyba sobre a seção CLÁUDIA RESPONDE. Aberto o espaço para que os leitores enviassem perguntas à psicóloga, começou a "chover carta"; primeiramente com pedidos de informação e, em seguida, com solicitações de ajuda:

As primeiras foram facilísimas porque eram as clássicas perguntas que todos nós sabemos (...). Era uma coisa bem de informação. (...) Depois (...). Todo mundo queria uma fórmula para resolver um tipo de problema que estava sendo um peso, digamos assim, na vida deles naquele momento.

Quando pintou a demanda de ajuda, nas cartas, acabou completamente qualquer pedido de informação.

Ao que parece, a consulta pessoal sobre dificuldades e emocionais ou impasses existenciais vai caracterizando as seções de cartas, em algumas revistas femininas.

Celina Ramos Couri, numa experiência posterior à de Elisa Parahyba, relata:

O contrato, informal, foi feito nos seguintes termos: as cartas seriam encaminhadas para mim, que trataria de responder; essas respostas seriam enviadas diretamente aos leitores na íntegra. Parte dessa correspondência seria publicada.

Ou seja, percebe-se a consagração da prática de consultas pessoais ao psicólogo — inclusive transcendendo os interesses de publicação — nas revistas femininas. Marta Suplicy refere-se a esta mesma prática na televisão.

O público, observam as psicólogas, tende a ocupar o espaço aberto à participação com fragmentos de relatos de vida, acompanhados de pedidos de conselho, numa espécie de "transgressão" do espaço reservado à informação e ao debate de idéias.

Tal "transgressão", que poderia ser esperada como resposta do público à presença de psicólogos nos meios de comunicação de massa²⁴, causa um impacto que desestabiliza as expectativas das psicólogas, com relação à sua prática na comunicação de massa, e é fonte sempre renovada de perplexidade e reflexão.

(24) Considerando-se as possíveis representações sociais do psicólogo, ligadas à sua atividade como psicoterapeuta. Devido à ausência de estudos sistemáticos sobre a representação social do psicólogo no Brasil, esta é apenas uma hipótese.

A comunicação entre as psicólogas e o público ocorre no contexto de um sistema — A Indústria Cultural (ADORNO, 1978; ARENDT, 1979), no qual os meios de comunicação de massa são canais que veiculam a "voz de seu senhor", ou seja, a voz do consumo e do lucro. Não se trata, pois, de um sistema cuja estrutura comporta a "verdadeira" comunicação entre os homens, no sentido benjaminiano da troca de experiências, mas sim de um sistema que produz e divulga, unilateralmente, mensagens ditadas pelos interesses do lucro e do consumo.

O público é incorporado ao sistema como massa abstrata e homogênea de consumidores, incapaz de criar ou de se expressar (BOSI, 1973).

No entanto, é o próprio sistema que, deliberadamente, exclui o público da produção e da divulgação de mensagens, obtendo assim o "monopólio da fala".

MUNIZ SODRÉ refere-se ao "monopólio da fala" como sendo um dos fundamentos de um sistema de informação que integra vários veículos de comunicação de massa no qual a televisão assume um papel hegemônico, em função do desenvolvimento tecnológico e da sofisticação da economia de mercado. Para o autor, o "monopólio da fala" constitui-se através de um processo de separação entre falantes e ouvintes, transformados em emissores e receptores, que "começa com a escrita, consolida-se com a imprensa e encontra o seu último recurso abstrato na televisão". Neste itinerário, "a situação concreta e real de comunicação humana" se esvai, "a abertura cede à univocidade, o monólogo substitui o diálogo" (1984, p. 22-23).

A univocidade reitera mensagens destinadas a um público colocado, desde logo, no lugar daquele que obedece aos apelos publicitários, à "ordem de compra", seja de bens materiais ou espirituais. O monólogo condena o público ao silêncio, desautorizando-o como sujeito da experiência e do saber.

Ao ingressarem nos meios de comunicação de massa, as psicólogas trazem a imagem de um público carente, sobretudo, de informação. Mas esta imagem vai se mesclando com o vislumbrar de uma necessidade de espaços de comunicação social por onde o pensamento possa transitar, onde a experiência possa ser compartilhada, onde o trabalho de reflexão possa ocorrer de maneira mais extensiva. "Ajudar a pensar", "pensar junto", "promover deslocamentos e mexer com fixações cristalizadas", "propiciar a emancipação das pessoas", "aumentar o que pode ser a vida", "desmistificar a imagem do psicólogo como mágico da bola de cristal" são alguns objetivos que integram o ideário das psicólogas — objetivos que pedem a possibilidade de uma reflexão, delas e do público, calcada na experiência. Porém cabe notar que estes objetivos vão se clareando, conforme mostram os depoimentos, substituindo ou enriquecendo o objetivo primeiro de informar e derivam, principalmente, dos impasses experimentados diante da demanda de ajuda psicológica do público.

O confronto com a demanda de ajuda problematiza, por um lado, os domínios, os limites e os efeitos da informação psicológica articulada ao sistema de comunicação de massa e, por outro, o papel e a função do psicólogo clínico — profissional cujo objeto é a intersubjetividade e a singularidade humanas, quando ele se insere num sistema de comunicação social que se realiza no apa

gamento de diferenças e singularidades e na abolição do diálogo.

Assim problematizada pela participação do público, a prática concreta das psicólogas assume múltiplas facetas, apresentando-se, por vezes, ambígua, percorrendo um eixo que vai desde a "luta ideológica" até a tentativa de promover "brevíssimas terapias".

Destaca-se, no entanto, o fato de que a participação do público é acolhida pelas ações e reflexões das psicólogas — ações e reflexões que transcorrem na tensão entre a informação e as formas narrativas do saber, entre a ação cultural e a psicoterapia, entre a profilaxia e a intervenção pedagógica, entre a norma e o inconsciente.

• O SISTEMA DE INFORMAÇÃO E O SABER PSICOLÓGICO

Dos depoimentos, depreende-se que as psicólogas, atuando na comunicação de massa, oscilam entre abreviar e circunscrever suas mensagens ao âmbito das "informações necessárias" e o esforço por descobrir uma forma de comunicar que incite à reflexão, que desperte o público para a condição de sujeito do saber sobre si mesmo e sobre suas relações com os outros e o mundo.

Essa oscilação resulta, possivelmente, dos vínculos que as psicólogas estabelecem, por um lado, com o sistema de informação e, por outro, com as práticas clínicas.

Já foram anteriormente expostos alguns mecanismos que modelam a linguagem dos meios de comunicação de massa — mecanis

mos que operam a redução dos acontecimentos a uma versão abreviada, unívoca e autoritária, coibindo as capacidades reflexivas e criativas do receptor e que, concomitantemente, estabelecem um estilo de comunicação unilateral, separando falantes e ouvintes e impossibilitando a construção compartilhada do saber.

Resta, portanto, explicitar que a prática clínica opera no circuito narrativo.

A concepção de psicologia derivada das práticas clínicas pressupõe a não separação entre sujeito e objeto do saber psicológico. Nela, é-se, ao mesmo tempo, sujeito e objeto do saber sobre si mesmo e sobre as relações com outros homens e com o mundo. Este saber é construído no intercâmbio das posições de falante e de ouvinte: é um saber singular, resultante de trocas intersubjetivas.

O "tempo clínico", como na narrativa, é prolongado e, nele, o saber se move lentamente, por entre bloqueios e repetições, em direção a renovadas configurações.

As psicólogas têm diante, e atrás de si, dois universos de referência opostos: enquanto o meio de comunicação de massa privilegia a informação psicológica, como elemento passível de uma transmissão em massa, tendo em vista a imagem dos receptores como contingente indiferenciado e homogêneo de pessoas, no enquadre clínico, a informação deve desaparecer, dando lugar à formulação de uma teoria original do sujeito, pessoal e intransferível.

Esboça-se, então, a hipótese de que a prática das psi-

psicólogas envolve uma constante tensão entre o universo da informação e o da narrativa, mais especificamente, entre o universo da informação psicológica enquanto conjunto de conhecimentos instituídos e o das práticas clínicas enquanto espaço de construção de um saber instituinte, inaugural. As idéias e as ações das psicólogas indicam uma intenção subjacente de criar uma condição de intersecção entre estes dois universos. Na esteira desta busca, aparecem, mais claramente, os conflitos com os veículos de comunicação, por um lado, e com o CRP — entidade fiscalizadora do exercício profissional do psicólogo, por outro.

A necessidade de a informação esgotar-se a si mesma, a prepotência, o autoritarismo e a não-reciprocidade do sistema de informação, o corte e a edição da fala e da escrita, os manejos abreviados do tempo e do espaço para a comunicação, a reiteração de mensagens publicitárias são alguns focos de conflito explicitados pelas psicólogas.

O depoimento de Anna Verônica Mautner traz exemplos vívidos dos efeitos nocivos da edição de programas e entrevistas, da prepotência das hipóteses jornalísticas e dos apelos publicitários, do autoritarismo com que se determinam os temas, o tempo e o contexto das intervenções dos colaboradores. Um episódio modelar da violência destes mecanismos é o da entrevista de Anna Verônica para a "moça da Gazeta de Pinheiros". No episódio, a imprensa retém, de um trabalho de reconstituição da história do movimento corporal em São Paulo, apenas uma frase de efeito, descontextualizada. Ele é exemplar porque desnuda a incompatibilidade entre a disposição para elaborar e para transmitir uma experiência e a "mecânica de transmissão" dos veículos de comunicação

de massa.

As "experiências amargas" de Anna Verônica com a edição de entrevistas, tanto para a televisão quanto para a imprensa escrita, assumem a proporção de um "caso de polícia", no relato de Celina Ramos Couri. Distorções e desapropriações de texto compõem o cotidiano de desmandos e arbitrariedades cometidos pela revista contra o trabalho da psicóloga. Distorções com endereço certo:

Dá para dizer que todas as alterações que fizeram no meu texto, por exemplo, foram tendenciosas, e tendenciosas no mesmo sentido: apontam para um lugar, um mesmo lugar — o lugar da mulher incapaz, burra, incompetente.

Ou seja, distorções que, no entender de Celina, desqualificam a leitora, mas desqualificam, também, o trabalho realizado dentro de uma perspectiva diferente daquela requerida pelo sistema de informação. Como afirma Celina, a coisa mais afastada de sua proposta era estar fornecendo qualquer tipo de instrução, receita ou palavra de ordem.

Marta Suplicy menciona as dificuldades encontradas para reorientar seu programa de televisão, ao perceber, através do *feed-back* dado por cartas de telespectadores, que suas mensagens estão tendo um efeito reiterativo da ideologia de submissão da mulher ao homem. Ela relata:

Os anos seguintes foram de muita discussão com a televisão, porque eu queria mudar até o nome do programa. Eu achava que não tinha mais nada a ver aquilo, depois da minha percepção. Mas eles não queriam. Porque em termos de ibope, sexo é que dá ibope.

Esses episódios incluem-se numa região de conflitos diretos com os meios de comunicação de massa, tanto mais diretos quanto mais as propostas se pautam pelo desejo de promover algum tipo de reflexão.

Eu tenho certeza que acaba ficando pouco tempo na televisão ou no rádio quem se propõe a fazer um trabalho com a reflexão.

A constatação acima, de Maria Rita Kehl, deriva de sua própria experiência no rádio e, aparentemente, é contestada pela longa permanência de Marta Suplicy na televisão. Porém, quando se observa a trajetória de Marta, nota-se que ela recorre a certos "disfarces", para introduzir mudanças em seu programa:

Então — com o mesmo nome — eu fazia dois programas sobre sexo e três sobre mulher. E, é gozado, a maioria das pessoas nem percebeu, nem eles mesmo perceberam. E eu consegui ir fazendo.

Quando as mudanças atingem um ponto satisfatório, para Marta, de abertura para a troca de experiências, com a participação de grupos feministas, de líderes de movimentos de base, de grupos de adolescentes e com a realização de entrevistas com mulheres comuns de diferentes classes sociais, é, também, o momento em que o programa é retirado do ar. A proposta de trabalho que lhe é oferecida, em seguida, retoma os padrões do início:

(...) depois de oito anos me dão um programa idêntico ao de oito anos atrás, dizendo que a fórmula tinha dado certo. Eu acho que já poderia ter avançado muito mais. A mentalidade é *play it safe*. Dava para fazer outra coisa.

Vê-se que propostas mais avançadas esbarram nas "velhas" fórmulas que desqualificam o público e a própria experiência adquirida pela comunicadora, fórmulas que reproduzem a cisão entre falantes e ouvintes, reassegurando para o meio de comunicação o "monopólio da fala".

Os conflitos com os meios de comunicação de massa atingem também a esfera da própria fala e da própria escrita das psicólogas, colocadas entre dois fogos: adequar-se ao veículo e não perder a dimensão de um convite à reflexão. Neste sentido, tratam de defender a fala e a escrita contra os mecanismos redutores impostos pela comunicação de massa, ao mesmo tempo em que anseiam torná-las acessíveis ao grande público.

Num primeiro nível, busca-se encontrar a medida certa entre a simplicidade e a seriedade, entre a acessibilidade e a profundidade, entre um certo grau de redundância e uma certa dosagem de novidade da fala e da escrita. Porém "encontrar o tom certo" torna-se tarefa bastante complexa quando se considera o entrelaçamento de objetivos, tais como: informar, promover reflexão e prover ajuda psicológica. E torna-se mais complexa ainda, quando o público emerge do limbo de "indiferenciação" e homogeneidade no qual se procura mantê-lo e aparece heterogêneo e diverso, irredutível a uma única escuta, inalcançável por uma única fala:

Era muito difícil falar para este Brasil todo. O que você falava, escutava a mocinha de Ipanema e escutava a mocinha do Piauí.

Marta Suplicy

A "mocinha de Ipanema" e a "mocinha do Piauí" remetem a realidades sociais diversas e representam, também, fragmentos de subjetividades que lampejam momentaneamente para, em seguida, desaparecerem na obscuridade da multidão.

O público que se manifesta através das cartas e do telefone expõe, frente às psicólogas, sua dupla condição de pessoa e massa:

E você não sabe quem é a pessoa. Nunca mais. Desligou, desapareceu aquela pessoa, deixou de existir para você.

Maria Rita Kehl

Diante da percepção desta dupla condição do público, as psicólogas tentam uma fala e uma escrita que busque alguém na multidão, uma fala e uma escrita que se dirija a um, através de muitos, e a muitos, através de um. Na maioria das vezes, a realidade e os efeitos de um possível encontro permanecem uma incôgnita.

O público e a pessoa aparecem, alternadamente, nos depoimentos e não designam a mesma coisa. Há um princípio de diferenciação da pessoa, quando um ouvinte, telespectador ou leitor interpela, em seu próprio nome, a psicóloga. Na carta ou no telefonema, existe o sopro de uma pessoa em carne e osso querendo se comunicar — sopro que, no momento seguinte, se evanesce no anonimato do grande público.

Na medida em que a massificação do público enquanto receptor não se realiza plenamente para as psicólogas, suas intervenções nos meios de comunicação de massa se problematizam — a preocupação com a adequação e a eficiência das mensagens traz, em

butida, uma preocupação com um interlocutor e não apenas com um receptor. Quem é ele? Como recebe as palavras proferidas? Há ajuda ou prejuízo? Estas e outras perguntas perpassam os depoimentos e permanecem, na maioria das vezes, sem resposta pois, no sistema de comunicação de massa, a pessoa aparece em exíguos instantes para, novamente, voltar à condição de silencioso receptor, já que os mecanismos de realimentação do diálogo praticamente inexistem.

Por esta razão, talvez, as psicólogas se voltem para a própria fala e para a própria escrita, procurando acondicionar ali as sementes de alguma ressonância, falando e escrevendo para um desconhecido que é a multidão.

Faz parte do horizonte imaginário das psicólogas a esperança de que a divulgação de informações psicológicas, o convite à reflexão e, mesmo, a ajuda psicológica sejam de alguma utilidade para o público. Em alguns momentos, esta utilidade pode ser aferida, através de retornos do próprio público. Marta Suplicy, por exemplo, se reporta às telespectadoras que escrevem: "Depois que apareceu este programa, eu entrei no mundo".

Essa esperança, entretanto, é acompanhada de dúvidas e receios quanto à extensão e aos efeitos da divulgação e das tentativas de ajuda. Dúvidas e receios são tanto mais intensos quanto mais as ações se distanciam do terreno da divulgação de informações para o da ajuda — aquilo que a ajuda psicológica, pessoal e direta, requer transcende os limites do que a comunicação de massa propicia.

Mesmo assim, observa-se, no decorrer da prática, uma relutância das psicólogas em abandonarem o objetivo de ajudar — relutância que toma formas diversas, desde a convicção de que uma "simples" informação pode ajudar, passando pelos recursos da fala e da escrita que consistem em "devolver a bola" para o ouvinte, telespectador ou leitor, remetendo-os à reflexão, até chegar às respostas claramente personalizadas.

As respostas aos pedidos de ajuda psicológica habitam uma região também intermediária, que oscila entre a informação e o conselho personalizado. Ao darem suas respostas, as psicólogas correm o risco de se indisporerem com o CRP:

E quanto à Cláudia, a revista, a primeira forma como eu escrevi foi uma forma que me custou uma chamada pelo Conselho. Depois me pediram desculpas. Eles me disseram que eu era meio "bode expiatório" de uma situação. (...) E eu e a Marta fomos chamadas. (...) Então o Conselho nos chamou e disse que aquilo não podia acontecer, que aquilo era dar consulta por escrito.

Elisa Parahyba

Embora os conflitos com o CRP sejam menos frequentemente citados que os conflitos com os veículos de comunicação, a sua latência é mais um componente do campo de forças antagônicas com o qual se deparam as psicólogas em sua prática na comunicação de massa. A publicidade em torno do privado — que não representa problema para o sistema de informação — representa uma séria questão ética para o saber psicológico, do ponto de vista da ótica clínica. Aqui, de novo, os padrões de comunicação próprios ao enquadre clínico entram em conflito com os padrões do sistema de informação.

Ao se distanciarem das lembranças do dia-a-dia de trabalho na comunicação de massa, as psicólogas encaminham suas reflexões para a conclusão de que há algo inconciliável entre o sistema de informação e a tentativa de atender às demandas de ajuda psicológica. A informação impõe-se enquanto modo dominante de funcionamento dos meios de comunicação de massa. Elisa Parahyba imagina um programa de informação que evite ou encaminhe a demanda de ajuda para o âmbito dos serviços de atendimento psicológico. Sem abandonar o horizonte de promoção da reflexão, Marta Suplicy, Maria Rita Kehl e Anna Verônica Mautner consideram a divulgação e o debate em torno de idéias e posições uma saída para o uso dos meios de comunicação de massa. Celina Ramos Couri, embora reconheça a especificidade e a importância da inserção do psicólogo na comunicação de massa, não pretende retomar a experiência, de tão marcantes que foram os conflitos por ela vivenciados.

Diferentemente, cada psicóloga expõe as dificuldades, e mesmo a impossibilidade, de recorrer à comunicação de massa como veículo do saber psicológico enquanto saber instituinte referido à pessoa e fruto de um trabalho de reflexão que ocorre na situação de diálogo, na permutação das posições de escuta e fala.

No entanto, é preciso ressaltar o quanto as psicólogas que mantiveram uma atuação sistemática em televisão, rádio ou revista estiveram imbuídas do desejo de uma comunicação mais próxima e pessoal com o público e o quanto a sua presença, nesses veículos, mobilizou uma participação também dessa índole, no público.

Se a ajuda pessoal é descartada teoricamente, e prati-

cada com ressalvas, ela subexiste na esfera imaginária como objetivo a ser alcançado indiretamente, através da divulgação de informações psicológicas e do debate em torno de temas do comportamento.

• AÇÃO CULTURAL E PSICOTERAPIA

O acesso aos conhecimentos angariados pela Psicologia é reconhecido, pelas psicólogas, como direito de todos. A opção pela prática nos meios de comunicação de massa é, em grande medida, pautada pela assunção de uma posição favorável à difusão desses conhecimentos.

A mesma injunção de fatores que problematiza o confronto das psicólogas com a demanda de ajuda no interior do sistema de comunicação de massa, problematiza a difusão de conhecimentos psicológicos.

A distinção entre um saber psicológico instituído — que por si configura um painel heterogêneo e contraditório de modelos de compreensão dos fenômenos humanos — e um saber instituído apenas concebível nos limites do enquadre clínico²⁵ gera novas tensões, no âmbito das ações que visam a promover a reflexão e o debate sobre os temas do comportamento.

Os experimentos de divulgação realizados e as propostas sugeridas, conforme os depoimentos, indicam deslocamentos entre as posições de comunicador e psicólogo clínico, na busca da defi-

(25) O enquadre clínico determina não apenas as condições de tempo, espaço e periodicidade dos encontros entre o especialista e a clientela, como tenta garantir as condições psicológicas propícias à elaboração da experiência pessoal.

nição de uma forma e de um conteúdo próprios à atuação do psicólogo.

Anna Verônica Mautner mostra-se apreensiva com relação à maneira e aos efeitos da abordagem dos temas do comportamento através da mídia.

A divulgação de conhecimentos psicológicos, que é teoricamente defensável, na prática, pelo modo como é feita e pelos efeitos que produz, torna-se inócua e, mesmo, perniciosa. Por um lado, porque o conhecimento é distorcido, simplificado e empobrecido; por outro, porque a informação não é assimilada ou o é na forma de regras.

A partir desta constatação, Anna Verônica conclui que o conhecimento psicológico não tem interesse como conteúdo direto de uma divulgação em massa, mas pode fundamentar posições difundidas pelos comunicadores, sejam eles psicólogos ou não. No seu entender, os conhecimentos psicológicos atuam nos bastidores de uma cena que é ocupada pela defesa de plataformas ideológicas, no embate entre posições divergentes, no campo de valores e costumes. Não é a especificidade do conhecimento que sustenta a intervenção do psicólogo nos meios de comunicação de massa, mas seu talento como comunicador identificado com uma plataforma e tendo as condições de tempo e espaço para veicular e reiterar suas mensagens. A emancipação da mulher ou a liberação sexual são plataformas que, segundo Anna Verônica, garantiram a eficácia das atuações de Carmen da Silva e Marta Suplicy.

Considerando a missão da mídia como sendo a de "comuni

car, difundir idéias, estabelecer polêmica, criar a oportunidade de pessoas falarem", Anna Verônica reserva aos conhecimentos psicológicos um papel subsidiário à opinião. Fora desta perspectiva, o conhecimento que se relativiza e não toma partido nas polémicas, torna-se ineficaz, dispersando-se no amontoado de mensagens que se anulam mutuamente no sistema de informação.

Reconhecendo os meios de comunicação de massa como veículos formadores de opinião, Anna Verônica descarta a possibilidade de agirem num sentido educativo: "É um meio de comunicação falho, não ensina nada". Por outro lado, a chance de um comunicador chegar a influir na opinião pública, a ponto de "mudar a feição do mundo", depende da compreensão e da adaptação aos mecanismos que produzem a eficácia do sistema — da compreensão de que apenas as mensagens reiteradas ao longo do tempo numa mesma direção chegam a influir e da adaptação à linguagem unívoca, simplificadora e direta dos meios. Aparições esporádicas de psicólogos falando sobre psicologia não alcançam ensinar coisa alguma e não contribuem para a formação da opinião pública em torno dos temas polêmicos do comportamento — no máximo, fazem a publicidade pessoal do psicólogo. A divulgação de conhecimentos psicológicos em si, através da televisão, do rádio ou da imprensa escrita, não se constitui numa ação cultural significativa, nem do ponto de vista educativo, nem do ponto de vista da formação da opinião pública. Para a divulgação com fins pedagógicos, mais vale recorrer aos livros especializados. Para influir, de fato, na opinião pública, mais vale a divulgação de uma opinião formada do que a divulgação dos conhecimentos que, eventualmente, a embasam.

Se, para Anna Verônica, a divulgação de conhecimentos

psicológicos — bem como a definição de uma especificidade de atuação dos psicólogos — esbarra em determinações intransponíveis oriundas da natureza do sistema de comunicação de massa, para as psicólogas que mantiveram uma atividade mais sistemática em televisão, rádio e revista, este mesmo sistema representa uma espécie de desafio à especificidade do psicólogo, na esfera da ação cultural.

Respondendo a cartas de leitores, na revista CLÁUDIA e em seu programa na TV CULTURA, Elisa Parahyba realiza experimentos em torno de uma divulgação que alie informação e ajuda psicológica:

Eu dava as informações e dava um certo tipo de apoio, uma orientação em cada caso, de acordo com o que achava melhor aquela pessoa fazer. Eu dava uma certa satisfação para a pessoa, mas incluía nisso aí a informação que eu achava importante que aquela pessoa tivesse sobre o que é psicologia.

(na revista)

O programa tinha a intenção de ser um espaço onde as pessoas pudessem se identificar e pudessem até achar soluções pessoais sem ter que recorrer, necessariamente, a uma ajuda profissional, mas também servia como uma espécie de orientador para quem não sabia bem em que situação você deve procurar um psicólogo.

(na televisão)

É a partir da informação que Elisa concebe uma estratégia de ajuda — uma informação filtrada pela experiência clínica:

(...) existe uma coisa que eu acho que é um tipo de informação respondendo a um pedido de ajuda real para algum problema específico.

A informação psicológica, então, configura-se como um composto de conhecimentos consagrados e de conselhos ou sugestões

sobre como proceder em determinadas situações de conflito. A fala ou a escrita deve comportar um grau de generalização que comente um demandante, mas também atinja outros sujeitos supostamente envolvidos na mesma situação típica. No programa de televisão, Elisa dramatiza situações comumente geradoras de tensão no grupo familiar; na revista, escolhe quatro cartas representativas de problemáticas expressas em outras duzentas. Em ambos os casos, sua tarimba como psicóloga clínica, sua "experiência de consultório" são responsáveis pela seleção das situações e pela elaboração das mensagens, num nível de profundidade que ela considera assimilável, tendo em vista a produção de um certo conforto psicológico.

Essa estratégia de divulgação é sustentada, por um lado, pela localização de conflitos psicológicos na esfera da consciência dos sujeitos e, por outro, pelo crédito atribuído à informação e à prescrição de procedimentos, na forma de conselhos, como mobilizadores de mudanças de atitudes e comportamentos.

A expectativa de Elisa, no entanto, é a de que as mudanças de atitude possam ocorrer, sobretudo, com relação à visão ou à imagem que o grande público tem da psicologia:

Eu tinha uma esperança de que aquilo pudesse informar um pouco mais o público, no sentido de esclarecer, no sentido de que a psicologia ficasse uma coisa, paradoxalmente, ao mesmo tempo mais próxima das pessoas e mais distante, como ela parecia ser, entende? A minha idéia era a de que as pessoas pudessem entender um pouco o psicólogo, como elas entendem um profissional de outra área.

Nesse sentido, a própria estratégia de ajuda está incluída num objetivo mais amplo de divulgação que seria apresen-

tar, de maneira mais coerente e conscienciosa, a psicologia e o trabalho de seus profissionais. Elisa coloca-se, então, como representante de uma categoria profissional e concebe sua atuação como uma amostra do que pode ser o psicólogo, em seu trabalho: "um agente transformador, alguém que pode orientar, aconselhar, diagnosticar, encaminhar". A publicidade em torno de uma imagem e de uma identidade do profissional de psicologia é, talvez, a motivação mais forte para o engajamento de Elisa na comunicação de massa, explicitada em todo o decorrer de seu depoimento. No final de seu depoimento, ao estabelecer um contraponto entre os preconceitos, a desinformação e as imagens deturpadas do público com relação à psicologia e a fragmentação e a fragilidade teórica e prática da disciplina à qual se dedica, Elisa descobre mais claramente a proposta de divulgação com a qual se identificaria, numa eventual retomada do trabalho na comunicação de massa. Nesta proposta, o psicólogo é incorporado à função de comunicador, cabendo-lhe traduzir e sistematizar, numa linguagem acessível ao grande público, o processo constante de produção e de transformação dos saberes psicológicos e as decorrências práticas deles derivadas — caberia ao psicólogo contar a história de sua disciplina.

É interessante, pois, perceber como Elisa Parahyba descortina uma função narrativa para o psicólogo, nos meios de comunicação de massa, atribuindo à atividade de contar a história a tarefa de aproximar o grande público da psicologia.

Para Celina Ramos Couri, o psicólogo clínico tem uma contribuição específica a dar, na esfera da comunicação de massa. Essa contribuição consiste, basicamente, em colocar a especificidade dos conhecimentos e das técnicas psicológicas a serviço da

reiteração de mensagens que qualifiquem o público como sujeito do saber:

O psicólogo, ele tem sua maneira própria, tem a técnica de promover deslocamentos e mexer com fixações cristalizadas: ele também pode dar seus tapinhas. Daí a importância de sua participação nos meios de comunicação de massa e, isso, em diversos níveis. Acho que é importante desde uma informação sobre onde tem, o que são, como funcionam os diferentes serviços de psicologia, até uma contribuição mais efetiva no sentido de propiciar a emancipação das pessoas.

Remando contra a maré dos textos prescritivos que predominam nas revistas femininas, Celina recusa a instrução, a receita ou a palavra de ordem como eixos da divulgação, optando por trabalhar seus textos de forma a torná-los simples, sérios, bonitos e eficientes na transmissão de uma mensagem que vá de encontro à experiência do leitor. A escolha de Celina aproxima o psicólogo clínico enquanto comunicador do escritor e do poeta, vislumbrando uma escrita e uma fala que toquem as pessoas como o tapinha do jesuíta na asa da galinha hipnotizada pela risca de giz: uma escrita e uma fala que quebrem o encantamento dos modelos que mantêm as pessoas aprisionadas.

Qualquer pessoa que pensa e fala, o poeta em geral, o próprio Roland Barthes deu muitos desses tapinhas. É claro que também é possível trabalhar do outro lado, reforçar a risca de giz, alimentando alienações e a violência do imaginário: mas prefiro nem falar dessa hipótese.

A relação conturbada de Celina com a revista para a qual escrevia indica o quanto é difícil, ou mesmo impossível, atuar no sentido oposto ao da prescrição de modelos de comportamento que apartam o sujeito de sua própria experiência. O sistema de infor-

mação que, sistematicamente, distorceu e adulterou os textos de Celina está empenhado em reforçar a risca de giz e permanece impermeável ao discurso poético a que ela se propõe.

Marta Suplicy explicita, ao longo de seu depoimento, os dilemas vividos pela assunção do duplo papel de comunicadora e psicóloga clínica. Também para ela se coloca a questão de como prover ajuda psicológica nos domínios da informação. Descartando a possibilidade de agir diretamente em resposta à angústia e ao desamparo expressos nos pedidos do público demandante, desconfiando do valor dos conselhos prescritivos para a resolução de conflitos psicológicos, Marta vai depurando um modo de intervenção que lhe parece apropriado.

Fazendo interagir a sua função como comunicadora e a sua formação psicanalítica, Marta cunha a idéia de uma informação-análise, capaz, segundo ela, de desencadear a reflexão e o desenvolvimento pessoal no público:

(...) A gente tem que explicar, fazer pensar, e não dizer o que é certo ou errado. Nisso eu fui sentindo uma melhora, na medida em que fui melhorando a minha formação como psicanalista. Dava para pegar uma carta, destrinchar do ponto de vista psicanalítico e levantar os ângulos que a pessoa poderia pensar e que ela não tinha pensado. Eu achava que isso já era um grande serviço, se eu conseguisse chegar lá com esta informação-análise para a pessoa.

A informação-análise consiste num assinalamento de aspectos ou ângulos a serem considerados numa determinada situação psicológico-existencial. Não se trata de uma informação sobre o que se deve fazer, mas uma informação sobre o que se pode pensar. Tendo como horizonte o objetivo de ajudar a pensar, Marta define

o papel do psicólogo nos meios de comunicação de massa:

É isso que o psicólogo tem que fazer na televisão, no rádio, em qualquer lugar que ele vá trabalhar. É quase a mesma função de um psicanalista. Ajudar a pensar não é dizer: "— Você deve se casar com A ou B, ou larga do seu marido ou fica com seu marido", mas proporcionar o desenvolvimento mental. Como é que você propicia o desenvolvimento mental? Primeiro, não respondendo às questões e ajudando a pessoa a desenvolver uma capacidade de frustração que propicia pensamento e mostrando as várias opções que a vida tem, isto é, permitindo que ela veja ou pense em aspectos nos quais nunca se deteve. A função, para mim, do psicólogo, na TV, é essa — ampliar a visão de mundo que a pessoa tem, mostrando o ângulo psicanalítico do qual ela não tinha consciência, explicitando fatores internos que impedem um desejo, uma postura, uma mudança, uma alegria ou um prazer.

Vê-se, então, que a proposta de Marta Suplicy instala-se no campo das idéias e que seu desafio é promover a mudança de valores e costumes arraigados que barram a liberação sexual ou a emancipação da mulher, duas plataformas que claramente orientam suas ações na comunicação de massa. Marta coloca seus conhecimentos e sua experiência clínica — tanto da sexologia, quanto da psicanálise — a serviço da divulgação de um ponto de vista francamente contrário à moral sexual rígida e à ideologia machista, investindo contra os modos de pensar que considera estreitos, cerceadores do que pode ser a vida.

Tendo a intenção de dirigir a sua atuação para o terreno da "luta ideológica", Maria Rita Kehl confronta-se com a feição híbrida que seu programa passa a ostentar, como consequência de seus deslocamentos entre o lugar de formador de opinião e o de psicoterapeuta, na tentativa de encontrar respostas adequadas aos diferentes matizes de participação do público.

Desde logo, com relação à demanda de ajuda do público, Maria Rita foi adotando o que considera uma postura analítica, semelhante àquela que viria a adotar no consultório — questionava o demandante e o convidava a refletir sobre sua situação de vida.

Essa postura reverteu em "brevíssimas terapias" para algumas poucas ouvintes perseverantes, que ligavam sistematicamente e eram acompanhadas na lida com determinados conflitos ou insatisfações pessoais. Porém esta postura tinha, para Maria Rita, o intuito de divulgar outras maneiras de pensar que pudessem interferir na mudança de valores e costumes, assim como produzir efeitos profiláticos, uma vez que, no geral, sentia como duvidosos os efeitos terapêuticos de suas intervenções dirigidas a um ouvinte envolvido pessoalmente numa situação de sofrimento psíquico:

Às vezes eu tenho a impressão de que apesar do programa, em algumas horas, ter este caráter de uma espécie de terapia por telefone — uma terapia brevíssima por telefone — eu tenho a impressão que a minha motivação era muito mais a de usar o exemplo daquele ouvinte que estava ligando para tentar fazer a cabeça de outras pessoas.

Eu ficava sempre nessa esperança meio profilática de que você, divulgando uma outra maneira de pensar, você alertando — ainda por cima tendo estes exemplos de pessoas ligando que estão muito mal — quem sabe outras milhares mudassem sua maneira de ver a vida.

Debruçando-se mais criticamente sobre essa sua experiência — que frisa ter sido a de uma iniciante, tanto como locutora de rádio quanto como psicóloga clínica — Maria Rita questiona o rádio como veículo para uma psicoterapia. Ao mesmo tempo, destaca o quanto é difícil abandonar a condição de psicóloga clínica, mesmo estando inserida num meio de comunicação de massa:

Talvez eu tivesse que pensar muito sobre se eu seria capaz de abordar de um outro jeito ou não. Se eu seria capaz de sair do lugar do psicólogo que está clinicando pelo rádio. Se seria capaz de aceitar que isso não é possível. Acho que é possível você despertar alguma coisa, fazer pensar, encaminhar para uma terapia. Ou trabalhar um pouco com o superego, com cuidado. Mexer com a rigidez moral das pessoas. Mas... uma terapia pelo rádio?

A postura analítica, que não pode concretizar-se através da promoção de psicoterapia pelo rádio, deve buscar um outro meio de se concretizar. Para Maria Rita, a postura analítica identifica o psicólogo clínico como facilitador de processos de reflexão. Abandonar o lugar de psicólogo clínico significa, também, abandonar o compromisso com a reflexão, optando por uma prática prescritiva. Permanecer ligado à aspiração de clinicar pelo rádio, por outro lado, significa correr o risco de desencadear catástrofes psíquicas, dadas as condições precárias de diálogo em que se dá o contato entre o psicólogo e o público.

Maria Rita procura entrever um tipo de divulgação que se situe entre "os conselheiros de livro", cujos efeitos são inócuos para a promoção da reflexão, e as ações de cunho psicoterapêutico que, tocando mais incisivamente o ouvinte, podem desencadear processos de desestruturação psíquica impossíveis de serem previstos, controlados ou acompanhados. Entrevê, assim, uma ação circunscrita ao campo das idéias, procurando aproveitar a participação do público para "pensar junto":

Voltando à reflexão, acho que é importante você pensar junto com alguém. Você não está se propondo a dar a solução do problema da pessoa, você está só pensando junto. É muito diferente. É diferente você jogar uma pergunta, relativizar, dar uma opinião. Dar elementos para pensar, ajudar a pensar. Acho que isso dá pra fazer.

Os experimentos e propostas até aqui sumariados transpõem, para o âmbito da ação cultural, elementos característicos do pensamento clínico e das práticas psicoterápicas. Esses elementos são responsáveis por modos peculiares de acolher e responder às demandas do público, bem como pela tematização do lugar e da natureza das ações que cabem ao psicólogo clínico, na comunicação de massa.

De acordo com Marta Suplicy, há três coisas que o público, predominantemente, quer: receita do que fazer, palavra amiga/compreensão e ouvir que ele tem razão. Referências semelhantes aparecem nos depoimentos das outras psicólogas.

O conselho prescritivo ou a receita, que reforçam a atitude comumente passiva do público diante do veículo de comunicação, são criticados e condenados como formas incoseqüentes da divulgação dos conhecimentos psicológicos. Reconhecidos como a "fórmula do sucesso", em sintonia com as fórmulas encantadas da publicidade e da indústria do divertimento, o conselho prescritivo ou a receita são questionados e, na maioria das vezes, rejeitados pelas psicólogas que arriscam frustrar as expectativas tanto do público quanto de chefes de redação e diretores de programas de rádio e televisão. Em seu lugar, surgem ações ancoradas em recursos narrativos — a escritura de textos "poéticos" ou a sugestão de contar a história da psicologia — no debate entre posições divergentes no campo dos valores e costumes, no questionamento direto do público ou no assinalamento de pontos de reflexão.

A demanda por modelos, prescrições e soluções prontas para o uso é uma demanda que deve ser frustrada, como condição pa

ra se criar um espaço propício ao pensamento e à elaboração da experiência pessoal.

Dentro da perspectiva clínica, o manejo adequado das demandas e expectativas do cliente é uma das condições fundamentais para que ele possa colocar-se como sujeito do processo psicoterapêutico. Desse manejo emanam os deslocamentos na assunção dos lugares de poder e de saber, por parte do psicólogo, na relação psicoterapêutica.

É possível, então, compreender as estratégias de divulgação propostas como tentativas de, a nível da comunicação de massa, empreender deslocamentos nos lugares de saber e de poder, se-melhantes àqueles que podem ocorrer no âmbito da psicoterapia. As estratégias tratam, por um lado, de relativizar o lugar onipoten-te e onisciente com o qual o psicólogo é identificado ao ingres-sar no meio de comunicação de massa e, por outro, buscam engajar o público em processos de pensamento que tornem a difusão das idéias advindas da psicologia uma oportunidade para o aperfeiçoamento e o desenvolvimento pessoais.

Assim concebidas, as estratégias incorporam dois ele-mentos complementares do pensamento clínico: a desmistificação do psicólogo como sede do saber sobre o outro e o reconhecimento de que a verdade ou o sentido de suas intervenções dependem, em úl-tima instância, do sujeito que as recebe e elabora, em algum ní-vel, em consonância com sua própria experiência.

No que diz respeito à natureza da divulgação, é percep-tível uma variação entre a confiança e a desconfiança no poder

transformador da informação. Se, por um lado, há o descrédito com relação à informação psicológica que chega ao público com um sabor enciclopédico, "de livro", por outro, há um temor de avançar demasiadamente nos domínios incertos da interpretação ou do assinalamento de motivações internas da conduta humana. A ponderação em torno do que é possível, e mesmo conveniente, dizer ou escrever, não chega a aplacar as dúvidas que pairam sobre os efeitos de uma fala e de uma escrita inspiradas no saber psicológico.

Um dos aspectos abordados por Maria Rita Kehl, mas também esboçado por Marta Suplicy e Elisa Parahyba, é a impossibilidade de controlar e de avaliar a extensão dos efeitos que a divulgação dos temas psicológicos pode alcançar.

Visualizando um misto de efeitos terapêuticos, profiláticos e pedagógicos, essas psicólogas constroem suas mensagens que, ao se dispersarem nos recônditos insondáveis da massa anônima de telespectadores, ouvintes e leitores, deixam atrás de si a sombra de um eventual efeito patogênico. Mobilizar angústias, desencadear desestruturação ou desequilíbrios psíquicos são riscos imaginados, mas nunca aferidos.

À problematização da relação com as demandas do público e ao questionamento sobre a natureza das ações, subjaz uma interrogação, sempre renovada, sobre o lugar do psicólogo clínico na comunicação de massa. É como se as psicólogas, constantemente lançassem a si mesmas a pergunta: "De que lugar estou falando ou escrevendo — do lugar da norma, do comunicador, do educador ou de algum outro lugar que, apesar e à revelia dos meios de comunicação de massa, constitui-se um espaço intermediário entre a mi-

nha presença e a representação subjetiva que dela faz o público — um lugar comandado por trocas intersubjetivas?"

Na verdade, trata-se da questão sobre como instrumentar-se subjetivamente diante de um outro — que são muitos, múltiplos, dispersos, isolados — que não pode ser desconsiderado na sua condição de sujeito.

Subjaz ao amálgama de propostas destiladas pela experiência e seus fins, muitas vezes ambíguos — influenciar, normatizar, educar, promover a emancipação, ajudar a pensar — um desejo de cuidar, próprio ao psicoterapeuta.

FÉDIDA, reportando-se à tradição grega sobre o cuidado médico, resgata um sentido fundamental da função do terapeuta. Ele diz:

"Psicopatologia" literalmente quer dizer: um sofrimento que porta em si mesmo a possibilidade de um ensinamento interno. Como paixão, torna-se uma prova e como tal, sob a condição de que seja ouvida por alguém, traz em si mesma o poder de cura. Isso coloca imediatamente a posição do terapeuta. Uma paixão não pode ensinar na da, pelo contrário, conduz à morte se não for ouvida por aquele que está fora, por aquele que é estrangeiro, por aquele que pode cuidar dela.

(1988, p. 29)

As psicólogas, provavelmente, se vêem divididas entre as funções de comunicador, de educador ou de formador de opinião e a função de psicoterapeuta. O fato de não conceberem a possibilidade de realizar um processo psicoterapêutico através dos meios de comunicação de massa não exclui que suas ações — sejam elas informar, dar conselhos ou convidar à reflexão — estejam impreg

nadas do desejo de cuidar.

Aquele que ocupa a posição de quem cuida sabe que cada coisa dita ou feita tem imediatamente uma incidência sobre a matéria vivente oferecida por aquele que quer ou precisa ser cuidado. (FÉDIDA, 1988, p. 31).

Compreende-se, pois, a preocupação e a angústia das psicólogas com relação aos efeitos de suas intervenções no público, uma vez que o lugar que ocupam se investe, também e por vezes, do caráter do lugar de terapeuta, para o qual convergem expressões do desamparo e da solidão nos quais se encontram as pessoas que buscam ajuda.

O lugar do psicólogo/comunicador instaura um campo complexo de relações entre os conhecimentos e práticas psicológicas, o público e a comunicação de massa. Neste campo, a difusão dos temas psicológicos aparece, quase sempre, matizada pelo desejo de ajudar. O conhecimento, que inclui o saber-fazer clínico, coloca-se, ora a serviço da modernização de costumes, normas e valores, ora a serviço da busca de estratégias que facilitem, para o público demandante, a elaboração da experiência pessoal.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A participação das psicólogas na comunicação de massa remete ao dilema da experiência, na modernidade. Munidas do instrumental técnico-conceitual das práticas clínicas que, em grande parte, tem por objeto e por objetivo a criação de condições propícias à passagem da vivência à experiência, ingressam no território veloz e fragmentado do sistema de informação. É um desafio e tanto abandonar o espaço íntimo e privado das práticas de consultório, arriscando-se nos domínios de uma comunicação com o grande público, comunicação que tateia o insondável.

Para além do anseio por prestígio e do prazer pelo reconhecimento público, as psicólogas expressam, em seus depoimentos, o desejo de intervir, a partir da especificidade de sua formação e de seus conhecimentos, de modo transformador nos meios de comunicação de massa.

Foge aos limites da presente pesquisa avaliar se, de fato ou em que medida, esse desejo se realiza, o que não impede o destaque de alguns elementos significativos que imprimem à prática das psicólogas, na comunicação de massa, um caráter especial.

É significativo que a presença das psicólogas em televisão, rádio e revista faça eclodir no público, que possivelmente não tem acesso à psicoterapia e que talvez já não disponha dos recursos da cultura popular e da vida comunitária como referências para a elaboração de sua experiência, expressões da solidão, da angústia e do desamparo frente aos "problemas da modernidade".

É, também, significativo que as psicólogas acolham a participação do público e que, através disso, relativizem o poder do saber que possuem, incorporando, em suas intervenções, lições aprendidas com o próprio público.

Marta Suplicy relata uma situação que ilustra tal possibilidade de intercâmbio com o público, onde penetram elementos populares que desarmam o saber especializado:

Houve situações em que me percebi fazendo grandes besteiras. Por exemplo, a mocinha do Piauí ligava dizendo que tinha um metro e sessenta, olhos verdes, era bonitinha, era mãe solteira, estava morando na casa dos pais e o pai não queria sustentar mais uma boca e perguntava se eu podia arrumar um marido para ela. Aí eu fiz um grande discurso feminista: "— Imagine, o casamento não é isso, você vai trabalhar, você vai ser não sei o quê!" Aí recebi um monte de telegramas de homens querendo casar com a mocinha, inclusive o de um senhor dizendo que eu era imoral porque não queria que a moça se casasse ... Televisão tem dessas coisas louquíssimas! E recebi uma carta de uma senhora dizendo: "Mas Marta, onde você pensa que você está? Essa mocinha, semi-analfabeta, no interior do Piauí, se ela for trabalhar, sendo mãe solteira, ela provavelmente vai se prostituir e ela estava arrumando uma solução até, de certa forma, razoável, para o que ela quer. Casar é um jeito de sair dessa situação". Eu peguei a carta da senhora, voltei para a televisão e falei para a mocinha que eu tinha que me desculpar, que eu tinha feito uma avaliação errada e que, talvez, no caso dela, fosse mais interessante mesmo ela casar, se ela sentia que o único instrumento que ela tinha para sair daquela situação era o casamento, que não era eu que ia falar que isso era absurdo, que ela tentasse, que eu ia mandar para ela todos os telegramas com pedidos de casamento que eu tinha recebido.

Esse episódio é interessante pois, nele, Marta sai do lugar de especialista para ser uma espécie de "correio elegante", figura muito requisitada nas quermesses populares. Televisão, cartas e telegramas servem, no caso, ao propósito de uma comunicação inusitada entre pessoas do público, dispersas por diferentes cantos do país.

As ações das psicólogas, independentemente de seus efeitos inapreensíveis, dão a oportunidade para a manifestação de anseios do público por espaços sociais propícios à troca de experiência.

Independente de que aquilo que eu estava dizendo fosse importante para as pessoas, era importante para elas estarem falando, estarem se ouvindo e sendo ouvidas.

Maria Rita Kehl

Por fim, é significativo que as psicólogas criem, no interior do sistema que detém o "monopólio da fala", um lugar de escuta.

 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- X ADORNO, Theodor W. A indústria cultural. In: COHN, Gabriel (org.) Comunicação e indústria cultural. São Paulo, Ed. Nacional, 1978. p.287-295.
- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. Metáforas da desordem: o contexto social da doença mental. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1978. 119p.
- _____. Instituição e poder: a análise concreta das relações de poder nas instituições. Rio de Janeiro, Ed. Graal, 1980. 163p.
- ARENDT, Hannah. Entre o passado e o futuro. Trad. Mauro W. Barbosa de Almeida. 2ª ed. São Paulo, Perspectiva, 1979. 348p.
- _____. Homens em tempos sombrios. Trad. Denise Bottmann. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. 249p.
- ARRIGUCCI Jr, Davi. Enigma e comentário: escritos sobre literatura e experiência. São Paulo, Companhia das Letras, 1987. 238p.
- BENJAMIN, Walter (1939). Sobre alguns temas em Baudelaire. Trad. Jesús Aguirre. Madri, Ed. Taurus, 1980. (Coleção Iluminações, v.2).
- _____. (1925). Origem do drama barroco alemão. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1984. 276p.
- _____. (1929). A imagem de Proust. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, v.1).
- _____. (1935/36). A obra de arte na era de sua reprodutibilidade técnica. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, v.1).

- BENJAMIN, Walter (1933). Experiência e pobreza. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, v.1).
- _____ (1936). O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, v.1).
- _____ (1940). Sobre o conceito de história. Trad. Sergio Paulo Rouanet. São Paulo, Brasiliense, 1985. (Obras Escolhidas, v.1).
- BOSI, Ecléa. Cultura de massa e cultura popular: leituras operárias. Petrópolis, Vozes, 1973. 178p. (Coleção Meios de Comunicação Social. Série Pesquisa, 1).
- _____. Memória e sociedade: lembranças de velhos. São Paulo, T.A. Queiroz, 1979. 402p.
- CHAUÍ, Marilena de Souza. Cultura e democracia: o discurso competente e outras falas. São Paulo, Moderna, 1980. 220p.
- FÉDIDA, Pierre. Clínica psicanalítica: estudos. Trad. Cláudia Berliner, Martha Prada e Silva e Regina Steffer. São Paulo, Ed. Escuta, 1988. 124p.
- KONDER, Leandro. Walter Benjamin: o marxismo da melancolia. Rio de Janeiro, Campus, 1988.
- KOTHE, Flávio Réne. Para ler Benjamin. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1976. 125p.
- _____. Benjamin e Adorno: confrontos. São Paulo, Ática, 1978. 256p. (Ensaio, 46).
- LYOTARD, Jean-François. O pós-moderno. Trad. Ricardo Correia Barbosa. 2ª ed. Rio de Janeiro, José Olympio, 1988. 123p.
- MATOS, Olgária Chain Féres. Os arcanos do inteiramente outro: a escola de Frankfurt, a melancolia e a revolução. São Paulo, Brasiliense, 1989. 357p.

MELLO, Sylvia Leser. Psicologia e profissão em São Paulo. São Paulo, 1975. 154p. ilustr. (Ensaio, 16).

MENEZES, Adélia Bezerra de. Do poder da palavra. Folha de S. Paulo. Folhetim, p. B3-B7. São Paulo, 29 jan. 1988.

X PFROMM NETO, Samuel. Comunicação de massa. São Paulo, Pioneira /EDUSP, 1972.

PROUST, Marcel. No caminho de Swann. Trad. Mario Quintana. Rio de Janeiro, Globo, 1956.

X QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. Relatos orais: do "indizível" ao "dizível". In: VON SIMSON, Olga de Moraes (cod.). Experimentos com histórias de vida. São Paulo, Vértice/Ed. Revista dos Tribunais, 1988. p.14-43.

RÉGIS, Sônia. O escritor cala e consente. O Estado de S. Paulo. São Paulo, 4 jul. 1987. Cultura, 7 (366): 5, 1987.

ROUANET, Sergio Paulo. Édipo e o anjo: itinerários freudianos em Walter Benjamin. Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1981. 174 p. (Biblioteca Tempo Universitário, 63).

SCHMIDT, Maria Luisa Sandoval. Psicologia: representações da profissão. São Paulo, 1984. 118p. Dissertação de Mestrado: Instituto de Psicologia, Universidade de São Paulo.

X SODRÉ, Muniz. O monopólio da fala: função e linguagem da televisão no Brasil. Petrópolis, Vozes, 1984. 156p. (Vozes do Mundo Moderno, 16).

X THIOLENT, Michel. Metodologia da pesquisa-ação. São Paulo, Cortez, 1986. 108p.